



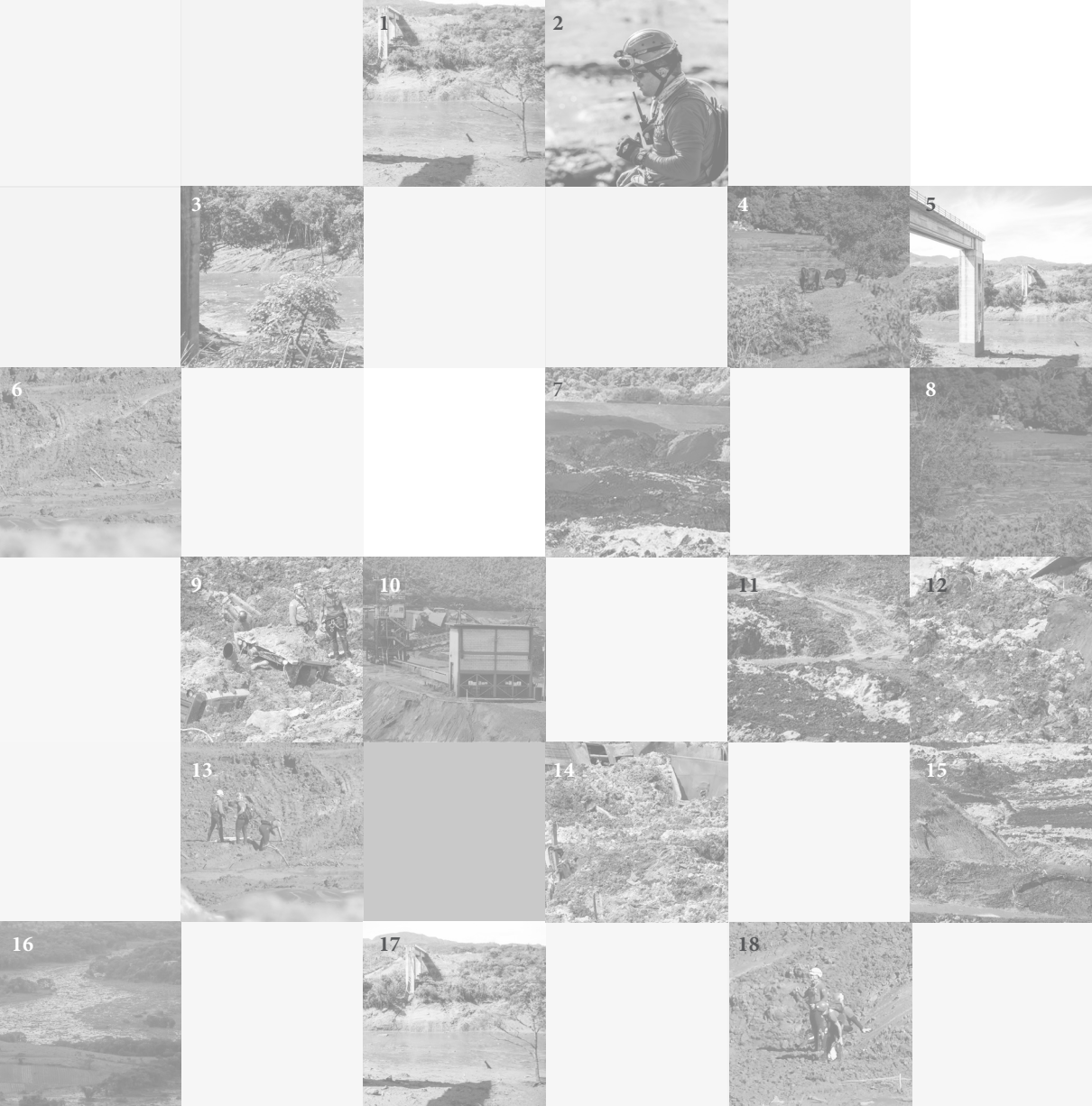
# CRISE SOCIAL E CRISE AMBIENTAL NO BRASIL

**Paulo R. Haddad**

Créditos das fotos da capa:

Cristiane Mattos/ O Tempo: 1, 2, 3, 4, 5, 8, 16, 17

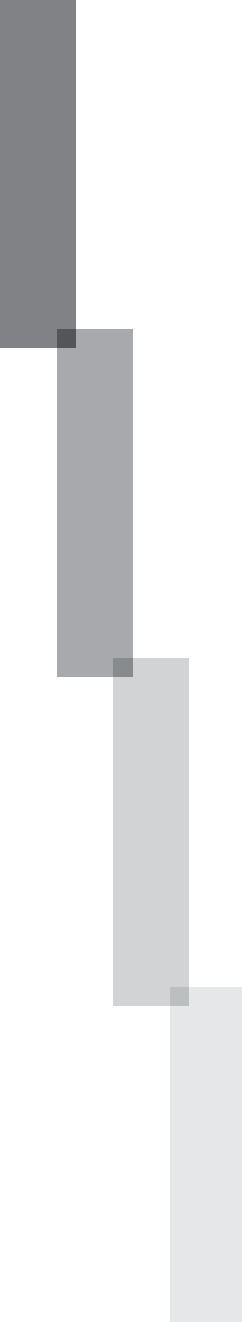
Uarlen Valério/ O Tempo: 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 18



# CRISE SOCIAL E CRISE AMBIENTAL **NO BRASIL**

Paulo R. Haddad





“Tão importante quanto semear flores, é semear ideias. Fale com outras pessoas sobre a importância de cuidar do Planeta. Você vai estar contribuindo para o florescimento de uma ótima causa”.

**Mahatma Gandhi**

“Digo que minha música vem da natureza, agora mais do que nunca. Amo as árvores, as pedras, os passarinhos. Acho medonho que a gente esteja contribuindo para destruir essas coisas”.

**Antônio Carlos Jobim**

“Os livros não matam a fome, não suprimem a miséria, não acabam com as desigualdades e com as injustiças do mundo, mas consolam as almas e fazem-nos sonhar”.

**Olavo Bilac**





# SUMÁRIO

Apresentação	11
O poder das ideias	13
A histerese da taxa de desemprego no Brasil	15
A visão de futuro e o futuro de nossos netos	17
O Brasil precisa voltar a crescer	19
Trajetórias de empobrecimento no ciclo da recessão econômica	21
Fim da recessão ou espasmos de crescimento	23
Juventude desalentada em países em crise econômica e político-institucional	25
Formação de capital em tempos de incertezas	27
Questões controversas da atual política econômica	29
É preciso rejuvenescer o capitalismo brasileiro	32
O princípio de Pollyana e o atual crescimento da economia brasileira	34
Quando a pobreza enraíza no espaço geográfico	36
A Qualidade da política econômica – Um passo à frente e dois para trás	38
Quando a sombra do reverendo Malthus nos atormenta	40
Economia brasileira em 2018 – crescimento sem ilusões	42
O efeito dominó da crise fiscal nos estados e municípios	45
Uma experiência histórica de desenvolvimento endógeno em Minas	47
O aeroporto de Confins e o Vetor Norte da RMBH	50
Expectativas de otimismo e a síndrome de Brás Cubas	53
A Lógica circular da crise econômica	55
A contabilidade social da crise ambiental	58
O Brasil precisa de um projeto nacional de desenvolvimento	60
O preço das desigualdades e o drama do desemprego	62
O Homo oeconomicus numa sociedade desigual	65
Crise social e crise ambiental na nossa Casa Comum	67

Charles Ponzi e o endividamento das famílias brasileiras	69
Há risco de um novo mergulho recessivo na economia brasileira	71
A privatização da Eletrobrás	74
A economia de Minas – quatro décadas de baixo crescimento	76
A crise ambiental e a tragédia dos comuns no século XXI	79
A terceira Itália e o desenvolvimento de BH	81
Um comerciante libanês e a aberração das taxas de juros	84
Como a crise econômica chegou aos municípios brasileiros	86
Por que o Brasil se tornou um país de baixo crescimento econômico	88
Estilo de governar – a hora e a vez da Grande Transformação	90
Famílias endividadas e o estado de ânimo da sociedade	92
Sobrecargas emocionais durante a crise econômica brasileira	94
A concentração da renda e da riqueza – uma questão econômica	97
A ecologia integral – um paradigma de desenvolvimento para o século XXI	99
Existe saída para a crise econômica brasileira no curto prazo	101
As vocações definidas das regiões de Minas	103
A extraordinária complacência da sociedade brasileira com as desigualdades e o desemprego	105
Incerteza no horizonte dos projetos de mineração	107
O capitalismo natural e o apelo dos que vão nascer	109
Os choques assimétricos da atual política econômica	111
O caos administrativo e o orçamento de base zero	114
O estilo do capitalismo brasileiro em questão	117
A economia brasileira – para além do equilíbrio fiscal	118
A economia de Minas – os desafios que nos esperam	120
Meio ambiente e dissonância cognitiva no campo	122
A empresa no século XXI – competitiva, inclusiva e sustentável	124
O combate ao desemprego numa economia de baixo crescimento	126
As mudanças climáticas e um apelo aos vivos	128
Quando os juros bancários inibem o crescimento econômico	130
As funcionalidades das empresas estatais no capitalismo brasileiro	132
Quando morrem os rios e as florestas	134
A síndrome dos 100 primeiros dias	136
Reverter o processo de empobrecimento da classe média	138
As opções ideológicas no liberalismo econômico	140
Como desenvolver Minas sem dinheiro ou com pouco dinheiro	142
O direito constitucional ao meio ambiente ecologicamente equilibrado	144
A longo prazo estaremos todos mortos	147
Lucros manchados de lama e de sangue	149









# APRESENTAÇÃO

POR PAULO R. HADDAD

Este livro contém uma coletânea de artigos, publicados no jornal “O Tempo”, desde 2017 e início de 2019. Cada artigo apresenta a sua data de publicação e procura retratar meu pensamento e minhas ideias sobre as principais questões em debate e as controvérsias na sociedade brasileira, particularmente durante o período eleitoral, no segundo semestre de 2018.

Os artigos buscam analisar um amplo escopo de problemas relacionados com a concepção e a implementação das políticas públicas no País, numa perspectiva de curto, médio e longo prazos. Há, contudo, um eixo central em todas as reflexões que se refere à ocorrência simultânea de uma crise social e uma crise ambiental na Humanidade, focalizadas em torno dos problemas das desigualdades sociais e da degradação dos ecossistemas no Brasil. Parte da hipótese de que essas crises não são independentes nos seus fatores causais, nem nas formas e nos conteúdos das políticas públicas para atenuá-las ou mitigá-las, conforme propõem

os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e a encíclica LAUDATO SI' do Papa Francisco.

Ao longo dos diferentes artigos, procurei demonstrar como são profundas as desigualdades de renda e de riqueza no Brasil, como as atuais políticas fiscais expansionistas têm tornado ainda mais graves as assimetrias sociais e, da mesma forma, como construir um projeto nacional de desenvolvimento visando a promover uma profunda transformação desse contexto histórico onde caminham os dez por cento dos brasileiros mais prósperos e afortunados, lado a lado com a pobreza e a miséria dos milhões de socialmente excluídos.

No conjunto dos artigos, o leitor poderá perceber a proposta de uma nova concepção de meio ambiente, em sintonia com diversos pensadores modernos. A proposta contrapõe-se à ideia do meio ambiente como um mega-almoxarifado de recursos naturais e de um megadepósito ou lixão de dejetos da produção, do consumo e da acumulação de capital. Analisa as implicações teóricas e metodológicas da concepção do meio ambiente não apenas como um fator de produção, que compõe as funções de produção neoclássicas ou de outro tipo, lado a lado com o capital, o trabalho e o progresso tecnológico, mas como um envoltório, contendo, provisionando e sustentando toda a economia e apresentando a economia como um subsistema do sistema ecológico ou natural.

Agradeço a Rosanna Margarita de Carvalho pela revisão cuidadosa e dedicada do conteúdo e da forma de todos os textos, a Jeovane Moreira Gomes pela digitação e à equipe da BH Press Comunicação Integrada, nas pessoas de Ana Amélia Gouvêa, Bruno Filogonio e Lilian Ribas pelo carinho que dedicaram à edição deste livro. Agradeço igualmente a Fernando Barros pela oportunidade de divulgar os meus artigos na Biblioteca do Instituto Fórum do Futuro e a Victor de Almeida, editor de Opinião do jornal O Tempo.

Belo Horizonte, 18 de fevereiro de 2019



# O PODER DAS IDEIAS

Há um consenso entre muitos analistas da atual situação socioeconômica do Brasil de que, em momentos de crise, as ideias importam e são poderosas. Elas têm a capacidade de dar substância histórica à diversidade dos interesses dos diferentes grupos sociais em termos de ações programáticas. Elas são capazes de determinar a forma e o conteúdo das instituições que formulam e definem a trajetória histórica de um país, de suas regiões e classes sociais.

Como diz o cientista político Mark Blyth, as ideias, tomadas como parte de uma sequência geral de mudança institucional, reduzem incertezas, atuam como recursos para a construção de coalisões, empoderam protagonistas para contestar as instituições existentes, atuam como recursos na construção de novas instituições e, finalmente, coordenam as expectativas dos agentes, reproduzindo, portanto, estabilidade institucional.

Como as ideias são, frequentemente, a base inicial para a concepção e a implementação de políticas públicas, de programas e de projetos, elas podem ser avaliadas pela sua capacidade de transformação a partir de seus objetivos propostos e efeitos inesperados. Vejamos o caso da atual política econômica brasileira que tem como fundamento a ideia de um modelo de austeridade fiscal expansionista.

Segundo esse modelo, se um país conseguir colocar em ordem as suas finanças públicas, realizando um consistente equilíbrio macroeconômico, restabelece-se a confiança entre as instituições e os agentes econômicos quanto à solvência financeira da nação, sendo bastante provável que venha a ocorrer uma retomada do crescimento a partir das expectativas favoráveis de quem consome, de quem produz e de quem investe.

Olhando os principais indicadores macroeconômicos que prevalecem até agora no Brasil, conseguiu-se um resultado muito positivo: a acentuada queda da taxa de inflação, que atormentava as famílias brasileiras. Resolveu-se um grave problema, mas à custa da criação de três outros. A taxa de desemprego aberto vem se aproximando dos 15 por cento, a qual, quando somada às taxas de desalentados (quem deixa de procurar emprego quando a recessão se prolonga) e dos subempregados (quem ocupa um posto inferior àquele que corresponderia às suas qualificações), nos leva facilmente a mais de 22 milhões de brasileiros insatisfeitos com os rumos da atual política econômica.

O segundo problema: apesar de eventuais espasmos de crescimento do PIB, é provável que a renda per capita do brasileiro em 2018 seja igual à renda per capita de 2008. Vale dizer, mais uma década perdida no desenvolvimento do País. Finalmente, a perda de arrecadação e de transferências fiscais, que vem ocorrendo nos três níveis de governo, tem resultado em deterioração na quantidade e na qualidade de serviços públicos essenciais para grupos sociais de média e de baixa renda da nossa população.

Resumidamente, é muito provável que o modelo de austeridade fiscal expansionista poderá nos entregar, ao longo dos próximos meses, um crescimento econômico inexpressivo de uma economia estável, um número dramático de desempregados e de desalentados, um panorama quase anárquico na oferta dos serviços públicos essenciais, um conjunto de reformas semiacabadas e, principalmente, a falta de uma perspectiva de desenvolvimento de médio e de longo prazo.



# A HISTERESE DA TAXA DE DESEMPREGO NO BRASIL

Nos últimos três anos, a economia brasileira deu um passo à frente ao reduzir a taxa de inflação abaixo da meta programada, e três passos para trás, quando a sua taxa de crescimento tornou-se gravemente negativa, quando se iniciou um processo de reconcentração da renda e da riqueza e, principalmente, quando as taxas de desemprego se tornaram dramaticamente perversas e politicamente intoleráveis.

Essa dramaticidade tem várias dimensões. O IBGE mostrou que, desde o primeiro trimestre de 2014, o Brasil perdeu cerca de três milhões de postos de trabalho em carteira assinada. As condições adversas do mercado de trabalho têm aumentado o desalento. É crescente o número de pessoas fora da população economicamente ativa que não procuram emprego por achar que não terão êxito: eram 23 por cento em 2012, passando para 47 por cento em 2017.

O drama do desemprego tem uma dimensão macroeconômica muito desastrosa. Taxas elevadas de desemprego - em torno de 15 por cento, em termos gerais, e de quase 30 por cento, para jovens entre 15 e 24 anos - reduzem o potencial de crescimento da economia, promovem a deterioração do capital humano, aumentam o déficit público e o da previdência social, etc. Mas tem também uma dimensão social extremamente penosa que se manifesta pelo empobrecimento das famílias de classe média, pela regressão na mobilidade social das classes mais pobres, pela crescente tendência ao estresse emocional e à ansiedade psíquica entre os desempregados e desalentados que se estendem aos seus familiares.

Há que se destacar também a questão da histerese da taxa de desemprego no Brasil. Histerese significa, no grego antigo, retardo e se refere à tendência de um sistema de conservar suas propriedades mesmo na ausência do estímulo que o gerou, ou seja, refere-se à capacidade de preservar uma deformação (o desemprego), efetuada por um estímulo ocorrido (a recessão econômica). Quanto mais se prolonga a atual recessão, que se caracterizará como depressão econômica se a taxa de crescimento de 2017 for negativa, maior tenderá a ser o atraso dos agentes econômicos em reagir aos estímulos para a retomada do crescimento econômico e mais profundos serão os efeitos e as cicatrizes permanentes na economia brasileira.

Esses estímulos poderão encontrar respostas defasadas e apáticas tanto dos grupos de desempregados e de desalentados quanto de empresários que, durante o período recessivo, se fragilizaram em termos de sua situação financeira e de espírito empreendedor. A economia não funciona segundo o condicionamento pavloviano, com base nos efeitos do binômio estímulo-resposta, mas num contexto imprevisível de riscos e incertezas. Os desempregados podem modificar as atitudes individuais em relação ao trabalho com a perda de suas habilidades, de sua autoconfiança, de seu status de sindicalizados, de seus contatos pessoais

Um longo período de recessão não se inflexiona sem retardo num ciclo de expansão econômica e na ausência de um processo de planejamento do desenvolvimento sustentável. Não bastam políticas de ajuste fiscal, mesmo que seja necessário esperar por um longo e indeterminado tempo para a volta do crescimento, um tempo que pode ser socialmente conflituoso e politicamente explosivo. É bom lembrarmos o que Keynes afirmou, em 1919, ao discordar da forma que os aliados estavam tratando as nações derrotadas na I Grande Guerra e após destacar que a consequente depressão econômica nessas nações poderia politicamente germinar os ovos da serpente (líderes populistas como Hitler e Mussolini): “Os homens não morrem silenciosamente”.





# A VISÃO DE FUTURO E O FUTURO DE NOSSOS NETOS

O Governo Federal vai utilizar recursos dos fundos constitucionais de desenvolvimento das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste para financiar o novo programa de crédito estudantil (FIES). A razão da escolha dos Fundos Constitucionais se deve simplesmente ao fato que os mesmos estavam disponíveis em termos do fluxo de caixa do Tesouro Nacional. Essa decisão significa a fragilização de um instrumento de política econômica, criado na Constituição de 1988, visando a atenuar os desequilíbrios regionais de desenvolvimento no Brasil. Um problema que ainda apresenta elevado nível de gravidade política: o PIB do Estado de São Paulo equivale praticamente à soma do PIB dos nove Estados do Nordeste mais o PIB dos sete Estados da Região Norte mais o PIB dos três Estados da Região Sul.

Essa e outras decisões do Governo Federal mostram como o modelo de austeridade fiscal expansionista quando concebido sem articulação com um modelo de desenvolvimento sustentável de médio e de longo prazo pode comprometer a eficácia das políticas públicas que cuidam das questões das desigualdades sociais e regionais, da sustentabilidade dos ecossistemas, da competitividade sistêmica da economia. Essas políticas perdem sua prioridade no cotidiano da gestão pública, perdem sua centralidade administrativa, perdem seu status político e perdem sua capacidade de inflexionar os efeitos cumulativos das assimetrias sociais e regionais assim como de inflexionar a degradação dos ativos e dos serviços ambientais. Acabam num envoltório de

incertezas quanto aos recursos que efetivamente dispõem e quanto ao poder regulatório que comandam.

O que o Governo Federal tem apresentado é uma sucessão de decisões ad hoc, casuísticas e descoordenadas sobre os recursos fiscais e financeiros, onde a realocação desses escassos recursos tem sido realizada, frequentemente, segundo a necessidade de cooptação de uma base política propensa a sustentar uma administração cuja legitimidade junto à opinião pública vem se desfazendo no ar.

O processo eleitoral de 2018 é uma oportunidade ímpar para a construção de uma visão de futuro da sociedade que queremos para o Brasil. Uma visão de futuro consensualizada entre os segmentos organizados da sociedade civil e negociada com lideranças e partidos políticos que ainda não se submeteram aos interesses velados e aos oportunismos fisiológicos de ocasião.

Não se trata tão somente da produção de um documento a mais com uma sobrecarga de ilusões utópicas e de ideologias ultrapassadas por experiências históricas. O que se deseja é uma visão de futuro que possa servir como lanterna de popa visando a fundamentar as decisões de curto, médio e de longo prazo para os três níveis de governo, para os segmentos empresariais em suas decisões operacionais e estratégicas e que traga esperança para as famílias no planejamento ao longo do seu ciclo de vida, para os jovens estruturarem suas perspectivas profissionais.

Não é tarefa simples mobilizar nossa população para conceber e implementar uma visão de futuro para a sociedade brasileira. Mesmo num contexto de crise socioeconômica e de erosão da credibilidade das lideranças políticas, há um ambiente de conformismo e aversão ao risco às mudanças estruturais entre alguns grupos sociais que deveriam ter protagonismo indispensável nessa grande transformação. De um lado, estão os rentistas que desfrutam das condições de vida do conforto moderno graças à crescente acumulação de capital financeiro. Do outro lado, está a massa de beneficiários das políticas sociais compensatórias fragilizada pela pobreza e pelo desalento.

Nesse ambiente de conformismo, de curto em curto prazo, estaremos transmitindo como valor de legado aos nossos netos, um país refém de uma armadilha de mediocridades socioeconômicas e socioambientais.



# O BRASIL PRECISA VOLTAR A CRESCER

Estamos vivendo a pior crise socioeconômica desde 1930. Em termos econômicos, os indicadores de crescimento do PIB e da renda per capita são piores do que os da primeira fase da crise de 1929 no Brasil. Em termos sociais, já somos cerca de 26 milhões de brasileiros desempregados, subempregados ou desalentados. Seria necessária essa mortificação para redimir nossa população de um longo período de desorganização das finanças públicas, submetidas ao populismo e ao voluntarismo de governantes irresponsáveis?

A nossa história mostra que os problemas sociais e econômicos podem ser mais bem resolvidos quando o País está crescendo - e crescendo de forma sustentada. Quando a economia cresce, dependendo do modelo de desenvolvimento adotado, é relativamente mais fácil utilizar o excedente econômico em expansão para financiar adequadamente as inovações tecnológicas, as micro e pequenas empresas, uma nova geração de empreendedores, o desenvolvimento de regiões e áreas economicamente deprimidas, etc. Torna-se mais fácil também ampliar e consolidar as transferências de renda das políticas sociais compensatórias para os pobres e os miseráveis. Vale dizer, viabiliza-se um modelo de crescimento com distribuição e inclusão social.

Mas, não é isto que está acontecendo com o atual modelo de austeridade fiscal expansionista? Negativo. Numa primeira etapa, a aplicação desse modelo tem nos lançado em uma circularidade de efeitos perversos. O corte dos gastos públicos e o aumento da carga tributária provocam efeitos contractionistas sobre o crescimento da economia. PIB menor, renda menor, base tributável menor e, por via de consequência, déficit fiscal primário maior. Assim, o déficit fiscal de hoje poderá se tornar o déficit fiscal maior do amanhã.

Frustram-se as receitas tributárias programadas num contexto de despesas governamentais inflexíveis. Até quando?

Esgotadas as economias que o Governo Federal pode realizar cortando despesas supérfluas, fraudes, corrupções administrativas, etc., a situação poderá se tornar politicamente dramática à medida que os cortes de despesas caminharem não apenas na direção de gastos discricionários sobre os quais é maior a liberdade relativa do Governo, mas também sobre as despesas constitucionalmente obrigatórias. Em geral, quando se chega a esta etapa, surgem os primeiros indicativos de que a política econômica pode estar fracassando, pois as soluções propostas passam a ter custos sociais ainda maiores.

O grande dilema da austeridade fiscal está em que a crise do desemprego, da desorganização dos serviços públicos essenciais e dos desestímulos aos empreendedores se dá no curto prazo. E as soluções para o controle das finanças públicas apontam para reformas microeconômicas e institucionais que poderão retomar o crescimento econômico, apenas no médio e no longo prazo. Nesse interregno, a equipe econômica, para justificar novos cortes ad hoc de gastos, acaba por assumir racionalizações constrangedoras e equivocadas do ponto de vista da história política do País.

Para escapar dessa causação circular acumulativa, que tem conduzido a uma medíocre desorganização das estruturas administrativas e das políticas públicas, à espera de uma lenta e duvidosa reversão de expectativas dos agentes econômicos, é crítico que se estruture um novo ciclo de expansão econômica que possa conviver em harmonia com o programa de estabilidade em andamento.

É possível estruturar esse ciclo a partir de um programa grandioso de investimentos em logística e na remodelação da matriz energética do País. Investimentos a serem comandados pela iniciativa privada nacional e internacional, com o Estado flexibilizando as regras de privatização, de concessão e de parcerias, mas definindo, simultaneamente, os interesses da sociedade no processo dessa grande transformação. Talvez esteja faltando ao País para comandar essa transformação uma liderança política como a de JK, que “a partir de um senso perfeito da realidade objetiva, leva o olhar de estadista muito além do seu campo visual e lhe permite intuir a pátria de amanhã”.



# TRAJETÓRIAS DE EMPOBRECIMENTO NO CICLO DA RECESSÃO ECONÔMICA

Uma das principais mazelas da atual política econômica tem sido o empobrecimento de diversos segmentos sociais da população brasileira à medida que avança a recessão, nos últimos três anos. Nesse período, a renda per capita da sociedade, em seu conjunto, diminuiu em mais de dez por cento. Simultaneamente, alguns grupos sociais e muitas famílias vivenciaram um rápido processo de empobrecimento, com diferentes trajetórias.

Em primeiro lugar, é preciso destacar que a pobreza admite uma escala que vai da situação de pobreza relativa até a situação de miséria. Num caso, a pobreza admite que uma família ou um grupo social possa dispor de renda e de capital ao nível de atendimento de suas necessidades básicas. Noutro extremo, estão os miseráveis e os despossuídos, que vivem numa situação de pobreza absoluta e de extrema vulnerabilidade social.

A recessão econômica gera a metamorfose do empobrecimento, conforme as perdas e danos das famílias e dos grupos sociais que venham a ocorrer em termos de capital financeiro (poupança, aplicações financeiras, ações, etc.) e não financeiro (casa própria, terra, etc.) ou em termos de nível de renda real (salários, juros, lucros, aluguéis). Algumas das trajetórias dessa metamorfose podem ser observadas com frequência maior nesses anos de recessão econômica. Vejamos dois exemplos.

A trajetória de empobrecimento de famílias e grupos sociais da classe média (funcionários públicos, profissionais liberais, microempresários, etc.), cuja perda inicial pode se dar pelo desemprego, pelo apelo ao su-

bemprego, pela fragilidade financeira ou pela perda de poder aquisitivo.

A trajetória, nesse caso, tem observado, frequentemente, o seguinte passo a passo: após a primeira queda de renda real, busca-se recompor o padrão de vida através da monetização dos ativos financeiros e não financeiros. Esgotada essa alternativa ao longo dos meses, o efeito cremalheira ou a resiliência do padrão de consumo já conquistado induz a diferentes formas de endividamento (cartão de crédito, prestações), que pode ser fatal no momento seguinte.

Um novo passo ocorre quando se abre mão do padrão de consumo, migrando do plano de saúde particular para o sistema público de atendimento à saúde, do aluguel em residências localizadas em bairros de classe média para moradias em áreas periféricas, etc.

Nesse passo a passo, acumula-se o desalento, perde-se a autoestima, aumentam o estresse e a tensão emocional.

Um segundo caso se refere a grupos sociais e famílias pertencentes aos chamados segmentos D e E da sociedade (em geral, de trabalhadores de mão de obra não qualificada ou semiquificada). Quando passam da situação de pobreza absoluta, da carência de recursos financeiros e de capital para atender às necessidades básicas de suas famílias diante do desemprego aberto, caminham, então, para a situação dos sem-teto, dos andarilhos, dos socialmente marginalizados e vulneráveis.

Quanto mais a recessão se aprofunda, com risco de se tornar uma depressão econômica, mais se podem observar casos dessa pobreza andarilha e sem-teto a mendigar nos grandes centros urbanos das áreas economicamente empobrecidas do País.

Emerge, então, a importância da preservação das políticas sociais compensatórias num contexto em que as portas de saída estão cerradas para os novos pobres. Trata-se dos benefícios sociais continuados para idosos e pessoas com deficiência física (LOAS), do programa bolsa-família, da previdência social. É um processo de redistribuição ou transferência de pouco dos que têm muito que acaba representando muito para os que têm pouco.



# FIM DA RECESSÃO OU ESPASMOS DE CRESCIMENTO?

Nos últimos três meses houve a divulgação de um conjunto de indicadores que têm dado a sensação de que a recessão econômica no Brasil ficou para trás. Os níveis de emprego, de compras no varejo, de superávit na balança comercial inflexionaram positivamente. Esses e outros resultados têm de ser analisados com extremo cuidado para que não sejam vendidas ilusões para uma população desalentada.

Como termina uma recessão econômica que se aprofundou durante os últimos três anos? São pelo menos três indicativos de que ela pode estar, eventualmente, chegando ao fim. Em primeiro lugar, é preciso que haja uma reversão de expectativas entre os agentes econômicos. Para os trabalhadores, essa reversão se expressa pela redução no período de desemprego e pela ampliação do campo de oportunidades. Para os empresários, quando aumenta o número de encomendas e de vendas.

Em segundo lugar, torna-se necessário que os níveis de incertezas relativos ao futuro político- institucional e às regras do jogo prevalentes no sistema econômico sejam reduzidos. A maioria das decisões de investimento e de consumo dos agentes econômicos depende de se eliminar a percepção de futuros caóticos ou totalmente imprevisíveis para a trajetória econômica. Esses agentes são racionais na formação de suas expectativas e aprenderam que não se pode confiar nos compromissos de governos sem legitimidade política e

contaminados pelo vírus da corrupção administrativa.

Finalmente, um ciclo de expansão econômica não é implementado sem que seja precedido de um conjunto de reformas microeconômicas e institucionais que favoreçam a mobilização persistente das potencialidades econômicas, a eliminação dos pontos de estrangulamento e a inserção competitiva na economia global. Esse ciclo não se confunde com eventuais espasmos de crescimento da economia. Se esses espasmos forem de baixa intensidade e não apresentarem taxas de expansão superiores ao crescimento demográfico, os valores per capita serão negativos sinalizando que a recessão ainda está incomodamente viva. Num ciclo de expansão, a economia cresce consistentemente duas ou três vezes a mais do que o crescimento da população.

Num país com imenso potencial de crescimento como o Brasil, pela diversidade e pela diferenciação na sua estrutura produtiva, sempre haverá alguma região ou algum setor produtivo em expansão. Tudo dependerá da conjuntura econômica global, da estabilidade macroeconômica, da promoção industrial de setores dinâmicos, do uso adequado dos instrumentos e dos mecanismos de política econômica, etc. É muito difícil que tudo isso esteja fora do prumo simultaneamente.

Assim, algum crescimento virá ao se mobilizarem segmentos e dimensões desse gigante econômico. Num trimestre, poderá ser a expansão induzida pelos efeitos de espraiamento da cadeia produtiva do agronegócio. Em outro trimestre, a expansão poderá ser alavancada pelo aumento do consumo familiar com sua renda disponível incrementada pela redução do imposto inflacionário e reforçada pela redistribuição de recursos reprimidos de fundos financeiros institucionais.

Nesse contexto de uma economia que não apresenta suas veias abertas, vai se configurando um comportamento de conformismo de nossas lideranças políticas e comunitárias com o status quo. Assistem ao declínio econômico, político e moral da nossa pátria, acomodadas nas benesses das políticas sociais compensatórias, na cornucópia da riqueza financeira, nos privilégios do acesso subsidiado ao Tesouro Nacional e aos ganhos velados e espúrios da representação política. Mas quem se importa?





# JUVENTUDE DESALENTADA EM PAÍSES EM CRISE ECONÔMICA E POLÍTICO- INSTITUCIONAL

Em 1976, participei de uma missão da OEA para elaborar um projeto de integração nacional do Uruguai. O país atravessava uma profunda crise econômica e político-institucional. Um terço de sua economia estava polarizado por empreendimentos no Sul do Brasil e outro terço, por empreendimentos no Leste da Argentina. O objetivo da missão era propor políticas públicas para a integração do espaço econômico do país.

Tivemos a oportunidade de entrevistar um grande número de jovens universitários na faixa etária de 20 a 25 anos. Quando perguntados sobre o seu projeto de vida, a resposta sistematicamente era mudar do país para estudar ou trabalhar no exterior. Um indicativo de que eram sombrias suas expectativas em relação ao futuro e de que parcela significativa do capital social nacional se faria ausente num processo de transformação do país. Concluímos: pobre Uruguai!

Historicamente, quando se observam diferentes crises econômicas e sociais de países da América Latina, vemos que as mazelas dessas crises recaem mais pesadamente sobre os jovens. Aqueles cujo ciclo de vida deveria contribuir mais para o desenvolvimento das sociedades, não apenas com os ganhos de competência profissional que obtiveram com uma educação avançada, mas também com a própria realização de seus projetos de vida. É o que está ocorrendo atualmente com o Brasil, que atravessa um dos períodos de maior decadência econômica, política e moral em sua história.

No primeiro trimestre desse ano, o desemprego entre os trabalhadores de 18 a 24 anos alcançou 28,8% ou 4,503 milhões de jovens; mais do que o dobro da taxa de desemprego geral de 13,6%. Duas observações adicionais: primeira - os anos a mais de estudos não se traduziram na garantia de um emprego, quando muito de algum subemprego (engenheiros dirigindo táxis, psicólogas como vendedoras de lojas de grife, etc.); segunda - quando se observa o comportamento da renda obtida pelos diferentes grupos no mercado de trabalho, entre o primeiro trimestre de 2015 e o primeiro trimestre de 2017, a renda real caiu 3,3% para o conjunto de todos trabalhadores brasileiros, mas retrocedeu 15,3% para os jovens de 15 a 19 anos e 7,9% para aqueles com idade de 20 a 24 anos.

Os analistas dos mercados de trabalho apontam também que os trabalhadores mais jovens sofrem particularmente os efeitos da crise de forma mais profunda por uma dupla razão. São os primeiros a perder o emprego por causa do baixo custo de demissão de acordo com a legislação trabalhista prevalecente à época. E não encontram maiores oportunidades nos mercados por falta de experiência profissional. Os últimos dados estatísticos do Atlas da Violência apontam que, de 2005 a 2015, 318 mil jovens brasileiros foram assassinados, dos quais, em cada 100, 71 são negros. Muitos na informalidade do trabalho, na pobreza das condições de vida e no desalento das perspectivas do futuro.

Enquanto isso, como a atual política de ajuste fiscal não dispõe de um plano de desenvolvimento para o futuro do País, vão se reduzindo a pó, através dos cortes casuísticos dos recursos financeiros e institucionais, muitas políticas públicas que poderiam estar abrindo um campo de oportunidades para que a nossa juventude possa construir uma nação mais progressista, mais justa e mais sustentável. É ilusão acreditar que os jovens brasileiros sejam conformistas e que assistem passivamente a desconstrução e o esfacelamento de seus sonhos. Como lembrou-nos Che Guevara: “Ser jovem e não ser revolucionário é uma contradição genética”.

Espera-se que a juventude brasileira se conscientize do seu papel no processo da grande transformação do nosso País e que não necessite migrar os seus projetos de vida para o exterior. De outra forma: pobre Brasil!



# FORMAÇÃO DE CAPITAL EM TEMPOS DE INCERTEZAS

Uma das maiores contribuições de Keynes para a evolução do pensamento econômico foi a introdução do conceito de incerteza nas decisões das instituições e dos agentes econômicos. Muitas dessas decisões são tomadas considerando a sua repercussão sobre o futuro. Quanto se deve poupar hoje para ter a qualidade de vida almejada amanhã? Quanto da renda futura se pode comprometer com empréstimos realizados no presente? Quanto se deve investir num novo projeto de uma empresa para colher os frutos do seu eventual sucesso na fase de operação?

Para Keynes, o futuro é incerto. Ele pode se configurar como uma projeção adaptada do que aprendemos no passado. Mas o futuro é, antes de tudo, dominado por expectativas, esperanças e sonhos.

Uma condição necessária para o crescimento sustentado de uma economia é o acúmulo de capital físico (infraestrutura de energia e transporte, máquinas e equipamentos, estruturas industriais, terras agricultáveis, etc.). As condições suficientes ficariam por conta do capital humano, do capital social e do capital institucional (bons governos, boas universidades, etc.) de que a sociedade disponha.

Segundo Keynes, numa economia capitalista sofisticada como a nossa, as instituições monetárias e financeiras determinam a forma de obtenção dos fundos requeridos para a formação de capital físico (poupança familiar, lucros e dividendos não distribuídos, superávits primários, poupança externa). Ou seja, a acumulação de capital físico na sociedade passa pelos diferentes

mercados financeiros e monetários. Tanto o capital novo como a reposição do capital que se desgastou nos processos de produção.

Quando os mercados financeiros oferecem taxas de remuneração generosas com baixo nível de risco, os fundos de reserva das empresas e das famílias não passam apenas por esses mercados como peregrinos, mas tendem por aí estacionar. É o que está ocorrendo nos últimos anos no Brasil. A taxa de juros real paga sobre os papéis que financiam a dívida pública do Governo Federal tem ficado acima de 5 por cento ao ano, um valor inominável quando comparado com valores praticados no Mundo onde, em diversos países, essa taxa tem sido quase nula ou até mesmo negativa.

Como consequência, a taxa de investimento no País tem caído sistematicamente nos últimos anos. Em 2013, a parcela do PIB que se destinou à formação de capital fixo era de 21 por cento, caindo para 15 por cento atualmente. Nos ciclos de prosperidade do Brasil (durante o Governo JK ou nos anos 1970) essa taxa chegava a 25 por cento. Quanto maior essa taxa, maiores são as chances de que um país possa crescer de forma sustentada no futuro. Um país pode crescer em dois ou três anos utilizando, eventualmente, a capacidade ociosa do seu sistema produtivo, mas sem configurar um ciclo de expansão duradouro. Conseguem-se, no máximo, espasmos de crescimento ocasionais.

É de conhecimento geral que os investimentos dos três níveis de governo e das próprias empresas estatais vêm desabando por problemas de insolvência financeira. Já os investimentos privados estão reprimidos pelos tempos de incertezas dos empreendedores quanto ao futuro político-institucional de um país que está imerso no subdesenvolvimento do fisiologismo político.

Para Keynes, em 1926, o problema político estava claro; três coisas deveriam ser combinadas: eficiência econômica, justiça social e liberdade individual. A primeira necessita de visão crítica, precaução e conhecimento técnico; a segunda, de espírito altruísta e entusiástico que se preocupa com as condições de vida do cidadão comum; a terceira, de tolerância, amplitude e valorização das excelências da diversidade e da independência, que prefere acima de tudo, criar oportunidades para o que é incomum e para o que aspira ser.



# QUESTÕES CONTROVERSAS DA ATUAL POLÍTICA ECONÔMICA

Há várias maneiras de se avaliar uma política econômica. Em termos pragmáticos, a melhor maneira seria analisar os seus resultados finalísticos, ou seja, se os seus objetivos, consistentes entre si, foram alcançados simultaneamente com relativo sucesso.

Uma controvérsia em torno da atual política econômica brasileira se refere precisamente sobre a chamada “controvérsia de objetivos”. Na verdade, o grande esforço dessa política tem sido em torno do equilíbrio fiscal. Ocorre, porém, que, na concepção de uma política econômica, o equilíbrio fiscal é tão somente uma restrição e não um objetivo no sentido técnico da lexicografia de planejamento.

O equilíbrio fiscal pode ser considerado um resultado intermediário ou uma condição necessária para se atingirem os objetivos ou metas quando é possível quantificá-los. Os objetivos, por outro lado, relacionam-se geralmente com três questões fundamentais do desenvolvimento de toda a sociedade: uma taxa de crescimento

econômico sustentado para gerar emprego e renda com estabilidade monetária; uma distribuição mais justa da renda e da riqueza produzidas ou acumuladas; a preservação, a conservação e a reabilitação dos ecossistemas onde as pessoas vivem.

A atual política econômica está centrada na redução das restrições e não nos objetivos de desenvolvimento da sociedade. Isso fica claro quando é chegada a hora de serem realizados cortes das despesas, necessários para o ajuste fiscal. Como não há objetivos explícitos na política econômica é impossível estabelecer prioridades ou avaliar o que se denomina de trade-offs ou conflitos de escolhas. Os cortes de gastos públicos acabam sendo realizados por critérios de conveniências burocráticas ou de oportunismo político. Em geral, eles ocorrem nos objetivos de políticas, programas e projetos quando não há vocabilidade política organizada para defendê-los ou blindá-los.

Esse contexto lembra um trecho de Alice no País das Maravilhas: “Onde fica a saída?”, perguntou Alice ao gato que ria; “Depende”, respondeu o gato. “De quê?”, replicou Alice; “Depende de para onde você quer ir...” Sem um projeto de desenvolvimento de médio e de longo prazos para o País, a política de gastos públicos deixa de ser orientada por objetivos e passa a ser uma sucessão inconsequente de decisões casuísticas. Provoca uma grande desorganização no funcionamento da administração pública dos três níveis de governo e o desmonte de instituições que levaram décadas para se consolidarem.

A ausência desse projeto não resulta de uma miopia conceitual ou metodológica da tecnoburocracia que formula, implementa e controla as políticas econômicas. Há no fundo uma dimensão ideológica indizível em torno dessa questão: qual concepção de Estado deveria presidir os critérios de decisão para definir as prioridades dos cortes das despesas ou qual a prevalência de decisões no ajuste fiscal entre cortes de despesas basilares versus aumentos de impostos e taxas sobre a riqueza financeira e os dividendos das aplicações especulativas?

Essas questões tendem a nortear as diretrizes da equipe econômica implicitamente, sem que se possa debatê-las de forma crítica com uma base aliada arregimentada primordialmente para a perpetuação

do poder político estabelecido e eivada de contradições ideológicas e doutrinárias.

Aparentemente, quando se mira apenas alguns indicadores macroeconômicos, tem-se a impressão de que tudo vai indo bem até que um dia se percebe que estamos envoltos num processo inexorável de decadência histórica. De novo lembra-nos Alice: “Ficou ali sentada, os olhos fechados, e quase acreditou estar no País das Maravilhas, embora soubesse que bastaria abri-los e tudo se transformaria em insípida realidade”.

**O TEMPO - 21/10/2017**



# É PRECISO REJUVENESCER O CAPITALISMO BRASILEIRO

Avaliar um sistema econômico significa observar, através de diferentes indicadores socioeconômicos e socioambientais, como o sistema está resolvendo os problemas fundamentais de desenvolvimento de uma sociedade. Essa observação não pode ser realizada apenas sobre indicadores de curto prazo (taxa de inflação, déficit fiscal, etc.), pois o sistema pode sempre sofrer ajustes fiscais e financeiros para superar as questões de conjuntura.

No Brasil, o capitalismo tem se mostrado incapaz de resolver alguns dos problemas que são usualmente denominados de estruturais. O seu equacionamento não ocorre apenas através de medidas transitórias e voluntaristas, mas é preciso que nasça da consciência política de lideranças propensas a conceber e a implementar grandes transformações. Essas transformações nascem da interrelação de ideias renovadas, de interesses iluminados e de instituições flexíveis e dinâmicas, geralmente estruturadas em políticas públicas sob a liderança de estadistas que vislumbram o horizonte de uma nação além do jogo político medíocre, cujo único objetivo é a manutenção e a preservação do poder para sustentar os interesses velados de sua base aliada.

São necessárias lideranças como a de JK que, sem otimismo ingênuo, baseava o seu mandato presidencial “na manifestação inequívoca de fé na capacidade realizadora dos brasileiros, no triunfo do espírito pioneiro, na prova de confiança na grandeza do Brasil, na ruptura completa com a rotina e o compromisso”.




As fragilidades do capitalismo brasileiro em muitos contextos são semelhantes às experiências históricas do capitalismo norte-americano ou europeu. Em outros, são específicas do nosso subdesenvolvimento político e do caráter emergente do nosso progresso econômico e social. Essas fragilidades se tornam visíveis em assimetrias e dissonâncias no processo de desenvolvimento do bem-estar social sustentável na vida dos brasileiros.

Incapacidade para equacionar o problema da pobreza persistente e para reverter um processo de crescentes desigualdades na distribuição da renda e da riqueza. Incapacidade para conter o uso predatório da base de recursos ambientais do País. Incapacidade para eliminar a tendência de imiscuir interesses privados com interesses públicos na gestão governamental dentro do estilo de capitalismo de compadrio associado às práticas de corrupção. Incapacidade para controlar a vocação imanente entre protagonistas políticos para ações de populismo econômico que criam ciclos de instabilidade econômica que resultam quase sempre em elevadas taxas de desemprego, etc.

Um dos problemas específicos do capitalismo no Brasil é a necessidade de se consolidar uma nova geração de empreendedores, inconformados com o status quo, que tenham o perfil cultural, a base ideológica e a sensibilidade política para lidar com os desafios contemporâneos de um mundo cada vez mais veloz, mais complexo e mais inextricável. Novos empreendedores com níveis de informação e conhecimento compatíveis com as inovações tecnológicas das revoluções industriais em marcha. E, ao mesmo tempo, compatíveis com uma cosmovisão indispensável para lidar, em seu planejamento estratégico, com as questões da sustentabilidade ambiental e da equidade social, em um país no qual as elites têm se tornado cada vez mais especulativas no campo econômico e impiedosas no campo socioambiental.

A importância de se rejuvenescer o capitalismo, criando um campo de oportunidades para a emergência de uma nova geração de empreendedores econômicos, sociais e culturais, se exprime na reflexão de Keynes, escrita em dezembro de 1935: “A dificuldade não está nas novas ideias, mas em escapar das velhas, que se ramificam, para aqueles que foram criados como a maioria de nós foi, por todos os cantos de nossas mentes”.



# O PRINCÍPIO DE POLLYANA E O ATUAL CRESCIMENTO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Pollyanna é um clássico da literatura infanto-juvenil, escrito e popularizado a partir de 1913. Pollyanna gostava de praticar um jogo que consistia em extrair algo de positivo mesmo nas coisas mais desagradáveis ou desfavoráveis. Na Psicologia Social, essa atitude recebeu a denominação de “Princípio de Pollyanna” para designar atitudes ingênuas diante de situações dramáticas, sofridas ou até mesmo catastróficas.

A preferência, ao se formular e implementar uma política econômica para um país em crise, deveria ser a de um comportamento de “otimismo trágico”, segundo o qual “espera-se que certo otimismo com relação ao nosso futuro possa fluir das lições do nosso trágico passado”.

Como dizia Pollyanna, em tudo há sempre algo capaz de nos dar contentamento, a questão é descobri-la. No atual contexto da economia brasileira não é difícil descobrir coisas que nos tragam alegria. A taxa de inflação está muito baixa para os padrões históricos do Brasil. O mercado de trabalho dá sinais de recuperação. O PIB volta a crescer lentamente com indicadores positivos de aceleração nos próximos dois anos. Houve rápida queda na taxa Selic de 14,2% para 7,0%. A balança comercial tem apresentado superávits expressivos e crescentes.

Na verdade, a economia brasileira vai bem, mas está mal. As marcas da crise econômica dos últimos anos são mais profundas e duradouras do que aquelas provocadas pela crise de 1929, e sua assepsia passa por radicais reformas econômicas e político-institucional.

Qualquer analista da economia brasileira precisa ser muito conformista para afirmar que a atual situação do País é satisfatória. São treze milhões de desempregados que somados aos subempregados e aos desalentados chegam a quase 25 milhões de brasileiros. A taxa de juros real está em torno de 5% e ainda é uma das maiores do Mundo, estimulando a especulação financeira dos rentistas e desestimulando os investimentos diretamente produtivos. De corte em corte dos gastos públicos, reduzem-se a quantidade e a qualidade dos serviços públicos essenciais para os mais pobres e desestruturam-se as políticas governamentais que buscam maior competitividade sistêmica das atividades econômicas, a preservação e a reabilitação dos ecossistemas e ações de natureza socialmente compensatórias. A taxa de crescimento do PIB potencial é provavelmente inferior a 2%, o que significa um crescimento per capita quase nulo. São alguns dos indicadores de que a situação econômica e a situação socioambiental não estão bem, apesar do esforço dos ajustes que vêm sendo realizados com sucesso no último ano.

Os ganhos de crescimento configurados recentemente são de natureza transitória e espasmódica, resultantes da queda da taxa de juros, do aumento do poder aquisitivo da massa salarial com a bem sucedida desinflação e da ampla disponibilidade de capacidade ociosa na economia. Não se pode confundir com o início de um novo ciclo de expansão como ocorreu nos anos JK ou nos anos do “milagre econômico”, quando a economia crescia de forma sustentada três a quatro vezes mais rápido do que a taxa de crescimento demográfico.

Um ciclo de expansão não é apenas um subproduto cronológico do equilíbrio fiscal. Num ambiente de incertezas políticas e econômicas sobre as indispensáveis mudanças estruturais e de reformas inacabadas, é necessário que o Estado coordene as ações descentralizadas dos agentes econômicos numa verdadeira complementariedade de estratégias, de expectativas e de antecipações através do desencadeamento de um novo “motor de desenvolvimento”. Como, por exemplo, por meio da promoção de um amplo programa de investimentos privados visando à eliminação de pontos de estrangulamento numa nova matriz energética e na modernização da logística de transporte e de comunicação do País.



# QUANDO A POBREZA ENRAÍZA NO ESPAÇO GEOGRÁFICO

François Perroux, o principal economista francês do Pós-II Grande Guerra, destacando-se, inclusive, como pioneiro na concepção da União Europeia, afirmava que o desenvolvimento é um processo seletivo e acumulativo que não aparece em todo lugar ao mesmo tempo, mas torna-se manifesto em certos pontos do espaço, com intensidade variável. De fato, no caso dos 5.570 municípios brasileiros, cerca de 2.000 se localizam em áreas economicamente deprimidas. Em Minas, dos 853 municípios, quase 200 se encontram em áreas economicamente deprimidas.

Uma área economicamente deprimida se caracteriza como um conjunto de municípios com um baixo nível de PIB per capita (inferior a 30 por cento do PIB per capita brasileiro), elevados índices de pobreza e de carência de serviços sociais básicos, insuficiência de absorção de mão de obra (elevadas taxas de desemprego aberto, de subemprego ou desemprego disfarçado). Essas áreas se encontram, principalmente, no Sertão e no Agreste do Nordeste do País, nos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, no Norte de Minas, em áreas desmatadas da Amazônia.


Essas áreas têm em comum o fato de que utilizaram, historicamente, a sua base de recursos naturais renováveis de forma predatória (florestas tropicais – Mata Atlântica e Amazônia) e não renováveis (ciclos do ouro e do diamante em Minas). Na perspectiva da Ecologia Integral não se pode segmentar de forma isolada e parcial os indicadores de desenvolvimento humano e os indicadores de sustentabilidade ambiental. A evolução da Humanidade e a evolução da Natureza são consideradas capítulos da mesma história.

Essa integração se processa através dos modelos de desenvolvimento do território que prevalecem em cada tempo histórico e em cada espaço geográfico. São os modos de consumo, de produção e de acumulação, conjugados com a organização espacial do território. É no processo de ocupação e desenvolvimento (aménagement) do território que ocorre a integração dialética entre Homem e Natureza.

O Papa Francisco afirma em sua encíclica LAUDATO SÍ, de 2015, que não estamos diante de duas crises separadas, uma ambiental e outra social, mas de uma crise complexa que é, ao mesmo tempo, social e ambiental. É essencial encontrar soluções e estratégias abrangentes que considerem as interações entre os próprios sistemas naturais com os sistemas sociais.

O processo de desenvolvimento sustentável define que o valor de um recurso ambiental (água doce, biodiversidade, climas amenos, ar puro, etc.) é igual à soma do valor de uso e do valor de não uso. O valor de não uso considera o legado dos benefícios dos recursos ambientais que serão herdados pelas futuras gerações, os netos e bisnetos dos brasileiros. No caso das áreas economicamente deprimidas, onde o valor dos ativos ambientais e dos serviços ecossistêmicos foi destruído no passado, os indicadores socioeconômicos e socioambientais registram incontestáveis custos ecológicos e sociais.

E quem paga os custos dessa nefasta dívida histórica? É evidente que há custos que são inestimáveis. Outros são compensados através de políticas públicas. As populações das áreas economicamente deprimidas são beneficiárias, ainda que de forma precária, de políticas sociais compensatórias, financiadas pela carga tributária que pesa sobre as regiões mais desenvolvidas. Enquanto suas Prefeituras são financiadas por transferências federais constitucionais e por fundos especiais, tendo como fontes de recursos a riqueza gerada nos Estados e Municípios mais bem aquinhoados em termos de PIB, de renda e de patrimônio. É como se centenas e centenas de municípios brasileiros vivessem de mesadas do Governo Federal, embora preferissem investimentos para mobilizar suas potencialidades econômicas, gerando emprego e renda para a população. A sua esperança é que “as coisas mudam no devagar depressa dos tempos”, como já disse Guimarães Rosa.



# A QUALIDADE DA POLÍTICA ECONÔMICA: UM PASSO À FRENTE DOIS PARA TRÁS

Uma característica fundamental da atual política econômica do Governo Federal é o seu empobrecimento em relação aos objetivos a serem alcançados. O Brasil tem inúmeros problemas econômicos e socioambientais que precisam ser superados. Se não houver uma grande transformação multifacetada nos valores e objetivos de desenvolvimento do País, será dada continuidade a essa trajetória histórica de crescimento econômico pífio, de destruição dos nossos ativos e serviços ambientais e de aprofundamento das desigualdades sociais e regionais que há décadas nos acompanham.

A política econômica privilegiou como objetivo dominante o ajuste fiscal dos três níveis de governo, na expectativa de tirar o Brasil da insolvência financeira e, igualmente, de promover a retomada do crescimento pela via do modelo de austeridade fiscal expansionista. A linguagem de marketing da política econômica mistifica o anúncio, para a opinião pública, dos objetivos relacionados ao crescimento com distribuição e sustentabilidade ambiental. Nesse contexto, do ponto de vista operacional, deixa de haver conflitos ou trade-offs entre objetivos a serem equacionados ao nível do processo decisório governamental, como aconteceu em diversas experiências históricas mais notáveis em escala mundial.

Aconteceu, por exemplo, durante a Revolução Industrial na Inglaterra, quando dois dos objetivos de um típico processo de desenvolvimento sustentável (a equidade na distribuição dos frutos da expansão econômica e o uso sustentável da base de recursos naturais do país) foram sacrificados em benefício da industrialização acelerada a qualquer custo social e ecológico. Daí

as precárias condições de vida do proletariado naquela época, vivendo nas periferias de cidades industriais cinzentas, sem serviços públicos de saúde e educação, com ar poluído pela fumaça gerada pelas primeiras grandes fábricas, resultante da queima de suas florestas sob a forma de carvão vegetal, o principal insumo energético à época.

Aconteceu nos Planos Quinquenais da União Soviética, quando não era permitido colocar obstáculos à realização das metas de crescimento dos setores-chave de uma economia intencionalmente fechada pela “cortina de ferro”. Daí uma concentração da população e das atividades industriais em poucos centros urbanos, levando à pressão sobre os recursos naturais mais frágeis, o que comprometeu de forma dramática os ecossistemas locais.

O mesmo aconteceu no Brasil no início dos anos 1970, durante o período denominado “milagre econômico”. Um período de crescimento econômico excepcional, mas, ao mesmo tempo, um período de grande concentração de renda e de riqueza assim como de intensa degradação dos principais ecossistemas brasileiros (desmatamento na Amazônia e na Mata Atlântica, uso não sustentável do agronegócio nos Cerrados, etc.).

Nada muito diferente do que está acontecendo com a atual política econômica do Governo Federal, com um passo à frente a partir do relativo sucesso da política monetária que resultou na queda da inflação e seus efeitos favoráveis sobre o poder de compra da massa salarial, e com dois passos para trás com a elevação dos índices do desemprego e do subemprego, assim como da concentração de renda. Para reverter expectativas inflacionárias e de insolvência financeira do País, jogou-se a economia na maior recessão desde a crise de 1929 e numa profunda crise social. O PIB per capita encolheu cerca de 10 por cento nos dois últimos anos. De 2014 até o fim deste ano, o Brasil vai ter 4,7 milhões de pobres a mais e, também a mais, 3 milhões de pessoas extremamente pobres (miserabilidade, pobreza crítica, pobreza andarilha), segundo o Banco Mundial.

O grave risco de se encolher a agenda dos objetivos da política econômica é, pois, o de aprofundar as tensões sociais e políticas no País até o ponto em que o inconformismo latente dos desempregados, dos empobrecidos e dos desalentados se transforme em ponto de inflexão crítico para mudanças radicais sob diferentes espectros ideológicos.



# QUANDO A SOMBRA DO REVERENDO MALTHUS NOS ATORMENTA

A atual política econômica do Governo Federal aumentou significativamente o número de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza. Em 2014, eram 16,2 milhões de brasileiros vivendo na extrema pobreza; em 2016, esse número passou para 24,8 milhões. Em dois anos, houve um crescimento de 53 por cento no número de brasileiros que se tornaram extremamente pobres. A situação mais grave dessa miserabilidade é a dos sem teto, sem renda, sem riqueza e sem oportunidades a qual denominei de pobreza andarilha, pois lembra a imagem indivíduos e famílias perambulando sem destino e sem esperança nos grandes centros urbanos do País.

Em 1798, o Reverendo Thomas Robert Malthus publicou na Inglaterra em livro clássico onde previa que o crescimento geométrico da população versus a evolução da produção mais lenta de alimentos iria induzir a formação de um número inquestionável de miseráveis na sociedade. Felizmente, Malthus se equivocou sobre a evolução de ambas as séries estatísticas que analisou. Os resultados do progresso científico e tecnológico da agropecuária ampliaram enormemente a produtividade por hectare nas zonas rurais em muitos países e mudanças nas taxas de mortalidade e de fecundidade evitaram a explosão demográfica no Planeta.

Os cerrados brasileiros, por exemplo, que ocupam cerca de 60 por cento de nosso território constituem, atualmente, um dos mais expressivos celeiros



mundiais de produção de proteína animal e de proteína vegetal. E o progresso tecnológico não para de avançar no campo, com destaque para a agricultura de precisão nas lavouras capitalizadas de muitas nações.

Por outro lado, se o cenário de altas taxas de fertilidade mais próximo do pensamento de Malthus se realizasse nos países mais pobres, a população mundial chegaria a 28,6 bilhões em 2100, quatro vezes maior do que a atual. A ONU considera que esse cenário subestimou não apenas a queda nas taxas de mortalidade infantil e geral, mas também o papel das condições sociais das famílias e de sua liberdade de escolha sobre o custo de oportunidade de ter mais filhos. A ONU considera mais plausível a continuação das tendências recentes que estima a taxa anual de crescimento em 1,1 por cento e a população total em 10,8 bilhões em 2100.

Mas a sombra de Malthus ainda continua a nos atormentar. Países pobres, com altas taxas de fertilidade, estão envoltos numa “armadilha demográfica”: têm muitas crianças e cada criança tem mais chance de crescer pobre, formando um círculo vicioso entre alta fertilidade e pobreza. A FAO destaca a necessidade de manter um ritmo acelerado das inovações, pois 800 milhões de pessoas ainda passam fome no Mundo e “em razão dos impactos das mudanças climáticas, os antigos riscos e incertezas com relação à produção de alimentos estão voltando”. Ou seja, da mesma forma que Malthus subestimou o progresso tecnológico, os economistas estão subestimando os danos e perdas ambientais que comprometem o processo de desenvolvimento sustentável.

Philip Kotler destacou, em livro recente, quatorze limitações do capitalismo moderno que precisam ser superadas, destacando que o sistema apresenta pouca ou nenhuma solução para a pobreza persistente, gerando um nível crescente de desigualdade de renda e de riqueza. Lembra o que Adam Smith afirmava em 1776: nenhuma sociedade certamente poderá ser próspera e feliz se a maioria dos seus membros for pobre e miserável. É o caso do Brasil, um país com imensas potencialidades de desenvolvimento, mas cujas instituições econômicas e político-institucionais continuam a produzir desigualdades e assimetrias sociais.



# A ECONOMIA BRASILEIRA EM 2018: CRESCIMENTO SEM ILUSÕES

O crescimento da economia brasileira, em torno de um por cento no final de 2017, poderá ser um indicativo de que, passada a recessão de 2014 a 2016, a expansão econômica em 2018 deverá se acelerar? Como a recessão econômica foi profunda e deixou como legado uma imensa e assimétrica capacidade ociosa de homens, máquinas e energia institucional, a questão que se coloca é de avaliar o status dos diferentes componentes da demanda agregada da economia e seu potencial de mobilizar essa ociosidade.

Em primeiro lugar, dificilmente a expansão da demanda poderá vir do aumento dos gastos públicos como mecanismo compensatório da insuficiência da demanda das empresas e das famílias. Não há grau de liberdade em termos de excedentes fiscais nem de aumento da dívida pública federal para realizar políticas de investimento pró-crescimento. Na verdade, como o Orçamento Geral da União se encontra sob o regime de teto de gastos e engessado em

seus comprometimentos constitucionais e políticos, não haverá recursos nem para complementar as obras públicas iniciadas no ciclo de prosperidade de 2002 a 2010 nem mesmo para a recomposição do capital infraestrutural que se desgasta e se deprecia.

Além do mais, até agora a crise fiscal tem sido uma batalha ao nível das questões de insolvência financeira das instituições da administração direta e indireta do Governo Federal. A crise fiscal dos Estados e Municípios começa a entrar em cena dramaticamente através de protagonistas federativos de grande expressão como o Rio de Janeiro, Minas Gerais e o Rio Grande do Sul.

As expectativas se voltam, pois, para os investidores privados que poderiam realizar projetos diretamente ou através de parcerias público-privado. Algo mais fácil de ser proposto do que de ser implementado.

Estudos recentes têm mostrado o papel importante das interações entre instabilidade e incerteza para o desempenho dos investimentos do setor privado em contextos como os que se apresentam para o Brasil atualmente. A instabilidade macroeconômica resulta, entre outros fatores, da influência de variáveis financeiras sobre o comportamento das funções de investimento. A especificação dessas funções fica fortemente dependente do ambiente político-institucional que configura as variáveis financeiras, ambiente impregnado de incertezas neste início de 2018.

Há dois componentes da demanda agregada que, eventualmente, poderão impulsionar os ventos dominantes do crescimento econômico de 2018: o consumo das famílias, embalado pela queda expressiva das taxas de inflação e de juros; e o ambiente da economia global bastante favorável à redução dos nossos déficits em conta corrente, ao recorrente influxo de investimentos externos diretos e de portfólio no País, à grandiosidade das nossas reservas internacionais e ao dinamismo da competitividade sistêmica do agronegócio brasileiro.

Entretanto, 2018 ainda será um ano que será lembrado pelas profundas incertezas sobre o futuro econômico e político de nos-

so País. Não seremos surpreendidos se, ao longo do ano de 2018, trimestre após trimestre, os atuais prognósticos de crescimento do PIB, sejam corrigidos, pois não temos confiança sobre as grandes mudanças que a nossa política econômica precisa sofrer e, principalmente, sobre a forma que tais mudanças venham a ocorrer. Mas, apesar do subdesenvolvimento político, o Brasil apresenta, no cenário internacional, imensas e inquestionáveis potencialidades de desenvolvimento sustentável, de tal forma que a arte de não crescer torna-se difícil.

O TEMPO - 30/12/2017



# O EFEITO DOMINÓ DA CRISE FISCAL NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

Em 1965, quando era Ministro do Planejamento, Roberto Campos afirmava que a solução dos problemas macroeconômicos do Brasil não seria sustentável se não houvesse um tratamento diferenciado e integrado para o equilíbrio fiscal dos Estados e dos Municípios. Na elaboração do Programa de Estabilização Econômica (PAEG) juntamente com Gouveia de Bulhões, então Ministro da Fazenda, chegou a cunhar a expressão “inflação federativa” para afirmar que a estabilidade monetária não ocorreria se não fossem equacionados os mega déficits fiscais dos Estados e Municípios à época.

Se acontecem rebeliões em presídios, se filas se formam nos centros de saúde e se atrasos são frequentes nos pagamentos do funcionalismo público dos Estados e Municípios, a qualidade de vida do cidadão comum cai sensivelmente: menos segurança, mais incertezas e mais desalento sobre o que poderá ocorrer no seu dia a dia. É bom lembrar que, em seu conjunto, os Estados e Municípios, durante vários anos desse século 21, contribuíram positivamente com superávits fiscais para a formação do superávit primário do setor público consolidado brasileiro. E que a deterioração acelerada das finanças públicas de alguns Estados e Municípios é um evento relativamente recente, embora previsível.

Papel central da crise fiscal é, sem dúvida, a má gestão operacional e estratégica das contas públicas de alguns Estados e Municípios, a ponto de perderem o controle da evolução das suas despesas correntes as quais avançaram celeremente sobre suas receitas líquidas. Há casos também de contaminação das epidemias da corrupção administrativa avassaladora em órgãos da administração, direta e indireta, estaduais e municipais. Mas, ao contrário, em muitos Estados e Municípios a fragilização de suas finanças ocorreu, predominantemente, como consequência das mazelas econômicas e sociais da recessão que assolou o País desde 2014.

Estados e Municípios perderam expressivas receitas tributárias próprias e de transferências do Governo Federal num contexto em que as suas despesas eram rígidas e inflexíveis por causa de decisões constitucionais e políticas assumidas no passado, assim como da expansão dessas despesas pela pressão da demanda dos desempregados e da classe média empobrecida sobre os serviços públicos de saúde e educação.

Em países de grande tamanho e com regiões heterogêneas, os ciclos das economias estaduais e suas áreas geográficas são bastante diversificados em relação ao próprio ciclo da economia nacional. Há dois fatores de maior destaque para analisar como a recessão econômica chega diferenciadamente aos Estados e Municípios: um estrutural e outro diferencial. As economias estaduais e municipais cuja estrutura produtiva apresenta maior grau de especialização em setores globalmente competitivos irão se destacar com taxas elevadas de crescimento, apesar da recessão. O segundo fator se refere ao componente de desempenho diferencial das organizações produtivas regionais ou locais que se reestruturaram e se tornaram competitivas globalmente pós-abertura econômica dos anos 1990, levando o desenvolvimento às áreas em que se localizam.

Se o Governo Federal não ampliar o escopo de seu ajuste fiscal e se concentrar apenas no equilíbrio de suas próprias contas, poderá ser surpreendido pelo tamanho dos imensos déficits fiscais e desequilíbrios previdenciários dos Estados e Municípios e seu potencial de instabilidade política e tensão social no médio prazo. Como dizia o filósofo Immanuel Kant: “Quem não sabe o que busca, não identifica o que acha”.



# UMA EXPERIÊNCIA HISTÓRICA DE DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO EM MINAS

Nos anos 1960, a situação socioeconômica do Estado de Minas Gerais era de estagnação econômica e de falta de oportunidades para que as pessoas pudessem ter acesso aos mercados de trabalho a fim de realizar os seus projetos de vida. As finanças públicas eram precárias e a visão de futuro era desalentadora.

Nesse contexto, em torno de 17 por cento da população migraram para outras Unidades da Federação, ou até mesmo para outros países, em busca de emprego e de realização pessoal e familiar.

Era, de fato, um contexto pleno de contradições e ambiguidades. Lado a lado com uma economia estadual sem perspectivas de crescimento, estava uma sociedade com imensas potencialidades de desenvolvimento. Tínhamos um dos melhores sistemas de educação média e superior no Brasil que disponibilizava uma oferta relativamente abundante de capital humano e de capital intelectual. O binômio do Governador Juscelino Kubitschek havia ampliado o abastecimento dos serviços de energia e de transporte para logística de novos empreendimentos.

Esse hiato criou entre as lideranças um sentimento de inconformismo com o status quo e a necessidade de que o Estado passasse por uma grande transformação.

Deu-se início, pois, a uma notável experiência de desenvolvimento endógeno cujo marco inicial foi a edição de cinco volumes do Diagnóstico da Economia Mineira, em 1968, onde se explicitava, na melhor linguagem técnica à época, o que fazer, como fazer, onde fazer e para quem fazer as medidas para tirar Minas do atraso em relação ao Rio e São Paulo.

Os resultados dessa experiência foram muito significativos. Minas passou por um processo de industrialização acelerada (crescimento de 11 por cento ao ano) e assumiu o segundo posto na economia nacional, abaixo apenas de São Paulo. Os mercados de trabalho se dinamizaram e se diversificaram.

Hoje, infelizmente, Minas apresenta um quadro econômico e social mais dramático do que em 1960. O nosso PIB per capita ainda é inferior à média brasileira; a nossa estrutura produtiva está relativamente envelhecida face às novas revoluções científicas e tecnológicas; temos cerca de 200 municípios em áreas economicamente deprimidas. São indicativos de que Minas precisa vivenciar um novo ciclo de grande transformação.

Quais as lições que poderemos trazer da experiência passada para a construção do nosso futuro?

Um processo de desenvolvimento endógeno é concebido e implementado a partir da capacidade que dispõe determinada comunidade para a mobilização social e política dos recursos humanos, materiais e institucionais. Fica, portanto, na dependência das qualidades de suas lideranças políticas e comunitárias.

Esse processo não brota no terreno do conformismo, da apatia, da inércia ou da passividade dessas lideranças. Não há grandes mudanças endógenas onde não há inconformismo quanto à precariedade dos indicadores econômicos e socioambientais, quanto ao subaproveitamento das potencialidades de crescimento e sem uma visão de futuro.

Se a infraestrutura econômica é necessária para o crescimento de



uma região, a condição suficiente irá depender dos capitais intangíveis (capital institucional, capital humano, capital cívico, capital social) de que a região dispõe. Nos anos 1970, foram as novas instituições (BDMG, FJP, CDI, EPAMIG, INDI, CETEC, CDI) que fizeram o desenvolvimento acontecer.

Finalmente, somente se constrói uma experiência de desenvolvimento endógeno, visando a uma grande transformação da sociedade, num ambiente de confiança e de esperança no futuro. Pela frequência e a intensidade das más notícias nos eventos cotidianos corre-se, atualmente, o risco de se cair no desalento, na frustração ou, até mesmo, no pessimismo.

O TEMPO – 27/01/2018



# O AEROPORTO DE CONFINIS E O VETOR NORTE DA RMBH

Em 1980, o Governo Federal comunicou aos Governadores de Minas e de São Paulo que seriam construídos, com recursos financeiros do Orçamento Geral da União, dois aeroportos internacionais, um em cada Região Metropolitana dos Estados. A localização do aeroporto internacional de São Paulo já estava definida pelo Ministério da Aeronáutica para ser em Cumbica. Caberia ao Governo de Minas estabelecer o local para a implantação do aeroporto da RMBH.

Ora, no período de 1965 a 1985, Minas vivenciou uma longa fase de experiências bem sucedidas de planejamento de médio e de longo prazo nos órgãos da administração direta e indireta estadual. Algumas dessas experiências merecem destaque porque foram concebidas e implementadas a partir de um sistema estadual de planejamento, estruturado com a assessoria técnica internacional do ILPES/ONU, da Arthur D. Little, da JICA, da GTZ, além do capital intelectual situado nos principais centros de ensino e de pesquisa do Estado.

No setor agropecuário, ocorreu uma revolução científica e tecnológica, com a transformação dos cerrados em áreas de produção competitiva, em nível global, de proteína animal e de proteína vegetal. No sistema de cidades do Estado, aconteceu uma reestruturação, com a promoção das cidades de porte médio a metrópoles de equilíbrio regional. Organizou-se um sistema de promoção industrial que conseguiu atrair para o Estado mais de quatrocentos projetos de investimento no período de 1970 a 1975, com destaque para a FIAT.

Nesse ambiente de planejamento estadual, a missão de localização do aeroporto internacional da RMBH não ocorreria sem uma visão do futuro sobre um grande projeto de investimento reestruturante do território metropolitano. O Governador Francelino Pereira dos Santos entregou essa missão para ser executada pela equipe técnica do PLAMBEL, sob a coordenação do saudoso e competente arquiteto Hailton Curi.

A partir da avaliação de cenários alternativos para a transformação planejada do espaço metropolitano, visando ao bem-estar social sustentável da população, ficou decidido que seria estruturado um novo eixo de expansão da RMBH na direção Norte, o Vetor Norte, com objetivos multifacetados. As equipes técnicas do PLAMBEL e do Ministério da Aeronáutica pensaram a localização do aeroporto de Confins como estratégia para acomodar, na sua extensa área de influência direta e indireta, uma população metropolitana com crescimento geométrico superior a cinco por cento ao ano, novas bases industriais para a geração de emprego e renda, um novo lugar central para a prestação de serviços terciários e quaternários.

Pode-se afirmar que os objetivos propostos pelo Governo do Estado foram atingidos com base em pelo menos duas linhas de argumentação. A primeira de natureza contrafactual: o que teria ocorrido com a infraestrutura econômica e social metropolitana se a localização tivesse sido nas áreas já congestionadas da Região que já apresentavam deseconomias de aglomeração. A segunda, por meio de indicadores georreferenciados de desenvolvimento socio-

econômico e socioambiental do tipo estático-comparativo (antes e depois da reestruturação espacial).

As decisões que envolvem processo de reorganização do espaço socioeconômico se realizam através do planejamento do desenvolvimento sustentável no médio e no longo prazo. Sem esse planejamento, os governos correm o risco de concentrar suas ações na gestão cotidiana das questões de curto prazo, com perda de uma perspectiva criativa e abrangente dos problemas e das potencialidades do Estado.

**O TEMPO - 10/02/2018**



# EXPECTATIVAS, OTIMISMO E A SÍNDROME DE BRÁS CUBAS

As principais decisões econômicas que tomamos ao longo do tempo estão impregnadas de incertezas, expectativas e de riscos. Adquirir um imóvel, realizar um investimento financeiro em ações, escolher uma carreira profissional, investir na construção de uma nova indústria ou na modernização de uma já existente, tudo isso implica uma imersão no tempo futuro. Implica, ainda, tornar inflexíveis ou quase irreversíveis os recursos e o tempo de que iremos dispor no futuro. Enfim, comprometem-se, hoje, os graus de liberdade sobre o que poderá ser realizado amanhã.

Até o início dos anos 1970, as teorias dos economistas baseavam-se no que se denominava de expectativas adaptativas. Uma abordagem que pressupõe que as pessoas formam suas expectativas com base nos valores observados até recentemente no comportamento das variáveis econômicas. O futuro era praticamente uma reprodução das expectativas passadas, com alguma correção na margem.

Nas últimas décadas, tem prevalecido o que se denomina de expectativas racionais. Uma abordagem que pressupõe que as pessoas, para tomar decisões sobre o futuro, utilizam o máximo de informações disponíveis, incluindo informações sobre a direção dos resultados das políticas econômicas atuais e previstas. Diz-se, então, que as expectativas do que pode ocorrer amanhã já estão sendo precificadas hoje.

A tendência das principais variáveis da economia normalmente não é linear. Há sempre inflexões, rupturas e discontinuidades em muitas dessas

variáveis em função da conjuntura da economia global, das perspectivas políticas internas, do “espírito animal” dos empreendedores quanto aos seus investimentos diretamente produtivos, das armadilhas da liquidez que levam empresários e consumidores à preferência pela aplicação financeira diante de incertezas, etc. Todas essas não linearidades amplificam as incertezas nos processos decisórios.

Entretanto, em 1936, Keynes já dizia que o estado da expectativa em longo prazo, que serve de base para as nossas decisões, não depende exclusivamente do prognóstico mais provável que possamos formular. Depende, também, da confiança com a qual fazemos esse prognóstico.

A observação prática dos mercados e da psicologia dos negócios, a partir de diferentes experiências históricas dos ciclos econômicos em diversos países, nos permite delimitar duas situações extremas sobre o estado de confiança no futuro: a de otimismo ingênuo e a do pessimismo dramático. O otimista ingênuo é aquele que, num ambiente de crise estrutural, vê em algum crescimento econômico, ainda que pífio, um indicativo do início de um novo ciclo de expansão da economia. Como dizia Pangloss, na obra *Candide* ou *L’optimisme*, de Voltaire: “tudo vai pelo melhor no melhor dos mundos possíveis”, até que chega a desilusão.

Já o pessimista dramático, que não vê saída ou alternativa para uma crise quando ela se aprofunda e se embaraça, lembra a figura de Brás Cubas no livro clássico de Machado de Assis, em seu capítulo final, o capítulo das negativas - “Somadas umas coisas e outras, qualquer pessoa imaginará que não houve minguagem nem sobra, e conseqüentemente que sai quite com a vida. E imaginará mal, porque ao chegar a este outro lado do mistério, achei-me com um pequeno saldo, que é a derradeira negativa deste capítulo de negativas: - Não tive filhos, não transmiti a nenhuma criatura o legado de nossa miséria”.

Não se pode querer viver num paraíso edênico nem num inferno dantesco ao se projetarem as perspectivas futuras de variáveis que importam para a vida econômica de cada um de nós. Temos que desenvolver nossa capacidade de demonstrar a realidade da maneira mais verossímil possível, sem desalento e sem ufanismo.



# A LÓGICA CIRCULAR DA CRISE ECONÔMICA

Depois da II Grande Guerra, o Brasil vivenciou dois ciclos de expansão econômica: o primeiro, nos anos JK e o segundo, durante o período do “milagre econômico” no regime militar. Um ciclo de expansão se caracteriza por um longo período (de cinco a dez anos) de crescimento econômico acelerado à la China, tanto global quanto setorial. É precedido normalmente de reformas econômicas e institucionais de natureza reestruturante, que contribuem para a eliminação de pontos de estrangulamento e de outros óbices à mobilização das potencialidades latentes de desenvolvimento. Num ciclo de expansão, o ambiente psicossocial da população é de confiança no progresso da nação e de euforia com o crescimento continuado da renda e da riqueza. Desde então, a experiência brasileira de crescimento econômico tem sido de stop and go.

Nos últimos três anos, surgiram indicadores de desempenho da economia brasileira que sinalizaram a emergência do terceiro ciclo de expansão do pós-Guerra. O sinal mais sensível pode ser atribuído aos grandes projetos de investimento (de 500 milhões a 2 bilhões de dólares) que estavam decididos para ser implantados no País ao longo do próximo lustro. Somente no setor de mineração, esses investimentos somavam em torno de 60 bilhões de dólares. Acrescente-se a este valor

o conjunto de quase uma centena de investimentos em outros setores (petróleo, papel e celulose, siderurgia, agronegócios, bioenergia, automobilístico, etc.), e estaria garantida a trajetória de crescimento sustentado do PIB superior a 7% ao ano, a partir de 2009.

Mas, tudo isto está se esvaindo desde que se caracterizou a crise econômica mundial a partir do segundo semestre do ano passado. Muitos dos grandes projetos de investimento foram cancelados ou postergados; a demanda agregada está se retraindo diante da restrição creditícia generalizada; as taxas de desemprego se agigantam; e o ambiente psicossocial da população é de incerteza e de desconfiança em relação ao futuro.

Em 1939, o Prof. Paul Samuelson, ganhador do Prêmio Nobel em Economia em 1970, analisou as interações circulares, no lado real da economia, entre os efeitos combinados do multiplicador Keynesiano com o princípio da aceleração econômica. Esses efeitos são interdependentes tanto nas flutuações cíclicas de prosperidade econômica quanto nas de recessão. A ideia é simples: os investimentos em bens de capital dependem, entre outros fatores, das mudanças sustentadas no nível da demanda agregada. Máquinas, equipamentos e galpões industriais são duráveis, e seria possível manter o nível do PIB sem novos investimentos, se a capacidade produtiva estiver adequada. Contudo, se a demanda se retrai, o sistema passa a operar com capacidade ociosa, dispensando a necessidade de novos investimentos que entram em colapso.

O princípio da aceleração estabelece um elo causal entre as variações na demanda agregada e o nível de investimento. Por outro lado, a redução de investimentos tem um efeito multiplicador negativo sobre o emprego e a renda da economia, através da demanda induzida dos consumidores. Se as exportações brasileiras se desaceleram, projetos de investimento são cancelados ou postergados, reduzem-se as encomendas para as indústrias de construção civil e de bens de capital, que desempregam mão-de-obra de todos os níveis de qualificação. Caindo a renda e o emprego, reduz-se a demanda de bens de consumo cuja indústria irá jogar para frente os seus planos de expansão.



Desta forma, vai se configurando o circuito completo de uma recessão econômica, o qual fica melhor caracterizado quando, nessas interações, se coloca o papel das expectativas em torno de uma economia mundial que oscila entre uma recessão de grande profundidade e uma depressão.

É bastante provável que se venha a assistir, ao longo dos próximos meses, o aprofundamento dessas interações circulares para baixo entre o multiplicador e o acelerador na economia brasileira. Pois, por enquanto, as medidas fiscais e financeiras tomadas pelo Governo Federal são de intensidade limitada em seu escopo, difusas em seus impactos no tempo e sem capacidade de reverter as expectativas adversas sobre a evolução do ciclo recessivo que vai se delineando de forma cadenciada, mas irreversível.

O TEMPO - 03/03/2018



# A CONTABILIDADE SOCIAL DA CRISE AMBIENTAL

O novo sistema de contas sociais das Nações Unidas procura apresentar uma métrica inovadora do desenvolvimento dos países e regiões. Enquanto o velho sistema somente considerava o que se produzia, o que se consumia e o que se investia por ano para medir o PIB, o consumo das famílias, a formação bruta de capital fixo e a participação do governo na vida econômica, o novo sistema quer saber o que está acontecendo com o meio ambiente nas sociedades nacionais e regionais.

Se ele estivesse em operação no Brasil, poderíamos enxergar melhor a realidade brasileira e o seu processo de decadência ao longo da última década. Sabemos que estamos envoltos em duas crises: uma crise social e uma crise ambiental. A crise social está devidamente documentada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, realizada pelo IBGE trimestralmente. Ela nos mostra, por exemplo, que o trabalho informal foi o grande responsável pelos empregos gerados no País no ano passado e que a expansão do trabalho informal tem elevado a concentração de renda. Mostra, também, que somando o desemprego, a subocupação e o desalento, o número de brasileiros afetados passa dos 26 milhões, o mais evidente indicador da crise social.

Mas, o nosso desconhecimento sobre a crise ambiental no Brasil é inequívoco. Com exceção de alguns indicadores, como o desmatamento da Amazônia e da Mata Atlântica ou a qualidade da água de nossas principais bacias hidrográficas, não dispomos de informações contínuas e sistemáticas sobre o que está ocorrendo com o nosso capital natural e com o valor econômico

dos serviços ambientais, destruídos anualmente pelas atividades econômicas.

Uma ilustração: em 1984 e 1985 trabalhei no Estado de Rondônia como consultor, colaborando na organização dos órgãos da administração direta e indireta do jovem Estado (criado em 1982). O primeiro grande projeto de investimento no Estado foi a pavimentação da longa estrada ligando Cuiabá a Porto Velho. Foi um período de intensa movimentação econômica com o avanço do desmatamento na Amazônia, da mineração de cassiterita, da pecuária de corte. O cálculo do PIB estadual pelo antigo sistema de contas sociais da ONU apresentava taxas de crescimento invejáveis. Entretanto, pelo novo sistema teríamos que retirar do PIB de mercado o valor econômico dos bens e serviços ambientais destruídos nos processos de uso predatório dos recursos naturais renováveis e não renováveis. Não seria surpresa se as novas taxas de crescimento estadual viessem a se aproximar de zero, quem sabe sendo até negativas em alguns anos. A questão é que o novo sistema mede tanto a criação como a destruição de valor.

Essa menor consideração pela crise ambiental se explica pelo fato de que a maioria do povo brasileiro enxerga os ativos ambientais (florestas, bacias hidrográficas, ar puro, costas marítimas, etc.) do País e de suas regiões tão somente pelo seu valor de uso, esquecendo que são também um valor de legado para as futuras gerações. Da mesma forma, esses ativos ambientais, se bem preservados, conservados e reabilitados são prestadores de serviços ambientais que têm valor econômico (polinização, sequestro de carbono, filtragem das águas, turismo ecológico, fauna e flora, etc.)

Durante o ciclo de prosperidade da primeira década do século XXI, houve a expectativa de que a crise ambiental tivesse passado a ter prioridade no planejamento estratégico dos governos e das empresas no Brasil. Ledo engano. Na verdade, o Meio Ambiente se caracterizou como um bem de luxo que foi abandonado em tempos de crise: governos em crise fiscal desarticulam políticas públicas ambientais e empresas em crise financeira tratam os impactos ambientais de seus projetos de investimentos como peças de retórica em seus relatórios de marketing social.



# O BRASIL PRECISA DE UM PROJETO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

Nos últimos anos, os economistas têm se dedicado predominantemente a equacionar os problemas dos desequilíbrios fiscais e da insolvência financeira dos três níveis de governo através de políticas econômicas de curto prazo, associadas a um conjunto de reformas microeconômicas e institucionais. O pressuposto dessas políticas é a expectativa de que finanças públicas em equilíbrio, taxas de inflação típicas do mundo desenvolvido e endividamento público sob controle criarão um ambiente psicossocial favorável à retomada do crescimento e da geração de emprego.

Pensam, pois, que é desnecessário um projeto nacional de desenvolvimento o qual, a partir de uma visão do País, baseada num diagnóstico realista e atualizado sobre os problemas e as potencialidades do desenvolvimento brasileiro, possa promover um novo ciclo de expansão econômica e de progresso social. As forças desacorrentadas dos mercados, num ambiente de estabilidade monetária, de previsibilidade econômica e de estabilidade social trarão a prosperidade para todos os grupos da sociedade.

Não há dúvida de que, no atual contexto da economia brasileira, quem faz o crescimento do País são empresários dinâmicos e inovadores, particularmente uma nova geração mais familiarizada com as exigências de informação e conhecimento das novas revoluções industriais e científicas. Mas esses empreendedores necessitam que se reduzam os graus de incerteza e de risco que dominam o atual cenário econômico e político do País. Não se

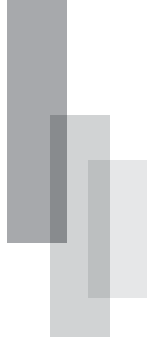
pode limitar esse cenário às crenças e atitudes de governantes que pensam modificar o curso dos acontecimentos apenas por seu alvedrio.

Keynes, o maior economista do século XX, foi um crítico cáustico desse comportamento casuístico e voluntarista dos dirigentes públicos. Lembrava que o principal objetivo da acumulação de capital ou de riqueza é produzir resultados ou resultados potenciais num período relativamente distante. O fato de que o nosso conhecimento do futuro é flutuante, vago e incerto, torna muito difícil ter uma visão mais clara e responsável de como se distribuem consistentemente as perdas e os danos das decisões casuísticas e pragmáticas sobre os grupos sociais, as regiões e os setores no presente e no futuro.

A principal atribuição de se dispor, em um país, de um projeto nacional de desenvolvimento é, pois, a de ser um redutor de incertezas, tendo como apoio um processo de planejamento de médio e de longo prazo. Um planejamento mais indicativo, mais leve, mais exato, mais participativo. Quando falta uma visão de perspectiva sobre os interesses maiores da sociedade, os governantes vão priorizando os objetivos de desenvolvimento do país num ziguezague de decisões oportunistas e eleitoreiras.

Esse caminhar de curto em curto prazo lembra a estória que se passa no Sul da França, na Idade Média. Havia três anos que essa região agrícola enfrentava uma seca persistente e a comunidade estava faminta. Alguém lembrou que perto do povoado havia um agricultor que tinha um porco muito gordo, tratado com carinho. Todos se dirigiram para essa propriedade. O agricultor percebendo a intenção da multidão famélica pegou o porco e o colocou no meio da sala e começou a atirar contra a multidão. Ao se movimentar de um lado para o outro, tropeçou várias vezes no porco, até que, impaciente, atirou o porco para fora da casa e exclamou: esse porco está atrapalhando a minha guerra!

Moral da estória: também na vida pública, o governante que não tem uma perspectiva ou um projeto de desenvolvimento para o país, pode abandonar um objetivo de alta prioridade para o futuro da sociedade e saltar para qualquer outro por argumentos de ocasião. Pobre Brasil!



# O PREÇO DAS DESIGUALDADES E O DRAMA DO DESEMPREGO

A lenta retomada do crescimento econômico do Brasil está tendo repercussões muito graves nos mercados de trabalho e na concentração de renda e de riqueza no País. A economia brasileira não está vivenciando um novo ciclo de expansão econômica como foi nos anos JK, no período do “milagre econômico” dos anos 1970 ou na sequência imediata da estabilização do Plano Real. Nesses ciclos, a economia cresce próxima de 10 por cento ao ano, a taxa de desemprego aberto cai para algo em torno de 5 por cento e a taxa de investimento supera 20 por cento do PIB. Um contraste com o atual crescimento inferior a 1 por cento, o desemprego de 13 por cento e o investimento em torno de 15 por cento do PIB.

A crise continua a ferir profundamente os grupos no meio e na base da pirâmide social. Há um visível processo de empobrecimento da classe média e, segundo o Banco Mundial, de 2014, quando se inicia a recessão econômica, até o final do ano passado, o Brasil acumulou 4,7 milhões de pobres a mais, além de 3 milhões de pessoas extremamente pobres (os miseráveis), também a mais.

Nos mercados de trabalho, tão grave quanto as elevadas taxas de desemprego e subemprego, estão o avanço da informalidade, a ausência de oportunidades compatíveis com a qualificação profissional e a queda no padrão de vida da classe trabalhadora. Joseph Stiglitz, laureado com o Prêmio Nobel de Economia em 2001, afirma que declínios na renda e declínios nos padrões de vida são sempre acompanhados por muitas manifestações sociais: subnutrição, uso de drogas e deterioração da vida familiar, as quais acabam refletindo na saúde e na expectativa de vida da população.

Na verdade, o Brasil não vive um ciclo de expansão da economia nem um processo de estagnação. Não está com as veias abertas, mas convive com uma fase de homeostase econômica. Nessa fase, há uma tendência autorreguladora do organismo econômico que permite manter pelo menos o estado de equilíbrio interno dos principais grupos de interesse com maior vocalidade política. De um lado, os 10 por cento mais ricos, que estão usufruindo sem trabalho atual e sem risco de uma das maiores taxas de juros reais do mundo desenvolvido e emergente; do outro lado, os grupos sociais de baixa renda que sobrevivem através das transferências oriundas das políticas sociais compensatórias.

Para manter a homeostasia, o meio interno deve preservar certos valores sem alterações. No caso da economia brasileira, destacam-se entre esses valores a necessária vitalidade e dinamismo dos mercados financeiros (bancos se financiam no mercado interbancário à taxa básica de juros e emprestam a valores de agiotagem, tudo à sombra do Banco Central) e as políticas compensatórias do Governo Federal (que distribuem, a cada início de mês, quase 25 milhões de pagamentos referenciados ao salário mínimo que cresceu 60 por cento acima da inflação desde o início do século XXI).

Sabe-se que, quando o meio interno não está em equilíbrio, seja por mudanças externas seja por disfunções internas, ocorre uma perturbação da homeostase. Mudanças e disfunções não estão, contudo, fora do nosso horizonte: uma crise política paralisante das expectativas otimistas de empresários e famílias, o avanço do protecionismo

da economia de Trump, o agravamento da crise fiscal levando a corte no financiamento das políticas sociais compensatórias, etc. Ou seja, mudanças e perturbações capazes de inflexionar e romper a autorregulação do sistema.

Nesse contexto, em que a economia cresce, mas não se desenvolve e em que está bem mas vai mal, sobram o desalento e a desconfiança dos jovens quanto ao seu futuro no incerto futuro da Pátria Amada. Vêm à sua cabeça as palavras finais da Elegia 1938, de Carlos Drummond de Andrade: “Aceitas a chuva, a guerra, o desemprego e a injusta distribuição porque não podes, sozinho, dinamitar a ilha de Manhattan”.

**O TEMPO** - 07/04/2018





# O HOMO OECONOMICUS NUMA SOCIEDADE DESIGUAL

Ainda não há muito que comemorar sobre a atual situação da economia brasileira. A experiência de austeridade fiscal que vem sendo realizada desde 2015 deu um passo à frente e dois para trás. A queda da inflação foi uma conquista dessa política econômica. Recompôs o poder de compra da massa salarial, principalmente dos grupos sociais de baixa renda, em cujo orçamento o peso com alimentação é mais significativo. Por outro lado, a queda da taxa básica de juros que acompanhou a queda da inflação não chegou aos serviços bancários que interessam a todos consumidores e produtores. O oligopólio dos bancos continua a praticar as mais altas taxas do Mundo, num comportamento típico de agiotagem financeira. Enquanto a taxa básica definida pelo Banco Central está em 6,5 por cento ao ano, o custo médio dos empréstimos para pessoas físicas nos bancos é de 33 por cento ao ano (5 vezes maior) e a taxa média do cheque especial é de 324 por cento ao ano (50 vezes maior).

Dois passos para trás: de acordo com o IBGE, a situação de extrema pobreza no País passou de 13,3 milhões em 2016 para 14,8 milhões em 2017, ou seja, 1,5 milhão de brasileiros se tornaram miseráveis ao longo de um ano. Num contexto de baixo crescimento, a concentração de renda aumentou: a renda mensal do 1 por cento mais rico é 36 vezes maior em relação à renda mensal da metade mais pobre da população.

O segundo passo para trás: somando a taxa de desemprego aberto com a taxa de subemprego e com a taxa dos desalentados (os que deixaram de procurar emprego), chegamos a 26 milhões de brasileiros descontentes, após três anos de perda da qualidade de vida das classes sociais C, D e E. Houve uma piora no fechamento de postos de trabalho com carteira assinada, os quais têm garantias trabalhistas e pisos salariais, com o crescimento simultâneo das ocupações informais nos mercados de trabalho.

O que mais impressiona é o conformismo político da maioria dos formadores de opinião pública com o atual status quo socioeconômico do Brasil. Talvez a explicação para essa postura conservadora de líderes empresariais, políticos e comunitários esteja na figura do *homo oeconomicus* que vem sendo forjada pelo capitalismo desde a sua origem, na fase final da Idade Média. Mas quem é o *homo oeconomicus* nas atuais economias mistas de mercado?

Albert Hirschman analisou o papel do interesse individual que se tornou funcional na formação das economias capitalistas desde o século XVI até os tempos atuais, considerando o tripé das funções do sistema: crescer, estabilizar e distribuir.

Ao longo do tempo foi se configurando um indivíduo isolado, orientado pelo interesse próprio, que escolhe, livre e racionalmente, entre os cursos alternativos de ação, após estimar os custos e os benefícios prospectivos para si, ignorando, ao mesmo tempo, os custos e os benefícios para outras pessoas e para a própria sociedade. Hirschman destaca dois elementos essenciais que caracterizam a ação impulsionada pelo interesse individual. Autocentrado, isto é, atenção predominante do ator para as consequências de qualquer ação quando consideradas para si mesmo. Cálculo racional, isto é, um esforço para avaliar custos, benefícios, satisfações prospectivas.

Enfim, o *homo oeconomicus* é produtor e consumidor, mas não pratica a cidadania. Em 1776, Adam Smith já afirmava: “Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos o nosso jantar, mas da consideração que eles têm do seu próprio interesse. Dirigimo-nos não à sua humanidade, mas à sua autoestima, e nunca lhes falamos das nossas próprias necessidades, mas das vantagens que advirão para eles”.



# CRISE SOCIAL E CRISE AMBIENTAL NA NOSSA CASA COMUM

Com o início do processo eleitoral para o novo mandato de Presidente da República, os candidatos já começaram a apresentar suas propostas de governo. O que se tem visto até agora são inúmeras entrevistas que, de certa forma, pretendem aperfeiçoar, avançar e tornar mais eficaz o que o Governo Temer não está conseguindo realizar: o equilíbrio fiscal, associado a um conjunto de reformas econômicas e político-institucionais (previdenciária, tributária, política e administrativa).

Se for apenas assim, é grande o risco de se fazer mais do mesmo e ainda pior no próximo mandato presidencial. Afinal, o Brasil já acumulou um grande número de políticas econômicas malsucedidas, as quais prenunciam as benesses de um processo de desenvolvimento sustentável que acaba nunca acontecendo, na síndrome de “tudo bem no ano que vem”.

Na verdade, está mais do que na hora de lideranças e partidos políticos enfrentarem os problemas estruturais de nossa economia, incorporando as aspirações do povo brasileiro numa agenda de grandes transformações, confrontando velhos dilemas com ideias renovadas.

Um dos documentos que contém e provisiona um programa que pode sintetizar uma agenda de Grande Transformação do Brasil é a ENCÍCLICA LAUDATO SI' do Papa Francisco, divulgada em junho de 2015. Conhecida como “O Cuidado da Casa Comum”, foi construída

com a colaboração de mais de cem dos mais destacados cientistas do Mundo. Em seus diferentes capítulos, funciona como uma lanterna de popa para novas trajetórias de desenvolvimento da Humanidade.

A Encíclica defende uma Ecologia integral, uma vez que o ambiente humano e o ambiente natural se deterioram conjuntamente. Não estamos diante de duas crises separadas, uma ambiental e outra social, mas de uma crise que é, ao mesmo tempo, social e ambiental. “Estratégias para uma solução demandam uma abordagem integrada para combater a pobreza, restaurar a dignidade dos excluídos e, ao mesmo tempo, proteger a natureza”.

Pode-se observar essa tese central da Encíclica no caso da formação histórica das áreas economicamente deprimidas. São áreas que incluem quase 2000 dos 5600 municípios brasileiros, caracterizando-se pelos altos índices de pobreza e de miséria de sua população, pelas elevadas taxas de desemprego e de subemprego, pela precária infraestrutura econômica e social. Essas áreas se localizam, principalmente, no Sertão e no Agreste do Nordeste brasileiro, nos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, no Norte de Minas, nas regiões desmatadas da Amazônia. A sua população (quase 60 por cento das famílias) vive de mesadas das políticas sociais compensatórias e as suas Prefeituras de transferências fiscais (mais de 70 por cento da receita total) do Governo Federal.

O que há de comum entre essas áreas? O fato de terem historicamente usado de forma predatória ou não sustentável sua base de recursos naturais renováveis e não renováveis, através do extrativismo vegetal e mineral. A degradação dos ativos e serviços ambientais em uma região no presente, significa uma população socialmente empobrecida e carente no futuro.

Assim, enquanto se cuida de políticas de estabilização para evitar a insolvência financeira do País, é preciso, simultaneamente, ter consciência de que “uma abordagem ecológica deve sempre se tornar uma abordagem social, deve integrar justiça social nos debates sobre meio ambiente, de tal forma a ouvir ambos o grito da terra e o grito dos pobres”.



# CHARLES PONZI E O ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS

Charles Ponzi, nascido Carlo Ponzi, foi um estelionatário italiano radicado nos EE.UU., conhecido por ter elaborado a maior fraude do século XX, estimada em 50 bilhões de dólares. Enriqueceu e levava uma vida de luxo em Boston graças a um esquema de captação de recursos monetários dos imigrantes italianos e judeus desde os anos 1910. O “esquema Ponzi”, parecido com o que hoje denominamos de pirâmide financeira, se baseava na promessa de aplicações com 50 por cento de lucro em 45 dias. Pagava os primeiros investidores com o dinheiro dos novos investidores, ganhando assim a confiança dos imigrantes num primeiro momento. Envolveu-se em grandes negócios de um boom imobiliário na Flórida, onde chegou a vender terrenos submersos em áreas pantanosas. O negócio desmoronou e Ponzi terminou seus dias, pobre e cego, no subúrbio de Engenho Novo do Rio de Janeiro. Morreu em 1949, internado na ala de indigentes do Hospital São Francisco. Está enterrado no Cemitério do Caju.

Os livros de finanças incorporaram a expressão “Efeito Ponzi” para designar os imbróglis que ocorrem frequentemente em operações financeiras fraudulentas ou desequilibradas, as quais têm se tornado mais frequente com a evolução da internet e com a desregulamentação dos mercados financeiros. Tecnicamente, Hyman Minsky definiu três perfis de situação financeira: quando os fluxos de rendimentos prospectivos de um empreendimento financiado dão para cobrir o principal e os juros; quando as receitas imediatas e de curto prazo dão para cobrir apenas os juros; e, finalmente quando esses

rendimentos são insuficientes para cobrir até mesmo os pagamentos de juros, de tal forma que a dívida aumenta. Minsky denominou essa última situação financeira de “posição de Ponzi”.

É grande o número de famílias brasileiras que estão, atualmente, enredadas nas finanças Ponzi. Vejamos: o percentual de famílias brasileiras endividadas fechou 2017 em 62 por cento. Para 77 por cento das famílias que possuem dívidas, o cartão de crédito permanece como a principal forma de endividamento. O nível de comprometimento das famílias brasileiras em relação ao total da sua renda é baixo, comparado ao de países emergentes. Entretanto, dados do Banco Central mostram que as famílias brasileiras estão comprometendo (crédito imobiliário e de consumo) quase 25 por cento da sua renda mensal para pagamento de dívidas,

Esse endividamento é muito grave quando se considera que as taxas dos empréstimos para pessoas físicas giram em torno de 35 por cento ao ano e que, principalmente, a taxa média de juros do cartão de crédito está em 324 por cento ao ano. Assim, não é de surpreender que inúmeras famílias estejam em regime de crescente estresse financeiro e se endividando mais para cobrir apenas os juros vencidos. Estão enredadas, pois, em um círculo vicioso das finanças de Ponzi.

Quando se pergunta por que a retomada do crescimento econômico do Brasil é tão lenta, uma resposta possível e consistente é a de que, embora a taxa básica de juros do Banco Central tenha caído para 6,5 por cento ao ano, o que famílias em geral pagam na ponta da linha é, no mínimo, cinco vezes maior do que essa taxa básica. Um dos motivos para essa aberração financeira está no baixo grau de concorrência no sistema bancário, oligopolizado com os cinco maiores bancos do País detendo 82 por cento do total dos ativos.

É preciso que o Banco Central utilize mecanismos e instrumentos de política monetária para interromper esse processo e normalizar a situação das famílias. Como diz Hyman Minsky: “Pressões financeiras na forma de compromissos de pagamentos com marcantes dívidas de curto prazo e valores declinantes de ativos ameaçam tornar tensões financeiras em desastre financeiro. A fim de evitar uma crise abrangente, refinanciamento é necessário”.



# HÁ RISCO DE UM NOVO MERGULHO RECESSIVO NA ECONOMIA BRASILEIRA?

Os primeiros resultados do crescimento da economia brasileira neste início de 2018 são, efetivamente, inexpressivos face à dimensão dos sacrifícios a que a população foi submetida nos dois últimos anos, em termos de desemprego e de queda no padrão de vida. Coloca-se em questão, assim, o marketing político de que a atual administração é um caso de sucesso no campo econômico.

O crescimento econômico foi praticamente nulo no primeiro trimestre do ano, a taxa de desemprego ainda é dramática e o espaço das incertezas se ampliou por causa das indefinições no ambiente político e dos impactos adversos do crescente processo de protecionismo econômico da administração Trump.

Os economistas são ardilosos para justificar e racionalizar os seus erros de análise e de previsão sobre o futuro da conjuntura econômica. Utilizam, sem cerimônia e sem rigor técnico, a teoria das expecta-

tivas racionais para alegar que o crescimento demora a chegar porque a crise foi profunda e ainda não se conseguiu promover a reversão das expectativas de quem investe, de quem produz e de quem consome.

Expectativa racional é, em Economia, um conceito inovador e analiticamente poderoso para prever eventos portadores de mudanças na realidade econômica. Mas, pode também se transfigurar em conceito abstrato, não mensurável, propenso às armadilhas intelectuais e útil para racionalizar argumentos ad hoc para explicar equívocos iminentes da política econômica.

Os economistas adotam também, como comunicação social, atribuir à inépcia da classe política os atrasos e os percalços na implementação do programa de equilíbrio fiscal com expansão econômica. Afirmam que há um descompasso entre o tempo das decisões econômicas e o tempo das decisões políticas que aumenta o custo de oportunidade social da política econômica em torno do desemprego, da falta de investimentos e da concentração da renda e riqueza.

Ocorre, porém, que o tempo da política é mais acelerado, menos flexível, menos tolerante e mais propenso a rupturas e discontinuidades. Uma população altamente mobilizada pelas práticas recentes de ação coletiva, que vivenciou pelo menos uma década de progresso social com melhorias inquestionáveis na distribuição de renda, não está disposta a se conformar com o seu empobrecimento e com a sua decadência econômica e social. Particularmente, quando assiste à concentração da riqueza financeira induzida por medidas de austeridade socialmente assimétricas e pelo descortinamento das práticas inusitadas de corrupção sobre os recursos públicos.

Não se pode, pois, excluir o risco de uma nova ainda que suave recessão no País, tendo por origem a lenta cadência do Banco Central em promover a reestruturação do atual sistema financeiro através de ações reformistas contundentes que quebrem o oligopólio dos grandes bancos, que estimulem a concorrência no setor, que reduzam as margens de rentabilidade dos rentistas e que evitem a captura política de uma instituição que cuida do interesse público por outras instituições que cuidam diuturnamente da especulação financeira.



Enfim, a herança da crise passada está depositada no sistema financeiro. Esse sistema tem operado veladamente num cenário em que as experiências passadas formatam as suas decisões sobre o presente e o futuro. Enquanto isto contribui para o desequilíbrio patrimonial de empresas e famílias que se vêm endividadas a taxas nominais de juros que constituem uma aberração numa economia com um bem-sucedido processo de desinflação e uma inequívoca restrição à retomada do crescimento econômico. As sementes de uma futura instabilidade econômica podem estar, pois, plantadas no sistema financeiro. Como afirmaria Gramsci, essa crise poderá emergir se o velho sistema financeiro não morreu e o novo ainda não nasceu.

**O TEMPO** -11/05/2018



# A PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRÁS

Um arcebispo visitou uma paróquia numa pequena cidade do interior de Minas e, ao chegar lá, o pároco da igreja local se apressou em lhe informar o motivo pelo qual os sinos não repicaram em homenagem à sua presença. Explicou ao arcebispo que isso estava ocorrendo por sete motivos. Curioso, o arcebispo perguntou quais eram esses sete motivos. O pároco começou a alinhar os motivos afirmando, em primeiro lugar, que os sinos tinham ido para a capital para serem consertados.

Também não são necessários sete motivos para explicar a necessidade de privatização da ELETROBRÁS.

A sua privatização tornou-se indispensável e inadiável, de um lado, porque está atualmente muito endividada e fragilizada do ponto de vista econômico-financeiro sendo que o seu controlador, o Governo Federal, se encontra em profunda crise fiscal e incapaz de reerguer a Holding.

Por outro lado, o relativo insucesso no desempenho organizacional, não só da ELETROBRÁS, mas de inúmeras empresas estatais se agravou com a partilha político-partidária no recrutamento dos seus quadros técnicos e gerenciais. A alta direção dessas empresas passou a ser formada não mais por critérios de competência e de mérito profissional, mas por indicações baseadas no fisiologismo político da base aliada, tendo como contrapartida, no mundo dos negócios, a prática empresarial do capitalismo de compadrio. Muitas empresas estatais passaram, então, a ser compreendidas politicamente como fontes de recursos para o financiamento de campanhas eleitorais e de esquemas de propinas.

Mesmo considerando que a metamorfose das empresas estatais aconteça com muitos acertos e alguns desacertos, o balanço geral das privatizações no Brasil é extremamente positivo do ponto de vista macroeconômico e microeconômico. As empresas privatizadas deixaram de pressionar os déficits fiscais pela redução das necessidades de financiamento; contribuíram para a retomada dos investimentos em setores estratégicos; trouxeram saldos positivos para os superávits primários do setor público consolidado e para o saldo das transações correntes nas contas externas; aumentaram inequivocamente os níveis de competitividade sistêmica nos setores e nos ramos industriais de sua atuação.

Considera-se que uma das alternativas para a retomada do crescimento do Brasil é a de estruturar e implementar um amplo programa de investimentos em infraestrutura econômica, particularmente nos segmentos de logística e de energia (incluindo as energias renováveis). Esses grandes projetos de investimento são capazes de dinamizar poderosas cadeias produtivas com seus efeitos de dispersão intersetorial para frente e para trás e com seus efeitos multiplicadores sobre os níveis de renda, de emprego e da base tributável.

No caso específico do processo de privatização da ELETROBRÁS, por ser uma instituição básica num setor estratégico da economia brasileira, todo cuidado é pouco. É compulsório, na concepção do modelo de sua privatização, que sejam fortalecidas as agências reguladoras e de planejamento (ANEEL, ONS, CCEE, EPE) do Governo Federal que visam a defender o interesse público junto aos novos controladores nas suas decisões operacionais e estratégicas, evitando-se que sejam capturadas pelos interesses privados que têm de regulamentar.

É recomendável também que, no processo de privatização, as condicionalidades a serem impostas aos novos controladores sejam apenas aquelas que são essenciais para não comprometer sua capacidade de investimento no futuro. É preciso igualmente estar atento às dissidências doutrinárias que surgem em todo processo de privatização, pois como disse Millôr Fernandes: “Quando as ideologias envelhecem, elas vêm morar no Brasil”.



# A ECONOMIA DE MINAS: QUATRO DÉCADAS DE BAIXO CRESCIMENTO

Numa economia com 21 milhões de habitantes, com cerca de quase 3 milhões de desempregados, subempregados e desalentados nos mercados de trabalho, e com 1 milhão de jovens que não estudam nem trabalham, é imperativo que Minas Gerais promova uma retomada do crescimento e de forma acelerada. Amartya Sen, Nobel de Economia em 1998, dizia que o desenvolvimento de uma sociedade consiste na remoção de vários tipos de falta de liberdade que deixam as pessoas com pouca escolha e pouca oportunidade para exercer a sua capacidade empreendedora. Desenvolver é, pois, criar um amplo campo de oportunidades para a realização pessoal e social, o que não ocorre numa sociedade com uma economia semiestagnada.

Após o registro de quatro anos seguidos de queda do PIB a partir de 2014, a economia de Minas deverá acumular quatro décadas

de baixo crescimento. Minas chega, ao final da segunda década do século XXI, com o PIB per capita ainda 10 por cento inferior ao PIB per capita brasileiro. Não se trata de um evento conjuntural ocasionado pela atual recessão econômica, mas de um processo histórico tendencial de perda de dinamismo em sua economia.

Na década de 1980 – 1990, a nossa taxa anual de crescimento do PIB foi negativa em 0,1 por cento, caracterizando uma década perdida de desenvolvimento. Na década de 1991 – 2000, a taxa anual de crescimento foi insignificante, ficando em 0,3 por cento ao ano. Na década de 2001 – 2010, o crescimento volta a ser positivo em 3,7 por cento ao ano. Finalmente, na atual década, o bom começo dos primeiros anos é anulado pelo crescimento negativo dos últimos quatro anos.

Merece destaque, contudo, o que ocorreu na década de 1970 – 1980 quando Minas cresceu a 10 por cento ao ano, passando a relação entre o seu PIB per capita e o PIB per capita do Brasil de 67 por cento em 1970 para 90 por cento em 1997, pois o Brasil cresceu apenas em 7,6 por cento naquela década. Minas assumiu então o segundo lugar no ranking das maiores economias estaduais, ficando atrás apenas de São Paulo.

Em países de grande dimensão e com regiões econômicas heterogêneas como o Brasil, a Rússia e os Estados Unidos, os ciclos das economias regionais e estaduais são bastante diferenciados e diversificados em relação ao próprio ciclo de expansão ou de recessão da economia nacional. O início, a duração e a profundidade dos ciclos econômicos podem variar intensamente entre as diferentes economias estaduais. Observa-se, pois, que, em alguns Estados, a recessão econômica poderá ser mais ou menos longa, mais ou menos carente ou mais menos intensa. Assim, se você viajasse durante os últimos quatro anos do Leste de Minas ao Centro-Norte do Mato Grosso, estaria vendo o desenrolar de realidades econômicas que variariam de regiões semiestagnadas ou economicamente deprimidas às regiões mais prósperas do agronegócio.

Há um fator que explica essa diversidade espacial: as característi-

cas da estrutura produtiva da região com maior ou menor presença de setores de elevado crescimento no País. Sob esse aspecto a macroeconomia nacional é determinante da macroeconomia estadual.

Mas, há também um componente diferencial atribuído ao dinamismo inovador e ao espírito progressista das organizações públicas e privadas de cada região que se renovam, que se reestruturam e que se atualizam, endogenamente. Enfim, são bons governos, boas escolas e bons empreendedores, e não apenas máquinas modernas e recursos naturais de melhor qualidade, que constroem esse diferencial de desenvolvimento.

**O TEMPO - 25/05/2018**



# A CRISE AMBIENTAL E A TRAGÉDIA DOS COMUNS NO SÉCULO XXI

A sociedade brasileira continua subestimando a gravidade da crise ambiental no País e no Mundo. O primeiro sinal de alerta, em termos científicos, sobre a profundidade dessa crise veio do Clube Roma, uma associação de formadores de opinião que visavam discutir questões do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável. No início dos anos 1970, publicou o famoso relatório sobre os limites do crescimento da Humanidade. Esse relatório, baseado em informações quantitativas e projeções, afirma que, pressupondo que não houvesse mudanças significativas no atual sistema capitalista, o crescimento da população e da produção industrial iria paralisar no século XXI. Esse crescimento pífio ou nulo no longo prazo ocorreria em virtude da crise ecológica provocada pelos atuais padrões de consumo, de produção e de acumulação de capital da Humanidade.

Estudo recente da FEA/USP procurou avaliar como os impactos das mudanças climáticas sobre os recursos hídricos podem afetar a capacidade de crescimento econômico do Brasil ou de algumas de suas regiões no longo prazo. Os impactos da crise hídrica ocorreriam através de processos drásticos de racionamento de energia elétrica, de instabilidade no fornecimento de água nos grandes centros urbanos para consumo industrial ou para consumo humano, de descontinuidades nos processos de irrigação agrícola, etc. Esses impactos adversos definem limites do PIB potencial de um país ou de uma região, ou seja, sua capacidade para gerar renda e emprego.

Segundo o estudo da FEA/USP, os resultados são alarmantes para algumas bacias hidrográficas, especialmente para a Região Nordeste. Nas bacias das

partes ocidentais do Nordeste e nas bacias do Atlântico Ocidental, uma redução nos fluxos é estimada em torno do ano de 2100 e os valores resultantes dos fluxos são próximos de zero, em qualquer dos cenários construídos. A oferta de águas de superfície para todas as regiões do Brasil indica tendências declinantes, com substancial diminuição dos excedentes de águas.

Como esses impactos se darão no longo prazo, os brasileiros tendem a considerá-los de menor prioridade socioeconômica, pois, afinal, “no longo prazo, não estaremos todos mortos?”. O biólogo Garrett Hardin, criou a expressão “tragédia dos comuns” (ou tragédia dos bens comuns) para designar uma situação em que os indivíduos, agindo de forma independente e racionalmente de acordo com os seus próprios interesses, se comportam contrariamente aos interesses da sociedade, esgotando algum recurso ou bem comum (uma bacia hidrográfica, uma floresta prístina, a biodiversidade de um ecossistema, etc.). A hipótese levantada pela “tragédia dos comuns” afirma que o livre acesso e a demanda irrestrita de um recurso finito e de oferta limitada acabam por condenar estruturalmente o recurso por conta de sua sobre-exploração.

A lógica do interesse individualista é simples: as coisas que são inúteis são deixadas de lado; as coisas que são úteis, mas têm uma oferta maior do que a sua demanda, não são bens econômicos, podendo ser tratadas como bens livres e levar à tragédia dos comuns; as coisas que são úteis, mas escassas, (demanda maior que oferta) são bens econômicos e devem ser utilizadas com a racionalidade dos mercados ou com a racionalidade do comando e controle do poder público.

Keynes, o maior pensador econômico do século XX, dizia, de forma pejorativa, desconhecer o que torna o homem mais conservador: não saber nada, mas apenas o presente, ou não saber nada, mas apenas o passado. Assim, se não olharmos para o futuro para projetar o que estamos fazendo com a Natureza, deixaremos para os nossos netos e bisnetos um Mundo sujo, feio, repugnante e propenso a guerras locais pela disputa dos recursos ambientais criticamente escassos.





# A TERCEIRA ITÁLIA E O DESENVOLVIMENTO DE BH

A Itália, desde o século XIX, sempre ofereceu uma inestimável e enriquecedora contribuição para o processo de desenvolvimento socioeconômico de Minas Gerais e de Belo Horizonte. Migrantes empreendedores, investidores inovadores e experiências culturais sempre estiveram presentes em nossas relações com o povo italiano. Entre essas experiências, destaca-se a transferência intelectual do modelo de desenvolvimento local da Terceira Itália, realizada por associações empresariais daquele país desde os anos 1990, através do Sistema SEBRAE.

Nos anos Pós-II Grande Guerra, podia-se observar uma dualidade espacial de desenvolvimento na Itália: o Norte desenvolvido e o Sul economicamente deprimido. Foi no Sul (Mezzogiorno), que Celso

Furtado foi se inspirar para formular os instrumentos e os mecanismos das políticas de desenvolvimento regional no Brasil.

Lideranças políticas e empresariais de províncias do Centro-Nordeste da Itália (Veneto, Emilia Romagna) conceberam um modelo de desenvolvimento local em plena crise macroeconômica do país. Esse modelo passou a ser conhecido como modelo de desenvolvimento de distritos industriais da Terceira Itália. No Brasil, adotou-se a denominação de Arranjos Produtivos Locais (APLs) para não confundir com os nossos distritos industriais (espaço urbano dotado de infraestrutura econômica, preparado para a atração de atividades industriais). Os distritos industriais italianos são experiências bem-sucedidas de desenvolvimento local, responsáveis, atualmente, por mais de 50 por cento das exportações da Itália.

O distrito italiano se define como um grupo de empresas (em geral, micro, pequenas e médias empresas) altamente concentradas geograficamente (em um município ou em uma região) que, direta ou indiretamente, trabalham para o mesmo mercado final (nacional ou internacional). As empresas de um distrito industrial italiano compartilham valores e são especificamente interligadas num conjunto complexo de concorrência e cooperação, no qual a fonte principal de competitividade são os elementos de confiança, solidariedade e cooperação entre as empresas, resultante de estreitas interdependências de relações econômicas, sociais e comunitárias. O seu mote principal é o de cooperar para competir.

O conceito de APL pressupõe “constelações de micro, pequenas e médias empresas autônomas, de base local, que conseguem desenvolver formas cooperativas de produção altamente flexíveis, inovadoras e competitivas, com capacidade de penetração nos grandes mercados internacionais”. O SEBRAE vem liderando a sua implantação no Brasil, já tendo acumulado mais de trezentas experiências integradas com federações e associações empresariais nos Estados e Municípios.

No caso de BH, pode se observar que são muitas as vocações definidas para que se possa organizar um programa de promoção e desenvolvimento de arranjos produtivos locais. Entre essas vocações, destacam-se:

atividades de base tecnológica em informática e biotecnologia; centros de medicina especializada; núcleos ativos de confecções e moda; grupos de bandas de música popular; centros de formação cultural em música clássica, pintura e produção cinematográfica. Em geral, essas atividades se encontram isoladas, fragmentadas, com apoio pontual e não sistematizado, dependentes apenas de lideranças solitárias ou talentos individuais, o que acaba minando sua sustentabilidade institucional ao longo do tempo.

BH dispõe dos fatores determinantes para a formação de APLs: - instituições empresariais consolidadas, capital humano e intelectual qualificado, grupos de vanguarda empresarial para liderar o processo. Entretanto não se faz desenvolvimento em um ambiente de conformismo com o status quo. A inércia silenciosa do presente pode comprometer uma sonora prosperidade do futuro.

**O TEMPO - 15/06/2018**



# UM COMERCIANTE LIBANÊS E A ABERRAÇÃO DAS TAXAS DE JUROS

Quando meu pai, Emílio Haddad, chegou do Líbano, em 1923, foi residir em Oliveira, onde dedicou toda sua vida de trabalho ao comércio varejista. Começou como mascate, colocando as mercadorias no lombo do burro para vendê-las nas fazendas de café da região. Posteriormente, progrediu e passou para outras atividades comerciais, tendo fases de auge e declínio econômico-financeiro acompanhando a evolução da conjuntura brasileira.

Ao longo de sua prática comercial, o senhor Emílio aprendeu algumas regras de sobrevivência nos negócios. Uma delas era muito simples. Se alguns compradores não pagassem as contas das cadernetas do armazém no fim do mês, ele não deveria passar os custos do prejuízo para os demais compradores adimplentes. Isso porque, de um lado, não seria justo para aqueles que mantinham os seus compromissos de pagamento em dia, e, por outro lado, teria que elevar os seus preços, correndo o risco de perder mercado para os concorrentes.

Os manuais de Economia mostram que ele tinha razão na sua intuição e aprendizado. Não há dúvidas: se o regime é de concorrência perfeita, com muitos compradores e muitos vendedores e cada um, isoladamente, pela sua oferta e pela sua procura, não é capaz de influenciar a formação do preço de mercado. Para cada um, o preço é dado e qualquer tentativa de elevá-lo, solitariamente, pode significar a sua exclusão do mercado.

Entretanto, isso não acontece quando o mercado é de concorrência imperfeita, havendo um único vendedor (monopólio) ou poucos ofertantes

(oligopólio). Nesse caso, os empreendedores têm o que se denomina poder de mercado ou capacidade de transferir custos adicionais para os consumidores através de seus preços de oferta. E essa transferência é tanto mais eficaz quanto menos elástica for a demanda às variações de preços, como é caso de bens e serviços essenciais ou que não têm substitutos quando os seus preços se elevam.

Ora, o Brasil tornou-se, nos últimos anos, um país de baixo crescimento econômico: de 2011 a 2017, o nosso PIB cresceu num acumulado de apenas 3,26 por cento, enquanto o Mundo acumulou um crescimento de 28,04 por cento. Estamos ficando para trás em relação aos países desenvolvidos e também aos emergentes. Menos crescimento, menos emprego e mais pobreza.

Um dos fatores para o inexpressivo crescimento da economia brasileira são as taxas de juros que estão sendo cobradas pelos bancos na ponta do consumo e do investimento. Mesmo com a queda da taxa básica de juros do Banco Central, os bancos têm cobrado de cinco (crédito consignado) a 50 vezes (cartão de crédito) o valor dessa taxa no mercado.

A Federação dos Bancos afirma que 77 por cento da diferença entre o custo de captação de dinheiro pelo banco e o que efetivamente cobra do cliente final se deve aos custos de intermediação financeira e, que 55,7 por cento desses custos se devem à inadimplência dos tomadores de empréstimos. Em outras palavras: como é grande o número de tomadores que não conseguem honrar os seus compromissos (em virtude da perda de renda, do desemprego, da falta de oportunidades numa economia estagnada, etc.), os bancos se sentem à vontade para transferir para os tomadores adimplentes os custos de sua ineficiência operacional na análise de risco do crédito. Assim, quanto maior a incompetência na gestão do crédito, maior será o custo do dinheiro para todos, indiferentemente.

Sabem como oligopolistas (cinco bancos controlam mais de 80 por cento dos ativos financeiros do País) que têm o poder de transferência de sua ineficiência para os adimplentes, para os atingidos pela recessão e para os conformistas. E que, em última instância, terão o socorro financeiro e a complacência do Banco Central. E la nave va.



# COMO A CRISE ECONÔMICA CHEGOU AOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Centenas e centenas dos 5570 municípios brasileiros estão vivenciando uma grave crise econômico-financeira ao longo dos últimos quatro anos. Essa crise se manifesta pelo desequilíbrio das finanças públicas locais, pela elevação das taxas de desemprego e de subemprego, pelo empobrecimento de diferentes grupos sociais, etc. Com a exceção de alguns municípios onde a origem da crise está na má gestão pública, incluindo casos de corrupção administrativa, os problemas que os prefeitos e as lideranças político-administrativas estão enfrentando têm muito a ver com a atual crise da economia brasileira.

Entretanto, é preciso considerar que a crise econômica do País tem impactos diferenciados nos diversos municípios. Em função das características de cada município, em termos de seu nível de desenvolvimento e do ritmo do seu crescimento econômico no passado recente, será necessário priorizar um estilo de política pública também diferenciado para normalizar a prestação dos serviços públicos e restaurar a qualidade de vida da população.

A preocupação das políticas públicas é relativamente menor com municípios desenvolvidos que ainda mantêm o seu ritmo de expansão acima da média nacional, pois eles dispõem de estruturas produtivas dinâmicas e competitivas. Esse é o caso, por exemplo, de municípios no Eixo Campinas-Sorocaba, no Estado de São Paulo, onde tem ocorrido um expressivo progresso científico e tecnológico em diferentes setores da estrutura produtiva local.

Da mesma forma, municípios em desenvolvimento estão a merecer menor ênfase relativa de políticas públicas específicas. São aqueles com ritmo de crescimento em inequívoca expansão, porém com nível de desenvolvimento ainda em processo de superação da média nacional, e constituem um grupo numeroso de municípios na fronteira agrícola dinâmica País (Centro-Norte do Mato Grosso, Oeste da Bahia, Sul de Rondônia e do Maranhão etc.), com elevados níveis de produtividade total de fatores e de progresso tecnológico nos diferentes segmentos do agronegócio.

Na ordem hierárquica do escopo de ações do Poder Público para atenuar os impactos adversos e as mazelas sociais da recessão econômica sobre a qualidade de vida dos municípios, aparecem os municípios economicamente deprimidos: aqueles com nível de desenvolvimento e ritmo de crescimento bem abaixo da média histórica nacional. Formam um conjunto de quase 2000 municípios espalhados pelo Agreste e pelo Sertão do Nordeste, pelos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, pelo Norte de Minas, por quatro Microrregiões da Vale do Rio Doce, por áreas desmatadas da Amazônia, etc. Como dependem de transferências fiscais e de políticas sociais compensatórias do Governo Federal para manter o nível de subsistência das famílias e os serviços públicos essenciais das Prefeituras, há um risco maior de se aprofundar o seu quadro atual de crise na eventual queda recessiva da arrecadação tributária do Governo Federal. Ou seja, quanto mais intensa a crise fiscal e financeira do Governo Federal, menor tenderá a ser sua capacidade de realizar transferências fiscais e políticas compensatórias para apoiar municípios em crise, especialmente aqueles que se qualificam como economicamente deprimidos.

Finalmente, temos os municípios desenvolvidos em processo de decadência econômica, onde o desemprego cresce em áreas industriais que não reestruturaram suas atividades econômicas no período pós-abertura da economia brasileira (municípios monoindustriais nos segmentos siderúrgicos, metalúrgicos e mecânicos, por exemplo) ou que sofrem os eventuais impactos negativos da queda nos preços internacionais de commodities (municípios mineradores, por exemplo).



# POR QUE O BRASIL TORNOU-SE UM PAÍS DE BAIXO CRESCIMENTO ECONÔMICO?

A história da economia brasileira no século XX foi, predominantemente, uma história de crescimento econômico acelerado. De 1948 a 1980, tivemos trinta e três anos de crescimento do PIB a uma taxa média de 7,5 por cento ao ano. Desde então, o Brasil tornou-se um país de baixo crescimento econômico. Estima-se que a renda per capita do brasileiro, em 2018, será igual ou próxima da renda per capita de 2008. Ou seja, mais uma década perdida em termos de desenvolvimento do nosso País.

Não se trata da falta ou da limitação de potencialidades para crescer. O Brasil dispõe de uma base ampla e diversificada de recursos naturais renováveis e não renováveis, que lhe dá vantagens comparativas internacionais para um processo de crescimento acelerado e para a formação de poderosas cadeias produtivas. O nível de desenvolvimento das instituições políticas e das organizações econômicas no Brasil atingiu um patamar que favorece a formação de ciclos de expansão a partir de forças endógenas. Da mesma forma, a mudança mais recente do papel do Estado na economia, embora lenta e intermitente por indefinições ideológicas, tem criado melhores condições e oportunidades de novos ciclos de crescimento. Se considerarmos a consolidação de um processo de reforma do Estado, a economia brasileira tende a se tornar mais aberta, menos regulamentada, mais privatizada e, portanto, mais propensa ao crescimento econômico.

Esses e outros fatores que podem acelerar o crescimento econômico do Bra-



sil não terão sucesso enquanto não forem superados alguns problemas político-institucionais que se agigantaram nos últimos anos. É preciso reconstruir um novo sistema tributário. É preciso equacionar a sustentabilidade financeira da Previdência Social. É preciso integrar os setores produtivos nacionais às cadeias produtivas mais dinâmicas globalmente. É preciso preservar, conservar e reabilitar os nossos ecossistemas. É preciso controlar a epidemia de corrupção administrativa que contaminou os três níveis de governo. Mas é preciso, antes de tudo, lembrar que grandes mudanças e transformações não se fazem apenas com medidas incrementais de ajustes fiscais e financeiros de curto prazo, ainda que com nova roupagem e com a ilusão de que “dessa vez será diferente”.

Estamos num período pré-eleitoral em que os candidatos à Presidência da República começam a apresentar os seus programas de governo. Trata-se de uma oportunidade ímpar para que se construa uma Visão de Futuro da sociedade que queremos para o Brasil. Uma Visão de Futuro consensualizada entre os segmentos organizados da sociedade civil e negociada com lideranças e partidos que ainda não se submeteram aos interesses velados e aos oportunismos fisiológicos e clientelísticos de ocasião.

O atual ajuste fiscal, embora indispensável a uma economia à beira da insolvência financeira, tem trazido enormes sobrecargas para a população em termos de desemprego, da concentração da renda e da riqueza, da perda da quantidade e da qualidade dos serviços públicos essenciais. Essas sobrecargas têm promovido certo grau de fadiga e de impaciência na população em relação ao atual estilo de ajuste fiscal com suas incertezas e platitudes sobre a promessa de “tudo bem no ano que vem”.

É de se esperar que a consciência política dos eleitores brasileiros faça prevalecer a necessidade de grandes transformações e do confronto com os problemas estruturais do País. Pois, como dizia Keynes, em 1919, insatisfeito com a forma como o Tratado de Versalhes subjugou a população civil das nações vencidas na Primeira Guerra Mundial: “quando os homens sentem que se destroem os seus patrimônios ou se limitam os seus meios de subsistência, não morrerão sempre silenciosamente”.



# O ESTILO DE GOVERNAR: A HORA E A VEZ DA GRANDE TRANSFORMAÇÃO

No final deste ano, o Brasil estará encerrando mais uma tentativa de realizar um ajuste fiscal, sem sucesso. As contas públicas continuam profundamente desequilibradas, o crescimento econômico é inexpressivo, as taxas de desemprego e subemprego muito elevadas e o desalento tomou conta do “espírito animal” dos empreendedores. Há certa fadiga e descrença dos eleitores quando observam os primeiros compromissos de alguns dos candidatos à Presidência da República e percebem que suas propostas para a política econômica podem ir em direção de “mais do mesmo e pior”. É provável que, se um novo plano de governo não propuser e implementar soluções consistentes e sustentáveis para problemas estruturais brasileiros, a perspectiva do futuro venha a ser pior do que a situação do presente.

O estilo de condução das políticas públicas para resolver os nossos problemas socioeconômicos e socioambientais tem sido o que se denomina de ajustes incrementais. Segundo esse estilo de governar, mesmo sem uma visão do futuro, sempre que os formuladores das políticas públicas encontram um hiato entre uma realidade observada e uma situação ideal, adotam em seguida medidas de comando e controle ou de mecanismos de mercado para preencher esse hiato. Ao se fechar um hiato, contudo, sempre se abrem outros; ao se resolver um problema, criam-se outros, e então esses passam, num momento seguinte, a serem percebidos como problemas e são realizadas novas tentativas com o ob-

jetivo de fechar os hiatos entre as situações ideais e a realidade.

Esse estilo pragmático de governar, com foco no curto prazo, pode ramificar-se quase indefinidamente, e há muitas situações em que se torna razoavelmente bem-sucedido como padrão de resolver problemas e mobilizar os potenciais de desenvolvimento de um país ou de uma região.

A situação muda totalmente de figura quando a exaustão de um ciclo de prosperidade ocorre e a economia perde sua dinâmica de crescimento. O crescimento econômico não é um subproduto cronológico de um ajuste qualquer. Num contexto em que prevalecem, simultaneamente, uma crise social e uma crise ambiental, surgem problemas de grande dimensão, complexidade e transversalidade que podem não ser percebidos e muito menos resolvidos por nenhum protagonista ou instituição isoladamente, que se encontram, muitas vezes, autocentrados nos seus interesses específicos.

Emerge, pois, a necessidade de um novo e indispensável estilo de governar baseado num enfoque de perspectiva ou de visão de futuro, no qual as ações programáticas sejam de natureza reestruturante e não incrementais, vocacionadas para grandes mudanças e transformações econômicas, político-institucionais, e radicais no sentido de buscar as raízes dos problemas. Esse novo estilo aparece nas experiências históricas de desenvolvimento de muitos países, com a denominação de Grande Transformação.

Karl Polanyi, que analisou a Grande Transformação do capitalismo nos EE.UU e na Suécia, a partir da crise de 1929, concluiu que: “A crença no progresso espontâneo pode cegar-nos quanto ao papel do governo na vida econômica. Este papel consiste, muitas vezes, em alterar o ritmo de mudança, apressando-o ou diminuindo-o, conforme o caso. Se acreditarmos que tal ritmo é inalterável ou, o que é pior, se acreditarmos ser um sacrilégio interferir com ele, então não existe mesmo campo para qualquer intervenção”. Assim, propor programas de governo para o novo mandato presidencial, baseados apenas em mudanças incrementais dos hiatos observados, pode significar uma conduta insuficiente pela sua baixa capacidade transformadora e tímida para os limites do possível que se abrem para o futuro do nosso País.



# FAMÍLIAS ENDIVIDADAS E O ESTADO DE ÂNIMO DA SOCIEDADE

Quando terminou o seu mandato presidencial, em 1961, Juscelino Kubitschek deixou, como um dos legados de seu governo, um país com a estrutura industrial mais avançada e diversificada entre todas as nações do Terceiro Mundo. Naquele período, o estado de ânimo da sociedade era de inusitado otimismo embalado pelo ritmo de bossa nova, da conquista da Copa do Mundo em 1958, na Suécia e, principalmente, por causa do amplo campo de oportunidades que se abria para os jovens trabalhadores realizarem os seus sonhos.

Nos três anos seguintes, houve uma conjugação de uma crise política e de uma crise econômica. A recessão econômica deu origem a uma profunda capacidade ociosa no novo parque industrial do eixo Rio–São Paulo, chegando, em alguns setores como a indústria automobilística, a mais de sessenta por cento da capacidade instalada. Os talentosos Ministros Roberto Campos e Gouveia de Bulhões deram início, a partir de 1965, a uma estratégia para a retomada do crescimento econômico visando a aproveitar a existência de capacidade ociosa na indústria nascente. Criaram novos instrumentos para ativar a demanda de bens duráveis de consumo (o Crédito Direto ao Consumidor), a demanda para indústrias intensivas de mão de obra (o Sistema de Poupança e Empréstimo para mobilizar a construção civil), a organização do Banco Central para dinamizar financiamentos e empréstimos, etc.

Qual é o problema, pois, para se ativar a demanda no Brasil de hoje, pós-recessão de 2014 a 2017? Essa ativação não virá dos gastos públicos de um

governo à beira da insolvência financeira. Não virá dos investimentos privados num ambiente de incertezas econômicas com regras do jogo casuísticas e indefinidas de um governo cuja legitimidade vem se desmanchando no ar. E, certamente, não virá da intensidade das exportações para um mundo que, apesar de um sólido crescimento, vivencia momentos de incertezas sob a doutrina protecionista de Trump.

Sobra, então, o quarto componente da demanda agregada: o consumo das famílias brasileiras, que enfrentam o medo do desemprego (o indicador medido pela Confederação Nacional da Indústria-CNI, no mês de junho, é o maior desde 1966), a queda no poder aquisitivo e o aumento da insegurança social. Mas, o problema maior para a expansão do consumo no curto prazo está no endividamento dessas famílias. Alguns indicadores da Confederação Nacional do Comércio-CNC: mais de 60 por cento das famílias brasileiras estão endividadas, mais de 25 por cento com contas em atraso, mais de 10 por cento sem condições de pagar as dívidas e quase 80 por cento do endividamento foi realizado no cartão de crédito, à taxa de juros em torno de 300 por cento ao ano, enquanto a inflação é de apenas 4 por cento ao ano e o Banco Central compra e vende dinheiro para o sistema financeiro a 6,5 por cento ao ano.

Como o consumo das famílias representa quase setenta por cento da demanda total da economia e elas se encontram endividadas com a parcela média de 30 por cento da sua renda mensal, o caminho mais eficaz para tirar o Brasil do atual marasmo econômico, no curto prazo, passa por uma política monetária não convencional do Banco Central visando a reestruturar as dívidas das famílias, refinanciando-as em condições civilizadas e típicas de uma economia desinflacionada e de baixo crescimento.

Por enquanto, o Banco Central ainda não se convenceu de que, quando não há espaço para uma política fiscal expansionista, ele teria que exercer de fato (como o Federal Reserve, o Banco Central Europeu, o Banco do Japão), um duplo mandato: um olho nas taxas de inflação e outro olho nas taxas de desemprego. A alternativa: um estado de irritação geral e de desânimo da sociedade, onde parece que a população está no auge da saturação com tudo que vem do governo.



# SOBRECARGAS EMOCIONAIS DURANTE A CRISE ECONÔMICA BRASILEIRA

Pesquisas realizadas nos EE.UU. pelo New York Times, durante a Grande Recessão de 2008, mostraram, sem surpresas, que mais da metade dos milhões de desempregados tiveram graves problemas de saúde e de traumas psicológicos, resultantes da perda de emprego e da consequente experiência de desorganização do cotidiano da vida familiar. Não puderam receber tratamento médico e psicológico adequado, pois não tinham cobertura de planos de saúde naquele país.

A pior mazela social de uma crise econômica é a elevação das taxas de desemprego, principalmente num país em que são precárias as estruturas de proteção social e de saúde pública, como é o caso do Brasil.

O programa de austeridade fiscal, tal como vem sendo implementado pelo Governo Federal atualmente, tende a não ter sucesso, mesmo que venha a ser repetido num novo mandato presidencial com nova roupagem e novo estilo de comunicação social, pleno de voluntarismo do tipo “desta vez é diferente”.

É um programa de escopo limitado, insuficiente e sem intensidade para equacionar os problemas estruturais da crise social e da crise ambiental que nos assolam. Mesmo sendo um convencional programa de estabilização monetária, apresenta três sobrecargas de tensões psicossociais e político-institucionais que são interdependentes e muito pesadas tanto para a capacidade de suporte quanto para a paciência da população brasileira.

- **Uma sobrecarga de natureza distributiva:** no curto e no médio prazo, as ações do programa aguçam e tensionam as desigualdades sociais no Brasil. Historicamente, programas de austeridade fiscal que subestimaram os seus impactos redistributivos tenderam ao fracasso. As elevadas taxas reais de juros estão beneficiando os rentistas que detêm a parcela maior da riqueza financeira do Brasil. Os aumentos da carga tributária e das tarifas atingem, principalmente, os orçamentos da classe média. A redução dos gastos com a quantidade e a qualidade dos serviços públicos tradicionais prejudica o bem-estar social sustentável dos mais pobres, os que mais deles necessitam.

- **Uma sobrecarga de natureza recessiva:** o programa está sendo implementado num ambiente de crescimento pífio da economia brasileira. Embora o processo de ajuste do desequilíbrio das contas do setor público consolidado seja uma condição necessária e indispensável para o País voltar a crescer, ele não é, contudo, suficiente. O crescimento econômico não é um subproduto cronológico de um ajuste qualquer. Um país somente cresce de forma sustentada quando consegue criar um campo amplo e diversificado de oportunidades para os cidadãos realizarem os seus projetos de vida.

- **Uma sobrecarga de riscos e incertezas:** há uma fadiga e um estresse da nossa população com o quadro de incertezas diuturnas que são multiplicadas por um governo de gestão pública inepta e insidiosa, sob suspeitas recorrentes de corrupção administrativa; um governo que, por não ter uma proposta de visão do futuro para o País, atua casuisticamente, de acordo

com regras espúrias de sobrevivência no Poder que vão do clientelismo político ao capitalismo de compadrio.

A economia brasileira já soma um período de mais de três anos de recessão econômica e de baixo crescimento. Apesar das intensas sobrecargas emocionais vividas nesse período, os brasileiros, politicamente conscientes, têm a esperança de que venha a ocorrer um choque de descontinuidade no status quo, o qual possa reconfigurar o estado de ânimo da sociedade, pois não estão conformados com esse processo cruel, difuso e silencioso de empobrecimento e de assimetrias sociais em nosso País.

**O TEMPO – 27/07/2018**





# A CONCENTRAÇÃO DA RENDA E DA RIQUEZA: UMA QUESTÃO ECONÔMICA

15 de setembro de 2008: o grande grupo financeiro Lehman Brothers entra em falência nos Estados Unidos. Até então, a economia-norte-americana vinha de um longo período de estabilidade monetária, de baixo nível de desemprego e de crescimento econômico sustentado. O ambiente de negócios era típico de um ciclo de prosperidade econômica e de otimismo da população quanto aos cenários futuros.

Poucos analistas anteciparam a crise que estava chegando, como seriam profundos os custos econômicos e sociais subsequentes, como os seus impactos perversos iriam se espalhar por todo o Mundo. Falava-se, à época, da Grande Moderação do capitalismo e do fim dos ciclos econômicos recessivos ou inflacionários. Robert Lucas, prêmio Nobel de Economia, havia escrito que a análise macroeconômica tinha evoluído e resolvido, para todos os efeitos práticos, o problema de como uma sociedade pode se prevenir contra uma depressão econômica. Um argumento que se tornou ilusório com o derretimento dos sistemas financeiros nos países desenvolvidos, tendo como consequência uma crise econômica mundial mais profunda do que a Grande Depressão de 1929.

A questão que se colocou era compreender como a falência de apenas um banco, no mundo trilionário dos negócios econômico-financeiros, pôde funcionar como uma faísca de alto poder incendiário das modernas e vigorosas economias capitalistas no século XXI. Em Economia,

denomina-se esse processo de tipping point, ponto de inflexão ou ponto crítico no processo de evolução de um fenômeno ou de um evento que conduz a um desenvolvimento irreversível ou a um retrocesso inexorável. É semelhante a uma doença infecciosa que atinge um ponto para além de qualquer habilidade local no sentido de controlar seu espalhamento mais amplo. Ou semelhante ao colapso de grandes geleiras em função das mudanças climáticas. Ou, até mesmo, a uma inesperada corrida bancária decorrente de um boato qualquer.

Um exemplo mais prosaico é uma cena do filme “Tempos Modernos”, de Charlie Chaplin. Um grupo de operários descansa no horário de almoço na rua em frente à fábrica na qual trabalham e onde estão insatisfeitos com o que fazem e com o que recebem. Passa um caminhão carregado de explosivos com uma bandeira vermelha sinalizando que a carga é perigosa. A bandeira cai. Chaplin pega a bandeira e corre atrás do caminhão para entregá-la. Os trabalhadores se erguem imediatamente para segui-lo, iniciando uma marcha de protesto. A cena é de 1936, nos Estados Unidos, no contexto da depressão econômica de 1929.

*Willian Nordhaus*, da Universidade de Yale, afirma que quando um sistema aparentemente estável e sob controle experimenta uma profunda descontinuidade no seu comportamento ocorre um tipping point. E que o tempo exato e a magnitude de tal inflexão são quase sempre impossíveis de prever. Ele pode ocorrer rápida e inesperadamente ou pode até mesmo não ocorrer. Mas, se as pessoas acreditarem que essa ruptura vai ocorrer, acabam por provocá-la, numa expectativa ou profecia autoconfirmada.

De fato, é muito difícil prever quando ocorre um ponto de descontinuidade estrutural em processos econômicos ou políticos. Mas é possível vislumbrá-lo num horizonte não muito distante, quando é precedido de indicativos que despontam num período de grandes tensões e conflitos ideológicos como estamos vivendo atualmente no Brasil. A grande dúvida: será possível prever o ponto de virada antes de ultrapassá-lo, ou somente depois disso? É bom lembrar, contudo, que o melhor cenário para o futuro do País será aquele que inventarmos e construirmos.



# A ECOLOGIA INTEGRAL: UM PARADIGMA DE DESENVOLVIMENTO PARA O SÉCULO XXI

No próximo mês, será lançado o livro de minha autoria intitulado “Uma Introdução à Economia do Século XXI: Valor e Capital”. Nesse livro, defendo, com argumentos teóricos e narrativas de experiências históricas, a necessidade de um novo paradigma de desenvolvimento para o século XXI, baseado na concepção de Ecologia Integral. A busca de um novo paradigma se faz presente, uma vez que as teorias dominantes do processo de desenvolvimento de um país ou de uma região estão sendo incapazes de explicar e prever importantes indicadores socioeconômicos e socioambientais sobre o funcionamento da economia. Especificamente, a insatisfação nasce quando se observa que a crise social e a crise ambiental têm avançado concomitantemente, apesar do intenso progresso tecnológico da Humanidade, sem que as políticas públicas tenham condições de reverter-las fundamentadas nos padrões científicos prevalentes.


Para a Ecologia Integral, conceito estruturante da Encíclica LAUDATO SI' do Papa Francisco, o ambiente humano e o ambiente natural se deterioram conjuntamente e não se pode combater a degradação ambiental a não ser que se atinjam as causas da degradação social e humana. Uma ilustração histórica: em torno de 1960, a Mata Atlântica estava razoavelmente preservada no Estado de Minas Gerais; nos anos seguintes, foram instaladas cerca de duzentas

serrarias entre Muriaé e Governador Valadares para atender à demanda de madeira para a construção civil, para as guserias, para a indústria moveleira, etc.; concomitantemente, ocorreu intenso desmatamento da Mata Atlântica para a formação de pastagens no Leste do Estado. Consequências: a destruição dos ativos e dos serviços ambientais desse Bioma (assoreamento dos rios, perda da fertilidade dos solos, etc.) implicando no empobrecimento dos municípios, como resultado da baixa produtividade dos recursos naturais regionais. Hoje, muitos desses municípios são considerados economicamente deprimidos, sobrevivendo graças às políticas sociais compensatórias para as famílias e às transferências fiscais do Governo Federal para as Prefeituras locais.

Ainda não conseguimos adotar um modelo circular de produção capaz de preservar os recursos naturais para as gerações presentes e futuras, limitando ao máximo o uso de recursos não renováveis, moderando o seu consumo, maximizando o seu uso eficiente, reuso e reciclagem. Não é possível manter e reproduzir o nível atual de consumo dos países desenvolvidos e dos segmentos mais ricos da sociedade, nos quais os hábitos de desperdício e de descarte atingiram níveis sem precedência. A exploração do Planeta já excedeu limites aceitáveis e ainda não se resolveram os problemas da pobreza e da miséria de muitos povos e grupos sociais.

O cidadão brasileiro tem percebido a crise ambiental em virtude das mudanças climáticas e da crise hídrica em muitas regiões do País. Não associa, contudo, essa crise com a necessidade de mudanças do estilo de vida, dos modos de produção e dos padrões de consumo. Muitas das pessoas pobres vivem em áreas particularmente afetadas por fenômenos relacionados com o aquecimento global e os seus meios de subsistência são amplamente dependentes das reservas naturais e dos serviços ecossistêmicos, como a agricultura, a pesca e a silvicultura.

Na LAUDATO SI, Papa Francisco afirma também que os efeitos mais graves de todos os ataques ao meio ambiente são sofridos pelos pobres e que “temos de ter consciência de que uma abordagem ecológica deve sempre se tornar uma abordagem social, deve integrar questões de justiça nos debates sobre meio ambiente, de tal forma a ouvir ambos o grito da terra e o grito dos pobres”.



# EXISTE SAÍDA PARA A CRISE ECONÔMICA BRASILEIRA NO CURTO PRAZO?

É possível encontrar uma saída para a atual crise econômica brasileira no curto prazo, enquanto não são implementadas as inadiáveis reformas econômicas e político-institucionais? Keynes dizia que os economistas podem ter uma vida mais fácil se, no meio de uma tempestade em alto mar, se limitarem a afirmar que, se uma nova rota for adotada, poderemos navegar num oceano mais tranquilo. O paradoxo está em que uma mudança de rumo pode envolver um período de longa maturação e “no longo prazo estaremos todos mortos”.

Não se pode afirmar que não há saída no curto prazo para a atual crise econômica com todas as suas mazelas sociais. Podemos nos espelhar nas experiências de diversos países, inclusive da crise mais recente de 2008, a mais deletéria desde a depressão econômica de 1929.

Em 2017, as empresas e as famílias brasileiras pagaram 475 bilhões de Reais de juros, uma alta de 12 por cento acima da inflação em relação ao ano de 2016. Desse total, as famílias brasileiras pagaram 355 bilhões, uma alta de 18 por cento em relação a 2016. As parcelas maiores e crescentes desses valores vão para os detentores da riqueza financeira, ampliando ainda mais as desigualdades sociais na distribuição de renda no Brasil. Esses valores representam uma despesa pública mais de doze vezes superior à despesa anual com o Bolsa-família, que beneficia atualmente cerca de 13 milhões de famílias.

Durante as recessões econômicas, em inúmeros países, as taxas de juros tendem a cair significativamente. Na crise de 2008, em muitos países as taxas

nominais de juros ficaram, durante alguns anos, próximas de zero. No Brasil, embora a taxa básica de juros do Banco Central tenha caído sensivelmente, as taxas bancárias do sistema financeiro oligopolizado, cobradas sobre as dívidas das pequenas e médias empresas e das famílias brasileiras, constituem uma verdadeira aberração, um grande mal-estar econômico. Até mesmo os programas de parcelamento dessas dívidas são inócuos e semelhantes ao tratamento de uma pneumonia aguda com o uso de aspirina.

Em julho deste ano, 60 por cento das famílias brasileiras estavam endividadas, 24 por cento com dívidas ou contas em atraso e 10 por cento sem condições de pagar. Muitas dessas famílias estão presas numa armadilha, tendo que se endividar para pagar até mesmo os juros da dívida contratada. Se houver uma sensível redução dos juros sobre as dívidas contratadas e sobre os novos empréstimos através de novas linhas de refinanciamento, estudos realizados nos EE.UU., (por exemplo: A. Mian and A. Sufi – **House of Debt**, Chicago) mostram que cresce a renda disponível de devedores com elevada propensão a consumir, a qual, numa economia com elevados índices de desemprego e de capacidade ociosa, pode ter um efeito multiplicador em torno de 3,5 a 4,5 sobre a geração da renda nacional. Em outras palavras, se for “devolvida” pela política monetária uma renda em torno de 100 a 150 bilhões de Reais às empresas e às famílias, é possível que a demanda agregada possa se elevar de 400 a 500 bilhões de Reais, progressivamente ao longo dos meses seguintes.

Um economista australiano, John Quiggin, criou a expressão “Economia Zumbi” para designar ideias econômicas que não morrem, apesar de desaprovas repetidamente em diferentes contextos históricos, sendo que muitas delas estão presentes no Brasil, pois, como disse Millôr Fernandes, quando as ideologias envelhecem elas vêm morar no Brasil. Espera-se do Banco Central, à semelhança do Federal Reserve (o BC dos EE.UU.), um processo de renovação de ideias e uma atitude proativa da política monetária para tirar as empresas e as famílias da armadilha do endividamento, facilitando a retomada do crescimento econômico do País pela expansão não inflacionária da demanda agregada.



# AS VOCAÇÕES DEFINIDAS DAS REGIÕES DE MINAS

O Budismo nos ensina que não há nada mais democrático do que o sol, pois quando o sol se levanta, ilumina igualmente todas as regiões. Quando se observa o fenômeno da formação histórica dos desequilíbrios regionais de desenvolvimento socioeconômico e socioambiental em Minas Gerais, onde o PIB per capita dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri chega a ser cerca de quatro vezes menor do que o PIB per capita do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba, ficam as indagações: como uma região se desenvolve ao longo do tempo? Por que algumas regiões têm sucesso e outras fracassam nas suas tentativas de escapar das entranhas da pobreza e do subdesenvolvimento?

Economistas da Escola de Governo da Universidade de Harvard desenvolveram o conceito de “autodescoberta” para identificar quais atividades econômicas podem ser mais apropriadas para a promoção do desenvolvimento de um país ou de uma região. Segundo esse conceito, o processo de desenvolvimento de uma região depende de suas raízes históricas e culturais, tendendo a fracassar se o que fazer e como fazer para promover esse processo for definido exogenamente, através de decisões estratégicas tomadas de fora para dentro da realidade regional.

Assim, é fundamental que esse processo se baseie em vocações definidas de cada região, construídas ao longo de sua história, e não apenas na imaginação de tecnocratas fascinados pela moda mais recente das últimas inovações tecnológicas. Para aqueles economistas de Harvard, o desenvolvimento depende, além do progresso tecnológico e das ins-

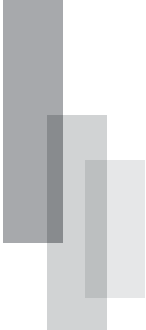
tituições de um país ou de uma região, das pessoas apreenderem e descobrirem em que são boas para que possam produzir com confiança e confiabilidade determinados bens e serviços.

É sempre possível que um grande projeto de investimento, visando a aproveitar um valioso recurso natural de uma região (minério de ferro, petróleo, reservas florestais, bacias hidrográficas, etc.), possa induzir um processo de crescimento em uma região. O PIB cresce, a massa salarial cresce e a base tributável também se expande. Mas a região não se desenvolve. A tendência é o grande projeto de investimentos se transformar em um “enclave econômico”.

O processo de desenvolvimento sustentável de uma região, que pressupõe o seu crescimento econômico, dependerá, fundamentalmente, segundo S. Boisier do ILPES/ONU, da sua capacidade de organização social e política, associada ao aumento da autonomia local para a tomada de decisões, ao aumento da capacidade para reter e reinvestir o excedente econômico gerado pelo processo permanente de conservação e preservação do ecossistema regional. Essa capacidade de organização social da região é o fator endógeno por excelência para transformar o crescimento em desenvolvimento, através de uma complexa malha de instituições e de agentes de desenvolvimento, articulados por uma cultura regional e por um projeto político local.

Minas é uma Unidade da Federação que apresenta uma intensa diversidade socioeconômica e socioambiental entre suas regiões. Essas regiões estão distribuídas em três Biomas - Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga -, com trajetórias históricas de assentamento humano multifacetadas e que se diferenciam quanto às formas de sua integração nacional e às suas estruturas produtivas. Todas têm chance de serem igualmente iluminadas pelos benefícios do progresso econômico e social, dependendo de que haja “a autodescoberta” de suas vocações definidas, ou seja, o que têm de melhor a oferecer endogenamente, em termos de realização pessoal e profissional dos seus habitantes.





# A EXTRAORDINÁRIA COMPLACÊNCIA DA SOCIEDADE BRASILEIRA COM AS DESIGUALDADES E O DESEMPREGO

No limiar do processo eleitoral de 2018, pode-se observar que os dois problemas estruturais mais graves da sociedade brasileira são, atualmente, as elevadas taxas de desemprego e a crescente concentração da renda e da riqueza. A taxa de subutilização da força de trabalho, que inclui além dos desempregados, os subempregados e aqueles que desistiram de procurar emprego, atingiu, nos primeiros meses de 2018, um contingente de quase 28 milhões de brasileiros, segundo o IBGE.

Além da desorganização que as diferentes formas de desemprego e subemprego provocam nas condições de vida das famílias, há muitas outras mazelas que levam à perda da autoestima dos que trabalham, à necessidade de aceitar trabalho aquém da qualificação profissional, ao retorno de famílias recém-constituídas para a casa de seus pais, à frustração de se postergar os projetos de vida, etc.

É falacioso explicar a enorme dimensão dos desempregados e subempregados pelo desequilíbrio entre a demanda pelas novas especializações da mão de obra e a disponibilidade de trabalhadores inadaptáveis nos mercados. Esse problema existe, mas o desemprego generalizado atinge qualificados e não qualificados e, principalmente, desalentados que se tornam não empregáveis na longa espera por um emprego. A questão é mais grave para os nossos jo-

vens cuja taxa de desemprego é o dobro da taxa média da economia, tornando-os propensos à ansiedade, ao estresse emocional e à depressão psicológica.

Quanto à concentração da renda e da riqueza no Brasil, estudos liderados por Thomas Piketty mostram que 1 por cento mais rico de nossa população concentra quase 30 por cento da renda dos brasileiros, a maior concentração de renda do Mundo. Os seis brasileiros mais ricos concentram juntos a mesma renda que os 100 milhões de brasileiros mais pobres, segundo estudos da OXFAM. Uma concentração de renda que, sem dúvida, tem se acentuado com a política de austeridade fiscal a qual, desde 2014, segundo o Banco Mundial, gerou adicionalmente à história da pobreza no Brasil quase 5 milhões de pobres além de 3 milhões de miseráveis.

Pois bem, nesse contexto de empobrecimento da classe média, de reversão da mobilidade social e de insatisfação e desalento dos desempregados, era de se esperar que os grupos sociais politicamente mais conscientizados pressionassem os candidatos à Presidência da República a se comprometer efetivamente com políticas e programas de geração de emprego e de combate à pobreza e à concentração da renda e da riqueza. Políticas e programas consistentes e críveis que não se limitem à comunicação social de peças publicitárias e de diretrizes genéricas e que não desconheçam os desacertos das experiências passadas.

É possível afirmar que a população brasileira está complacente e conformista com o status quo da realidade socioeconômica do País? Pode ser que sim para os que vivem em regiões onde o crescimento econômico ainda está dinâmico (áreas cuja base produtiva é o agronegócio, por exemplo) ou os que continuam a acumular riqueza financeira em pleno processo recessivo.

Mas, para a grande massa de brasileiros que está a perder renda e emprego, imersa nas incertezas e tensões do cotidiano, e que está vendo sua vida se desestruturar rápida e inesperadamente, o tempo é de mobilização para grandes transformações socioeconômicas e político-institucionais. Pode ser que esteja, no seu horizonte não muito distante, um ponto de inflexão de mudanças abruptas e descontínuas visando a construir um país mais justo, mais desenvolvido, mais sustentável e menos corrompido administrativamente.



# INCERTEZAS NO HORIZONTE DOS PROJETOS DE MINERAÇÃO

Além das incertezas gerais que caracterizam o atual contexto histórico da economia brasileira, o setor extrativo mineral está vivendo um conjunto de incertezas específicas tanto em suas atividades operacionais quanto nas decisões estratégicas de investimentos.

Acompanhei recentemente as imensas dificuldades encontradas para viabilizar dois grandes projetos de investimentos em mineração. O maior projeto de investimento em minério de ferro da VALE no Quadrilátero Ferrífero (o Projeto Apolo) e um projeto de exploração de bauxita da Rio Tinto, na Calha Norte no Estado do Pará. São grandes projetos que, além de seus impactos macroeconômicos na formação do superávit comercial, têm a capacidade de alavancar um processo de crescimento econômico em suas áreas de influência regional, gerando emprego e renda, além de ampliar a base tributável de Estados e Municípios e promover o desenvolvimento humano de seus habitantes.

Os projetos tiveram, de um lado, o inequívoco apoio das lideranças políticas locais e, por outro lado, a forte resistência de algumas instituições públicas e privadas à sua implementação. Acabaram sendo postergados sem perspectiva de serem viabilizados no médio prazo e sem um horizonte de soluções para os impasses criados.

Creio que dificilmente veremos a execução de novos grandes projetos de mineração no Brasil num futuro próximo, assim como em algumas regiões da África e da América Latina, se não houver uma renovação de ideias quanto

à concepção desses projetos e quanto aos paradigmas de negócios estabelecidos na alta direção de muitas empresas de mineração no Brasil.

Mudanças profundas são necessárias nos paradigmas de gestão de muitas empresas mineradoras, cujo valor primário, que orienta o foco de suas ações programáticas, tem sido apenas a maximização dos ganhos financeiros de seus acionistas, mesmo que esses ganhos estejam manchados de lama e de sangue, sem a preocupação com o valor público dos empreendimentos. O valor público se refere à responsabilidade social ampliada das corporações no século XXI, que busca integrar eficiência econômica, sustentabilidade ambiental e justiça social em suas ações operacionais e estratégicas.

Vejam a concepção de muitos projetos de mineração quanto aos ecossistemas das regiões em que inserem os seus investimentos. Mesmo adotando uma atitude minimalista em relação às estruturas regulatórias prevalecentes, frequentemente tratam o meio ambiente como um mega-almoxarifado de onde extraem recursos naturais e como um megadepósito ou lixão onde depositam os seus resíduos ou dejetos industriais.

Muitas mineradoras desconhecem os efeitos colaterais e externos de suas ações sobre o desenvolvimento sustentável da região e o bem-estar social da população. Têm dificuldades para integrar expectativas heterogêneas e promover a gestão de conflitos paralisantes, o que leva à insatisfação, ao inconformismo e à resistência de diferentes grupos sociais a esses projetos.

Enfim, não percebem que, lado a lado com as licenças legais de operação e instalação de seus empreendimentos, precisam conceber e executar “a licença social de operação”, um instrumento de diálogo e de negociação com os principais atores envolvidos nos custos e benefícios dos investimentos. Frequentemente, nesse processo, os atores que representam os interesses das gerações futuras quanto ao uso dos ativos e serviços ambientais são o Ministério Público, as organizações não governamentais e os movimentos sociais.

Mas, como escreveu Keynes em dezembro de 1935: “A dificuldade não está nas novas ideias, mas em escapar das velhas, que se ramificam, para aqueles que foram criados como a maioria de nós foi, por todos os cantos de nossas mentes”.



# O CAPITALISMO NATURAL E O APELO DOS QUE VÃO NASCER

Diversos institutos de pesquisas científicas têm nos alertado sobre a existência de fronteiras planetárias para além das quais a Humanidade não deveria se aventurar. As pesquisas sobre as mudanças climáticas, por exemplo, mostram que a crescente emissão de carbono pelo pesado uso de combustíveis fósseis tem desestruturado muitos sistemas naturais da terra. Entre esses, destaca-se a exaustão das fontes de água fresca, incluindo os aquíferos subterrâneos, em tal ritmo que o seu abastecimento regular tornou-se o mais grave problema socioambiental de muitas regiões densamente povoadas como o Nordeste ou a Região Metropolitana de São Paulo.

Joseph Schumpeter, economista e cientista político austríaco que escreveu suas principais obras na primeira metade do século XX, afirmava que o capitalismo evolui por ondas de inovações e que as ondas de inovação são uma questão fundamental para a prosperidade dos povos. Uma inovação consiste na introdução de um novo produto ou de um processo de produção verdadeiramente novo, capaz de reestruturar os padrões prevalentes de consumo, de produção e de acumulação de capital de uma sociedade.

Schumpeter sugeriu que o capitalismo progride através de um processo de “destruição criativa”, vale dizer, novas tecnologias e novos produtos emergem continuamente e superam as tecnologias e produtos existentes. De 1780 ao início do século XXI, podem ser identificadas cinco ondas de inovação, da máquina a vapor às redes digitais, passando pelas ferrovias, pela eletrificação e pela petroquímica.

Todas essas inovações tiveram profundos impactos no aumento da produtividade do trabalho, sendo, em alguns casos, superior a 200 vezes por hora trabalhada. Discute-se, atualmente, se não estaríamos entrando na sexta onda de inovações, a qual vem sendo denominada de capitalismo natural.

O capitalismo natural propõe que sejam realizados reinvestimentos na sustentação, na restauração e na expansão dos estoques de capital natural, a fim de que a biosfera possa produzir serviços de ecossistemas e recursos naturais mais abundantes. E tem a expectativa de que, dentro de uma geração, as nações possam ter um acréscimo de até dez vezes na eficiência com que usam energia, recursos naturais e outros materiais.

O fator limitante do desenvolvimento das futuras gerações virá a ser a disponibilidade e a funcionalidade do capital natural, em particular os serviços ambientais de suporte à vida que não têm substitutos e presentemente não têm valor de mercado.

É evidente que o processo de transição dos princípios do capitalismo tradicional para os princípios do capitalismo natural deverá ocorrer de forma mais lenta num país com as características históricas, econômicas e socioculturais como o Brasil. Entretanto, a concepção de capitalismo natural está cada vez mais presente na realidade da economia e da sociedade brasileira. As inovações tecnológicas têm avançado celeremente na produção de combustíveis líquidos (etanol, biodiesel), de energia alternativa (eólica, fotovoltaica), de alimentos (plantio direto, agricultura de precisão), de recursos hídricos (reuso da água, preservação de mananciais), na miniaturização de bens duráveis de consumo e em novos materiais poupadores de recursos naturais não renováveis, etc.

Os ativos ambientais (bacias hidrográficas, florestas prístinas ou recuperadas, etc) e os serviços ambientais (de provisão, de regulação, de habitat naturais, culturais) têm uma inequívoca contribuição tanto para a produtividade total dos fatores de produção como para o bem-estar social sustentável da população. O apelo dos que ainda vão nascer nos lembra de que o futuro dependerá do que fazemos no presente.



# OS CHOQUES ASSIMÉTRICOS DA ATUAL POLÍTICA ECONÔMICA

Os economistas não podem desconhecer os efeitos inesperados ou os efeitos colaterais adversos de suas decisões na política econômica. Trata-se de efeitos não vislumbrados quando da formulação da política econômica que emergem quando de sua implementação. São semelhantes a qualquer tipo de efeito indesejado no organismo relativo às substâncias contidas num medicamento, paralelas às que são desejadas ou esperadas pelo fármaco. Semelhantes também ao aprendiz de feiticeiro que desencadeia forças que não consegue controlar.

A economia não é uma ciência exata como a Física. As proposições de política econômica não têm um caráter de precisão e de eficiência que permitam aos economistas falar sobre os resultados esperados com um otimismo sem salvaguardas protetoras. Essas proposições são sempre condicionais e historicamente contextualizadas. Por isso, é sempre recomendável que, na concepção das políticas econômicas, as normas de eficiência sejam substituídas por normas de confiabilidade, as quais se orientam mais para evitar o fracasso do que para

garantir um grandiloquente sucesso. Isso porque, como diz o filósofo Karl Popper, há o risco que representa o *hybris* daqueles que, ao tentar realizar o céu na terra, sejam seduzidos a transformar a terra em um inferno; vale dizer, a confiança excessiva, o orgulho exagerado ou arrogância intelectual podem levar ao fracasso.

A grande promessa da doutrina da austeridade fiscal expansionista está na proposição de que o reequilíbrio das contas públicas leva à maior confiança e, certamente, à expansão econômica e à retomada do crescimento econômico. Alguém duvida?

A grande questão é que o tempo não para enquanto a política econômica vai liberando suas decisões míticas: corte os ganhos governamentais, aumente taxas e impostos, venda o patrimônio público e, mais à frente, o crescimento econômico virá por acréscimo! Assim, são liberadas forças que geram efeitos inesperados. Instrumentos que se apresentam como eficientes para resolver um determinado problema podem se tornar a fonte de agravamento de outros problemas. As ações programáticas podem apresentar sequenciamentos inadequados, cadências desritmadas e intensidades insuficientes. A Economia não tem o conhecimento da engenharia para garantir que a construção de “uma ponte para o futuro” não irá desmoronar.

Conceber e implementar uma política econômica pressupõe, sem dúvida, um conhecimento científico de como funciona o sistema, mas é, antes de tudo, uma arte baseada na intuição, na experiência profissional e, fundamentalmente, na sensibilidade social e política dos que a formulam e a implementam, num ambiente de negociações recorrentes e de autocrítica persistente.

Especificamente, o processo de implementação da atual política econômica vem provocando pelo menos três choques assimétricos que têm estressado o povo brasileiro no seu cotidiano.

Um choque assimétrico na distribuição da renda e da riqueza nacional, com os detentores de ativos financeiros tornando-se cada vez mais ricos, com 6,3 milhões de novos pobres desde 2014, e com o Brasil tendendo a se configurar como um pequeno conjunto de ilhas de prosperidade num oceano de pobreza. Um choque assimétrico nos



mercados de trabalho, com mais de 26 milhões de brasileiros desempregados, subempregados e desalentados. E um choque assimétrico nos mercados financeiros, com as taxas bancárias cobradas das famílias e dos empreendedores num patamar cerca de cinco vezes superior ao custo do dinheiro do Banco Central.

São três choques assimétricos fatais para desestimular a retomada do crescimento econômico, para ampliar as incertezas dos protagonistas na arena econômica e para afligir ainda mais os que já estão aflitos.

**O TEMPO - 21/09/2018**



# O CAOS ADMINISTRATIVO E O ORÇAMENTO DE BASE ZERO

É lamentável o nível de desorganização do setor público no Brasil em termos do Orçamento Geral da União. A estratégia de equilíbrio das contas públicas vem se processando através de corte de despesas, de aumento de impostos, de receitas extraordinárias derivadas de concessões e de privatizações. Prevalece, sem dúvida, a perspectiva de uma dominância contábil sob o imperativo do equilíbrio interno e externo das contas públicas. Qual o problema, então?

São, pelo menos, três. Como o Governo Federal não dispõe de um processo de planejamento de médio e de longo prazos, o corte das despesas se realiza sem uma definição de prioridades, com os cortes sendo selecionados casuisticamente em função da vocalidade e da pressão política da base de sustentação do governo e da disponibilidade de recursos em cada rubrica do orçamento.

Em segundo lugar, por não dispor de uma visão de futuro para o País, o Governo Federal torna-se um multiplicador de incertezas para todas as instituições públicas e privadas que dependem, direta ou indiretamente, de algum recurso orçamentário, de custeio ou de investimento para a implementação de seus projetos.

Finalmente, como não há uma avaliação sistemática dos programas, projetos e atividades que compõem o orçamento, frequentemente, de um ano para o outro, vão se corrigindo linearmente os diferentes gastos públicos, de forma tal que a sua estrutura torna-se inflexível, independentemente de ter sido construída ao longo do tempo através de uma gestão pública ineficiente e de clientelismo político recorrente.

Diferentemente dos orçamentos tradicionais que são de natureza repetitiva, o orçamento de base zero não faz apenas pequenas variações nos orçamentos passados, mantendo sua estrutura de base. Na verdade, o orçamento de base zero permite incorporar a nova agenda de prioridades da sociedade nas políticas, programas e projetos ao longo do processo de alocação dos recursos escassos disponíveis. Identifica e elimina atividades e funções programáticas obsoletas e socialmente inúteis. Amplia o grau de comunicação transversal e de interdependência entre políticas públicas de diferentes órgãos. Descortina oportunidades de privatizações, de terceirizações e de concessões de bens e serviços públicos e semipúblicos. Impõe a necessidade de que servidores públicos organizem suas metas e seus objetivos em função de sua missão, a partir de retreinamento profissional específico. Pode envolver certamente a necessidade de desvinculação dos recursos orçamentários de determinadas despesas previstas nas legislações vigentes.

De acordo com a metodologia do orçamento de base zero, nenhum órgão da administração direta e indireta dispõe, inicialmente, de cotas preestabelecidas ou corrigidas segundo regras uniformes.

É bastante provável que, no processo de mudanças a serem implementadas, surja o imperativo de reduzir o número atual de Ministérios e de órgãos da administração federal; que programas e projetos de interesses clientelísticos ou velados tenham que ser desativados; que, ao adotar o modelo de planejamento participativo, as burocracias tenham que compartilhar o seu poder de decisão com os novos protagonistas sociais; que novos programas e projetos inovadores sejam incorporados à agenda orçamentária.

Como parte essencial da formulação e da implementação de um orçamento de base zero, há um conjunto de reformas de base que precisam ser realizadas a partir da avaliação dos acertos e dos desacertos das instituições e políticas públicas vigentes. Uma proposta utópica? Creio que não. O Brasil precisa se reorganizar para sair da armadilha de mediocridades políticas em que está sufocado e viver um longo período de grandes transformações socioeconômicas e socioambientais compatíveis com as suas potencialidades de desenvolvimento e com as aspirações de sua população.



# O ESTILO DO CAPITALISMO BRASILEIRO EM QUESTÃO

Desde que as experiências das economias socialistas entraram em processo de decadência e de fracasso, tendo como marco de referência a queda do Muro de Berlim, as atenções dos analistas passaram a se concentrar na avaliação dos diferentes estilos do capitalismo. Embora a sua característica fundamental seja a propriedade privada dos meios de produção, o capitalismo pode assumir diversas configurações e experiências históricas quanto aos limites do que é público e o que é privado, ao grau de intervenção do Estado na formação do que se produz e para quem se produz, à qualidade dos empreendedores em sua maior ou menor propensão ao rentismo financeiro ou ao progresso tecnológico, etc.

Admite-se que as estruturas e os mecanismos que compõem um sistema econômico desempenham três grandes funções. Ajudam a determinar o centro do processo de decisão, ou seja, quem efetivamente tomará decisões que irão mobilizar recursos escassos de usos alternativos. Coordenam as atividades de unidades econômicas individuais, garantindo consistência interna às diferentes decisões de alocação de recursos. E, finalmente, colocam em ação as escalas de prioridade dos vários agentes de decisão, colaborando na determinação de quais decisões serão efetivamente implementadas.

No caso brasileiro, pode-se avaliar que a experiência histórica do capitalismo apresenta três características controversas, as quais permitem

classificá-lo como economicamente tradicional, socialmente excludente e politicamente conformista.

No capitalismo tradicional, há uma tendência das empresas em transferir decisões estratégicas em relação ao seu futuro para o governo. Para compensar a falta de competitividade empresarial, confronta-se a ameaça de uma concorrência do exterior ou de uma queda na demanda de mercado recorrendo-se ao protecionismo econômico e à incessante busca por subsídios financeiros e incentivos fiscais. Assim, são comprometidos crescentemente os escassos recursos orçamentários com centenas de bilhões de reais para apoiar as atitudes defensivas e o baixo nível de inovações científicas e tecnológicas do empresariado.

O capitalismo no Brasil vem, desde o período escravocrata, se caracterizando como um caso histórico de desigualdade social extrema. A renda média de 1 por cento de brasileiros mais ricos era, em 2016, 102 vezes maior do que a renda média da parcela mais pobre. Na Europa, essa razão era de 29 vezes nas economias de mercado. Os pesquisadores do INSPER utilizam a expressão “loteria da vida” para ilustrar que, como a nossa mobilidade social e econômica é baixa, o sucesso das pessoas na vida é basicamente determinado no momento do nascimento por fatores como renda, cor da pele, região e nível de educação dos pais.

Finalmente, mesmo quando se acumulam distorções econômicas, mazelas sociais e falências institucionais num ciclo das reformas de base de uma geração, como ocorreu a partir da Constituição de 1988, as novas gerações que concentram os benefícios e os privilégios resultantes daquelas reformas acabam se tornando conformistas e resistem a promover as mudanças indispensáveis utilizando o seu poder político.

Enfim, estamos numa sociedade onde se torna inadiável haver uma renovação de ideias e de experiências, um rejuvenescimento do capitalismo com a emergência de uma geração de empreendedores inovadores e uma grande transformação na distribuição da renda e da riqueza nacional que se acumula, sem a necessidade do lamento melancólico e da complacência dos que vão nos suceder.



# A ECONOMIA BRASILEIRA: PARA ALÉM DO EQUILÍBRIO FISCAL

É muito difícil o desenvolvimento de um país cujas finanças públicas se encontram em profundo desequilíbrio e o endividamento fora de controle, com os déficits fiscais se acumulando ano a ano. Quando os desequilíbrios das contas previdenciárias se agigantam, o déficit público se torna estrutural, aumentando as incertezas sobre a solvência das finanças dos três níveis de governo. Da mesma forma que um pequeno barco não consegue guinchar um transatlântico inerte num porto, déficits estruturais não são resolvidos através de medidas de ajustes incrementais e de impactos inexpressivos. Reformas de base político-institucionais são indispensáveis para o equilíbrio macroeconômico sustentável.

Neste contexto de incertezas, as taxas reais de juros tendem a permanecer muito elevadas, pressionadas pela demanda de empréstimos do governo para administrar uma dívida crescente (atualmente em quase quatro trilhões de reais) e pelo prêmio de risco que o mercado financeiro impõe face às perspectivas desalentadoras das eventuais alternativas para o futuro político do País. Keynes já nos alertava, no início dos anos 1930, que, quando uma mudança no noticiário afeta a opinião e as necessidades de cada um de forma precisamente idêntica, a taxa de juros (tal como é indicada pelos preços de títulos e dívidas) se ajustará imediatamente à nova situação, sem necessidade de quaisquer transações de mercado.

Ora, é longa a lista de problemas de desenvolvimento socioeconômico e socioambiental que o País está enfrentando. O atraso científico e tecnológico

está nos distanciando das novas revoluções industriais que ocorrem em nível mundial. O número de pobres e miseráveis tem aumentado, desde 2014, num ritmo de quase dois milhões de brasileiros por ano. Há um processo de empobrecimento da classe média em andamento. Os desequilíbrios regionais de desenvolvimento persistem, com a formação de quase dois mil municípios que podem ser classificados como áreas economicamente deprimidas.

Esses problemas estruturais são mais bem equacionados num ambiente de crescimento econômico. Num quadro recessivo da economia, eles resistem, envelhecem e se agravam. Não podemos aguardar a implementação de uma segunda geração de reformas de base para que o Brasil volte a crescer. Há fortes argumentos para que se possa iniciar um ciclo de expansão econômica a partir do novo mandato presidencial.

O processo de desenvolvimento é uma aposta da geração presente no seu futuro e no futuro das novas gerações. E, em economia, o que se projeta para amanhã reduz as incertezas no presente, gerando uma profecia autoconfirmada sobre o crescimento futuro.

A nossa experiência histórica sinaliza para grandes possibilidades de se configurarem novos ciclos de expansão econômica no longo prazo, mesmo que as reformas político-institucionais sejam de um lento e tenso processo de negociação em torno de interesses legítimos e de interesses velados de diferentes grupos sociais. É preciso levar em conta que o Brasil dispõe de uma base de recursos naturais renováveis e não renováveis ampla e diversificada, que lhe dá vantagens comparativas internacionais para o crescimento mais acelerado e vantagens competitivas para a formação de poderosas cadeias mundiais de valor. E que o nível de evolução das instituições políticas e das organizações econômicas atingiu um patamar, no Brasil, que favorece a formação de um modelo de desenvolvimento a partir das nossas forças endógenas.

Incertezas no mundo econômico não se eliminam, mas mudam de características. O processo de desenvolvimento é uma sequência de desequilíbrios que trazem incertezas. Mas, como dizia Kant: avalia-se a inteligência de um indivíduo pela quantidade de incertezas que ele é capaz de suportar.



# A ECONOMIA DE MINAS: OS DESAFIOS QUE NOS ESPERAM

Há mais de duas décadas que a posição da economia de Minas se encontra relativamente estagnada em torno de 9 por cento do PIB brasileiro e com o PIB per capita inferior a 10 por cento do PIB per capita do Brasil. Deixamos de crescer sistematicamente acima do crescimento médio do País desde 1985, sendo que, na lista das Unidades Federativas por PIB per capita de 2015, estamos em décimo primeiro lugar. Voltamos à posição que ocupávamos na Federação antes da II Grande Guerra (1939), após disputar a segunda posição com o Rio de Janeiro nos anos 1970 e primeira metade dos anos 1980. Minas precisa acelerar o seu crescimento, conceber e implementar um novo ciclo de expansão e deixar para trás as fronteiras da decadência econômica. Minas pode mais.

Um segundo desafio que se apresenta para o desenvolvimento socioambiental e socioeconômico de Minas é o desequilíbrio intraestadual. Se traçarmos um eixo virtual dividindo o Estado, tendo como extremos Rio de Janeiro e Brasília, à direita, nas Mesorregiões do Norte de Minas, do Vale do Jequitinhonha, Vale do Mucuri, em Microrregiões do Vale do Rio Doce e da Zona da Mata, vamos encontrar um panorama típico da regressão econômica do Nordeste Brasileiro. E à esquerda, áreas com a prosperidade típica do interior de São Paulo no Triângulo Mineiro, no Alto Paranaíba, no Sul e no Sudoeste do Estado. Essa dualidade espacial do desenvolvimento de Minas, felizmente, não chega a configurar uma pobreza de recorte africano graças às políticas sociais compensatórias do Governo Federal. Num



regime democrático, um processo de crescimento econômico não pode aprofundar essa dualidade básica; na verdade, deve sim seguir a premissa do Budismo segundo a qual nada é mais democrático do que o sol, pois quando se levanta ilumina igualmente todas as regiões.

A pobreza, contudo, é um fenômeno ligado às desigualdades sociais da renda e da riqueza, e não apenas ao seu rebatimento espacial. Em uma comparação com as 27 Unidades da Federação, ocupamos o décimo lugar em termos da concentração da renda e da riqueza, no conjunto de um país que é considerado um dos mais desiguais entre todos os países do Mundo. Um país onde a renda média dos trabalhadores é inferior ao salário mínimo. Adam Smith, o primeiro grande formulador do liberalismo econômico, já dizia, em 1776, que nenhuma sociedade pode certamente ser próspera e feliz, se a maioria dos seus membros for pobre e miserável.

Não há um sequenciamento intertemporal entre primeiro ajustar as contas públicas para depois promover o desenvolvimento do Estado; esses objetivos são sinérgicos e devem ocorrer inteligentemente de forma simultânea e complementar. Nos tempos atuais, quem faz o progresso econômico são, fundamentalmente, empreendedores privados de diferentes escalas. O papel do Governo é o de conceber e implementar instrumentos econômicos e mecanismos institucionais que favoreçam as iniciativas inovadoras desses empreendedores. O exercício eficiente e eficaz das funções tradicionais do Estado (educação, saúde, segurança, justiça) é, por si só, indispensável para a promoção do bem-estar social sustentável da população e da produtividade total dos fatores de produção. Enfim, o processo de desenvolvimento é de natureza endógena e se realiza através da mobilização social e política dos recursos potenciais e latentes da sociedade civil.

Desenvolver com distribuição pessoal e espacial dos frutos do crescimento econômico e com sustentabilidade dos ativos e dos serviços ambientais, eis os grandes desafios que nos esperam para uma transformação estrutural da economia de Minas no século XXI. Objetivos utópicos para um Estado que está atolado numa profunda crise fiscal? Certamente que não. Como dizia Oscar Wilde: o progresso não é senão a realização das utopias.



# MEIO AMBIENTE E DISSONÂNCIA COGNITIVA NO CAMPO

Em Psicologia Social, casos típicos de dissonância cognitiva ocorrem quando há uma discrepância entre crenças e comportamentos. Por exemplo: quando uma pessoa tem uma opinião sobre algo (beber e dirigir são atos perigosos), mas age diferente do que acredita. Uma das formas de conviver com a sensação de desconforto psicológico resultante dessa discrepância é reduzir ou racionalizar a importância da crença em conflito. Se um indivíduo aprende que as emissões de gases de efeito estufa provocam o aquecimento global e, mesmo assim, continua a dirigir um veículo com elevado consumo de gasolina, ele passa a se apoiar em informações alternativas que contestam a conexão entre a emissão de CO<sup>2</sup> e o aquecimento global, buscando reduzir essa dissonância cognitiva e o consequente desconforto. Vejamos o caso do desmatamento de florestas prístinas para a expansão da produção agropecuária no Brasil.

Podemos identificar, historicamente, uma dualidade estrutural na agricultura brasileira. De um lado, temos uma agricultura tradicional de baixa produtividade dos fatores de produção, com elevada taxa de exploração da mão de obra, propensa ao uso predatório dos ecossistemas, com inexpressivo ritmo de progresso tecnológico e eventuais relações de produção pré-capitalistas.


Do outro lado, uma agricultura moderna, cuja produção de proteína animal e de proteína vegetal se situa no que se denomina de agronegócio. Essa nova agricultura familiar ou corporativa que emergiu, principalmente, a partir dos anos 1970, é atualmente o segmento produtivo mais relevante para a economia brasileira, com elevada propensão a inovações tecnológicas. É competitiva globalmente, com capacidade de gerar, em condições macroeconômicas favoráveis, quase 90 bilhões de dólares de superávit na balança comercial. É responsável por poderosas cadeias de valor, através de seus efeitos

de espraçamento intersetorial para frente e para trás, tendo a sua expansão contribuído para que a recessão econômica brasileira de 2014 não se transformasse em depressão econômica nos anos seguintes. Sob o aspecto distributivo, a nova agricultura provocou intensa redução do custo da cesta básica, beneficiando, principalmente, os grupos sociais de baixa renda para os quais o peso das despesas com alimentos no orçamento familiar é maior.

Todas as projeções da FAO mostram que a demanda mundial de alimentos deverá crescer consistentemente ao longo das próximas décadas. Ademais, há sinais de crise potencial na oferta de alimentos, com tensão sobre a base de recursos naturais do Planeta e com os impactos adversos das mudanças climáticas sobre os recursos hídricos e a qualidade dos outros recursos.

Nesse contexto, há uma grande pressão de algumas lideranças do campo para afrouxar as regulamentações oficiais sobre o uso sustentável dos recursos da terra, particularmente as normas ambientais sobre o desmatamento de matas prístinas. Trata-se de um caso típico de dissonância cognitiva de grandioso número de produtores rurais: têm a percepção de que a preservação ambiental é fundamental para o desenvolvimento sustentável no médio e no longo prazo de suas áreas de negócios, mas se comportam politicamente como se o maior fator restritivo à expansão da produção agropecuária fosse a legislação ambiental, mas não a falta de progresso científico e tecnológico e a ausência de um uso mais intensivo de fatores especializados e diferenciados no campo. Enquanto prevalecer essa dissonância, é recomendável que não haja nenhuma integração funcional do Ministério do Meio Ambiente com o Ministério da Agricultura, os quais devem conviver com um contraditório benfazejo para o pluralismo ideológico da democracia brasileira.

A grave questão dessa dissonância cognitiva é a de produtores tratarem o meio ambiente como um almoxarifado de recursos naturais de livre acesso e de demanda irrestrita, levando à sua sobre-exploração, contrariamente aos interesses da sociedade em geral, principalmente das futuras gerações. Como diz o médico indiano Deepak Chopra: toda vez que você tentar reagir da mesma maneira antiga, pergunte se você quer ser um prisioneiro do passado ou um pioneiro do futuro.



# A EMPRESA NO SÉCULO 21 – COMPETITIVA, INCLUSIVA E SUSTENTÁVEL

O Índice de Confiança Social nas instituições brasileiras é estimado pelo IBOPE, variando de 0 a 100. Os resultados da pesquisa de 2018 mostram que a confiança da população nas instituições nunca foi tão baixa. As duas instituições mais confiáveis são o Corpo de Bombeiros e as Igrejas. As duas instituições menos confiáveis são os Partidos Políticos e o Presidente da República.

A análise macroeconômica destaca que o comportamento dos consumidores e dos investidores depende da confiança que depositam nas expectativas sobre a evolução da conjuntura econômica. Se desconfiarem que essa conjuntura esteja carregada de riscos e de incertezas políticas e econômicas, postergam os seus gastos de consumo e de investimento, reprimindo a demanda agregada e dificultando a retomada do crescimento de uma economia estagnada.

No Índice de Confiança Social dos brasileiros nas instituições, preocupa-nos a posição relativa das Empresas e dos Bancos, dada a sua importância para o adequado funcionamento de uma economia de mercado. Empresas e Bancos são elementos pivotais na oferta de bens e serviços que compõem o PIB; são responsáveis pela contratação de fatores de produção que geram a distribuição funcional da renda nacional; são determinantes na estruturação e nas inovações dos diferentes mercados financeiros.

Entretanto, o Índice de Confiança em Empresas e Bancos, além de fi-

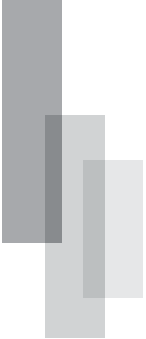
car numa posição relativa inferior a outras instituições (Polícia Federal, Forças Armadas, Escolas Públicas, Polícia e Meios de Comunicação), caiu entre 2009 a 2018, de 61 para 50; ou seja, cada vez mais a população brasileira confia menos em Empresas e Bancos.

Nos anos 1990, foi criada a expressão Triple Bottom Line para representar um novo modelo de negócios em que as empresas deveriam no mínimo se orientar estrategicamente por uma perspectiva integrada de três dimensões de sua responsabilidade socioambiental: eficiência econômica, equidade social e respeito ao meio ambiente. Essa tríplice responsabilidade passou a ser incorporada nos valores, na missão e nos objetivos estratégicos das organizações empresariais, ora como se fossem independentes entre si, ora tão somente como peças de marketing da sua imagem institucional.

A partir da crise econômico-financeira mundial de 2008, consolidou-se um processo de financeirização das economias nacionais globalizadas, o que levou as empresas a modificar seu paradigma estratégico, privilegiando como objetivo dominante o valor dos negócios para os acionistas, como abordagem central a maximização dos lucros financeiros e como orientação primária de valor o utilitarismo instrumental ou o hedonismo. Os resultados não poderiam ser outros: uma profunda alienação entre o mundo das corporações e o público em geral, a perda de confiança na credibilidade das empresas e uma abordagem fragmentada da perspectiva ética dos negócios e das finanças corporativas.

Nos primeiros anos do século 21, emergiu o paradigma do valor público da empresa como mecanismo para monitorar a operação dos negócios através de indicadores de avaliação específicos, coordenados e dialogados com os interesses maiores da sociedade. O valor público de uma empresa no século 21 não deve se limitar à otimização dos ganhos financeiros para os seus acionistas e controladores, mas levar em conta, com intensidade e simultaneamente, as dimensões políticas e morais de seu funcionamento institucional.

No Brasil, muitas empresas têm destruído o seu valor público ao especular financeiramente contra a população, ao dizimar o valor socioeconômico dos ativos e serviços ambientais, ao favorecer a concentração da renda e da riqueza.



# O COMBATE AO DESEMPREGO NUMA ECONOMIA DE BAIXO CRESCIMENTO

Porque persistem taxas tão elevadas de desemprego e de subemprego no Brasil nesta segunda década do século 21? Há algumas explicações que são corretas, mas insuficientes para justificar a intensidade e a persistência dessas taxas.

Por exemplo: ao ampliar a flexibilidade da oferta e da procura de mão de obra nos mercados de trabalho, a nova legislação trabalhista aumentou a taxa de emprego de trabalhadores sem carteira, mas não houve impacto significativo nas taxas gerais de desemprego nas diversas regiões do País. Outro exemplo: muitas inovações tecnológicas (automação no setor bancário, a robotização em indústrias de transformação, etc.) se caracterizaram como poupadoras de mão de obra, reduzindo o ritmo de emprego na economia, o qual, entretanto, foi compensado pelo ritmo mais intenso de emprego em alguns setores intensivos de mão de obra (serviços de saúde, serviços de turismo, etc.).

É evidente que a desregulamentação e as inovações de processos produtivos tendem a afetar os mercados de trabalho no médio e no longo prazo, mas não a ponto de elevar o número de desempregados, subempregados e desalentados para uma faixa superior a 25 milhões de brasileiros. Quando se considera o desequilíbrio entre a demanda e a oferta de qualificações especializadas, verifica-se o seguinte: se cai a demanda para mão de obra não qualificada enquanto cresce a população e se o

progresso técnico eleva a demanda para mão de obra qualificada e o sistema educacional responde de forma defasada, haverá mais desempregados não qualificados convivendo com a escassez relativa dos especializados. Há necessidade de políticas públicas diferenciadas para lidar com essa dualidade básica nos mercados de trabalho.

Não se pode, atualmente, estabelecer uma correlação precisa e um sequenciamento rigoroso entre a evolução da conjuntura macroeconômica e a evolução dos mercados de trabalho. Há situações em que o PIB pode crescer significativamente sem alterar as taxas de emprego; assim como pode o PIB se estabilizar e o nível de emprego se recuperar de forma defasada. Mas, as atuais taxas tão elevadas de desemprego, subemprego e de desalento que se observam no Brasil são as de um país que passou por uma profunda recessão e ainda mantém um ritmo de crescimento pífio.

O Brasil precisa acelerar o seu crescimento. Mas não conseguirá conceber e implementar um novo ciclo de expansão econômica enquanto, pelo lado do consumo agregado, mais de 60 por cento das famílias não se desvencilharem da armadilha do endividamento, submetidas às taxas de juros bancários, altamente especulativas e incompatíveis com uma economia de baixa inflação; enquanto, pelo lado do investimento privado, prevalecer um ambiente de incertezas políticas sobre o futuro do País; enquanto, pelo lado do investimento público, o fantasma da insolvência financeira dos três níveis de governo for o vento dominante; enquanto, pelo lado do comércio exterior, a nossa competitividade sistêmica depender apenas de meia dúzia de setores mais inovadores ou de um novo ciclo de alta dos preços das commodities.

O desemprego não pode ser considerado somente como uma fonte de ineficiência de nossa economia. Diferentes pesquisas realizadas em diversos países mostram que os custos psíquicos do desemprego são uma das principais causas do infortúnio e da infelicidade humana. Um povo que tenha sentimentos de empatia e justiça social não pode ser conivente com os atuais níveis de pobreza e de desemprego.



# AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E UM APELO AOS VIVENTES

William Nordhaus, da Universidade de Yale e Prêmio Nobel de Economia deste ano, tem escrito sobre a questão das mudanças climáticas em escala planetária. Embora tenha elaborado e testado diferentes e complexos modelos quantitativos sobre os riscos, as incertezas e a economia do aquecimento global, a lógica do seu pensamento é muito clara, podendo ser apresentada didaticamente em quatro movimentos.

O atual padrão de crescimento econômico leva a emissões de CO<sup>2</sup> (dióxido de carbono) e de gases de efeito estufa equivalentes na atmosfera. Concentrações crescentes de CO<sup>2</sup> e de gases de efeito estufa equivalentes levam às mudanças climáticas (temperatura, precipitação, elevação do nível do mar, etc.). Mudanças climáticas impõem impactos socioeconômicos e socioambientais (quebra da produção agrícola, acidificação do mar, inundações, etc.) que podem levar ao colapso de ativos e de serviços ambientais. O quarto movimento leva à necessidade da formulação e da implementação das políticas públicas de mudanças climáticas para reduzir as emissões (políticas de adaptação, de mitigação e de geoengenharia).

Para Nordhaus, o tempo exato e a magnitude desses eventos são frequentemente impossíveis de serem previstos. Destaca quatro elementos ou pontos críticos da mudança climática em escala global. O colapso das grandes camadas de gelo (estima-se que o Oceano Ártico fique amplamente sem gelo durante o verão antes do fim do século); mudanças em larga escala na circulação oceânica (a elevação do nível do mar pode chegar até 1,8 metro, mesmo excluindo os efeitos das grandes camadas de



gelo); processos de realimentação por meio dos quais o aquecimento traz mais aquecimento (efeito albedo); aquecimento expandido ao longo do tempo (a melhor estimativa do aumento da temperatura global de 1900 a 2100 está entre 1,8 e 4,0 °C).

No Brasil, ainda não há uma consciência política mais intensa entre os diferentes grupos sociais no sentido de colocar a questão das mudanças climáticas na agenda das prioridades das políticas públicas. Entretanto, na Conferência do Clima em Paris, em 2015, surpreendentemente o País se comprometeu com a redução de 43% de suas emissões totais de gases que aquecem o Planeta até 2030 em relação aos valores que prevaleciam em 2005. Uma meta muito ambiciosa, quando se consideram as grandes transformações que têm de ser promovidas nos usos da terra e da agricultura, na matriz energética, nos atuais padrões de produção e de consumo dos ativos e serviços ambientais, etc.

O ponto de estrangulamento para que esta meta se torne realidade não está na esfera da informação e conhecimento, pois temos capital humano e capital institucional de nível internacional, adequados para a coleta, o processamento, a interpretação e a comunicação de informações técnicas e políticas para o processo decisório. Na verdade, o óbice maior está no campo político-ideológico, se considerarmos que as ideias são a base inicial para a concepção e a implementação de políticas públicas. Ideias não se constroem no vácuo das estruturas mentais, mas a partir das realidades históricas e condicionalidades contemporâneas, e não de um voluntarismo desinformado e desavisado.

Somente uma ideologia míope poderá desconsiderar as interpretações científicas que prevalecem sobre as mudanças climáticas e desconsiderar a importância de se implementarem os compromissos assumidos pelo Brasil no Acordo de Paris que permitirão interromper a condenação estrutural dos novos ecossistemas em processo de degradação. Os brasileiros que ainda vão nascer apelam para que os viventes se conscientizem de que é sua missão histórica preservar, conservar e recuperar o meio ambiente como valor de legado para as futuras gerações.



# QUANDO OS JUROS BANCÁRIOS INIBEM O CRESCIMENTO ECONÔMICO

O novo governo precisa de uma estratégia de retomada do crescimento econômico e dos níveis de emprego a ser implementada no curto prazo, ou seja, ainda no primeiro semestre do próximo ano. Se a economia continuar semiestagnada e as taxas de desemprego e de subemprego muito elevadas, é grande a chance de que as expectativas da população sobre as mudanças esperadas quanto à nova administração do Governo Federal sejam frustradas. Ficarà a sensação de que, em matéria de política econômica, estará se fazendo mais do mesmo, o que não tem resolvido adequadamente os problemas econômicos fundamentais da sociedade.

As grandes mudanças da nova agenda do liberalismo econômico (desregulamentação do comércio exterior, privatizações, concessões, etc.) somente poderão trazer resultados, em termos de renda e de emprego, no médio prazo. Baseando-se nas experiências dos países que conseguiram superar a Grande Recessão de 2008, que atingiu níveis de dramaticidade, em muitos países, superiores aos da Depressão Econômica de 1929, a estratégia de recuperação do PIB e do emprego por via rápida passa pela reformulação da atual política monetária. Quando os instrumentos e mecanismos da política fiscal anticíclica perdem sua eficácia num país com os governos à beira da insolvência financeira, usualmente se recorre à política monetária.

Contudo, a política monetária tal como tem sido implementada no Brasil de hoje está contribuindo para inibir o crescimento econômico e a geração de emprego por diferentes motivos. Não adianta apenas o Banco Central promover a redução da taxa SELIC, a qual é utilizada pelo Banco para comprar e vender dinheiro, se as taxas bancárias continuarem em patamares extraordinariamente elevados, pois são elas que influenciam na ponta as decisões das famílias e dos empresários para adquirir bens de consumo durável e bens de capital. Não adianta o sistema bancário facilitar a rolagem das dívidas privadas, se essas vierem engravidadas por taxas exorbitantes descoladas da estabilidade monetária. Não adianta um conjunto de medidas e normas regulatórias do Banco Central se as mesmas não conseguirem ao menos arranhar as ações oligopolistas dos cinco maiores bancos que detêm mais de 80 por cento dos ativos do setor que, em plena crise, apresenta lucro líquido que deverá ultrapassar os 100 bilhões de reais neste ano, graças não apenas aos ganhos sobre empréstimos produtivos, mas, principalmente, às aplicações de tesouraria.

Mais de sessenta por cento das famílias brasileiras estão endividadadas sendo que, para quase 80 por cento dessas famílias com contas a pagar, é o cartão de crédito com taxas superiores a 200 por cento a principal forma de endividamento. Em março deste ano, estudo da Serasa Experian contabilizou pouco mais de 5 milhões de micro e pequenas empresas brasileiras com dívidas atrasadas. Com taxas de juros fora do trilho, famílias e empresas brasileiras estão envoltas numa armadilha de endividamento: equacionam o seu endividamento assumindo novo endividamento muitas vezes mais oneroso.

O sistema bancário e financeiro tem forçado a parcela do risco maior de suas atividades para as famílias e as empresas de menor porte. Faz-se necessária uma nova estratégia de uma política monetária menos leniente com as regras de jogo prevaletentes; uma política monetária, consensualizada e negociada com o mercado, cujo objetivo central seja o refinanciamento das dívidas privadas com intensidade suficiente para que as famílias tenham mais renda disponível para o consumo e as empresas mais crédito bancário para fazer girar a economia a taxas de juros civilizadas.



# A FUNCIONALIDADE DAS EMPRESAS ESTATAIS NO CAPITALISMO BRASILEIRO

A partir do início da nova administração do Governo Federal, deverão ser reacendidas as controvérsias sobre os processos de privatização das empresas estatais na economia brasileira. Num clima ideológico no qual prevaleça um liberalismo à outrance, o critério dominante sobre o que privatizar é o de que não é papel do Estado ser empreendedor em diferentes atividades econômicas. O Estado deveria limitar-se, principalmente, às funções tradicionais de educação, saúde, segurança e justiça, muitas vezes denominadas de funções Smithianas para lembrar as recomendações de Adam Smith, o primeiro formulador, em 1776, da ideologia do liberalismo econômico ou do *laissez faire laissez passer*.

As empresas estatais desempenharam um importante papel na evolução da economia brasileira no pós-II Grande Guerra. Essas empresas emergiam, quase sempre de forma pragmática, no bojo de diversos ciclos de expansão, visando a complementar a produção de bens e serviços em setores intensivos de tecnologia, ou de baixa rentabilidade privada no médio prazo, ou com grande margem de risco para os volumosos investimentos. Essa produção tornou-se indispensável para a continuidade do processo de acumulação, por causa de dificuldades de importação em situações de crise no balanço de pagamentos e da necessidade de complementação das cadeias produtivas lideradas pela iniciativa privada.

Uma evidência a favor desse argumento de simbiose dos interesses das

empresas privadas com as empresas estatais: quando, em 1982, foi criada pelo Ministro Delfim Netto a SEST, uma secretaria especial de controle das empresas estatais, autarquias e fundações do Governo Federal, num total de 580 instituições, constatou-se que a sua grande maioria havia sido criada pelo Regime Militar, cuja doutrina primária estava centrada no liberalismo econômico de Roberto Campos, Bulhões e Gudin.

Mesmo considerando que a metamorfose das empresas estatais se deu com muitos acertos e alguns desacertos, o balanço geral das privatizações no Brasil é extremamente positivo, do ponto de vista macroeconômico e do ponto de vista microeconômico. As empresas privatizadas deixaram de pressionar os déficits fiscais pela redução das necessidades de financiamento, contribuíram para a retomada dos investimentos em setores estratégicos, e trouxeram saldos positivos para os superávits primários do setor público consolidado e para o saldo das transações correntes nas contas externas.

Da mesma forma, adotaram estratégias empresariais e novas técnicas de gestão, a coordenação mais eficaz de suas cadeias produtivas, a substituição de processos produtivos ultrapassados pela nova geração de inovações das tecnologias de informação, assim como a autonomia e a flexibilidade de seus processos decisórios contribuindo, de maneira inequívoca, para um aumento generalizado dos níveis de competitividade sistêmica nos setores e ramos industriais de sua atuação.

Um novo programa de privatizações deve ser construído, não a partir de ideologias historicamente descontextualizadas, mas de um conjunto de critérios que envolvam diretamente os interesses efetivos e as aspirações da sociedade brasileira. Em termos do processo em si, é preciso considerar as estratégias de valorização de ativos, o grau de transparência nas diferentes etapas decisórias, o nível de confiabilidade da opinião pública, a comunicação social, etc.. Em termos das consequências do processo de bem-estar da população, há necessidade de impor condicionalidades quanto a novos investimentos, à qualidade de serviços, à precificação e seus efeitos distributivos, etc. para os novos controladores privados.



# QUANDO MORREM OS RIOS E AS FLORESTAS

Há um provérbio italiano que diz “tra il dire e il fare c’è di mezzo il mare” para ilustrar que a distância entre as palavras e os atos continua a ser particularmente grande. Assim, espero que as falas da nova administração do Governo Federal sobre o que fazer com o meio ambiente se dissolvam no imenso mar dos preconceitos, da ignorância histórica e dos interesses velados.

Falas como “os países desenvolvidos não devem interferir em nossa política ambiental, pois historicamente destruíram grande parte dos seus próprios ativos ambientais” ou “os bens da natureza estão aí apenas para atender às necessidades dos homens” são argumentos falaciosos e mitológicos para fundamentar qualquer decisão pública ou privada sobre o uso de recursos naturais renováveis e não renováveis à disposição do povo brasileiro. A sua implementação incondicional poderá contribuir para acelerar o aquecimento global, para aprofundar a crise hídrica e para provocar sensível queda no produto e na renda de algumas regiões, como demonstrou estudo da FEA/USP.

Quanto vale a Natureza? Há muitas respostas para essa indagação. A avaliação da Natureza, como propõe a ONU, além de incluir a avaliação econômica, funciona como um sistema de projeção cultural, que impõe um modo de pensar e uma forma de relacionamento com o meio ambiente, assim como reflete realidades particulares percebidas, cosmovisões, estruturas mentais e sistemas de crenças.

No caso da avaliação econômica é preciso considerar o valor econômico total (VET), como recomendam a ONU e o IBAMA. Os ecossistemas podem gerar valores de produção no seu estado atual, tais como

produção de alimentos e de matérias-primas, regulação climática, polinização, serviços culturais e recreativos, etc. Mas, mesmo que um ecossistema ou algum de seus componentes não esteja atualmente gerando nenhuma produção, o seu valor de opção ou de não uso pode ser muito significativo. Esse valor assegura que não haja nenhuma ação transformadora com consequências negativas irreversíveis para o bem-estar humano presente e futuro, como, por exemplo, a destruição de um banco genético pelo desmatamento de uma floresta prístina ou uma crise hídrica pela morte da vida orgânica de um rio.

Quem desmata áreas de uma floresta prístina (Amazônia, Mata Atlântica) ou polui um rio precisa saber que está destruindo o valor econômico de parte do capital natural que compõe a riqueza econômica de um país ou de uma região. O Estado do Pará, por exemplo, dispõe atualmente de maior riqueza econômica (três grandes bacias hidrográficas, imensa biodiversidade, províncias minerais, etc.) do que a riqueza econômica somada dos nove Estados do Nordeste, a qual foi degradada pelo uso não sustentável ao longo do tempo, desde o Período Colonial.

Ainda dentro do enfoque econômico, é preciso destacar que a natureza presta serviços ambientais de provisão, de regulação, de habitat, de cultura e lazer. São serviços sensíveis que impactam a produtividade total dos fatores de produção (compare a produtividade em duas propriedades agrícolas isomorfas no seu sistema produtivo em áreas de cerrado no Centro-norte do Mato Grosso e em áreas de caatinga do sertão da Paraíba) e o bem-estar social sustentável (compare a qualidade do ar e de vida entre Pequim e a Serra Gaúcha).

Assim, tendo em vista a fragilidade do homem na Terra, que seja imenso e profundo o mar que separa as promessas eleitorais do processo de implementação das políticas públicas ambientais da nova administração do Governo Federal. Ou como dizemos aqui em Minas, para evitar qualquer desastre ou colapso ambiental, é preciso ir devagar porque o santo é de barro.



# A SÍNDROME DOS 100 PRIMEIROS DIAS

Karl Popper, considerado o filósofo da ciência mais influente do século XX, advertia que muitas pessoas bem-intencionadas, ao assumirem uma posição de responsabilidade na vida pública, precisam estar conscientes de que suas decisões relativas às políticas econômicas e sociais podem trazer mais perdas e danos para a população do que inicialmente era esperado. Dizia que a tentativa de trazer o céu para a terra invariavelmente produz o inferno e que não devemos aceitar, sem qualificação, o princípio de tolerar os intolerantes, senão corremos o risco de destruirmos a nós mesmos bem como à própria atitude de tolerância.

A economia brasileira tornou-se um cipoal com muitas entradas e poucas saídas, pleno de problemas complexos e interdependentes. Desde 2014, têm sido tomadas decisões de políticas públicas que tornaram a solução desses problemas ainda mais difícil e penosa para a sociedade brasileira. Uma das características principais dessas políticas tem sido a de um escapismo intelectual na sua concepção e implementação. Diante de uma lista crescente dos problemas socioeconômicos e socioambientais que nos atormentam, os formuladores das políticas têm manifesta preferência por concentrar os seus objetivos na busca do equilíbrio fiscal ampliado, como condicionante decisiva para se equacionarem todas as demais graves questões que se exprimem pelo baixo crescimento econômico, pela concentração de renda e de riqueza do País e pelo uso não sustentável dos ecossistemas.

A experiência histórica mostra que as decisões tomadas nos 100 primeiros dias de uma nova administração pública quase sempre são de ex-



trema relevância para o sucesso ou fracasso futuro dessa administração, por diferentes motivos. São decisões que se ramificam e se empoçam em todos os centros de decisão das máquinas administrativas dos três níveis de governo, impactando os interesses, as expectativas e as aspirações de grupos sociais, regiões e setores produtivos. Decisões muitas vezes que geram trajetórias irreversíveis dentro de um único mandato ou reversibilidades que trazem novos problemas para a sociedade. Frequentemente, pode-se dar um passo à frente e dois para trás.

Se as condicionalidades político-institucionais, que permeiam o processo decisório no primeiro momento de uma nova administração, não forem devidamente avaliadas e incorporadas em suas estruturas mentais e em suas crenças, acabam levando os dirigentes a um voluntarismo inconsequente, a um sequenciamento de movimentos casuísticos e erráticos, à perda da cadência e da intensidade das ações programáticas, tornando-os reféns de interesses velados de grupos autocentrados em seus privilégios, capazes politicamente de privatizar benefícios ao mesmo tempo que socializam os seus prejuízos.

De fato, não se pode iniciar um novo mandato com ideias vagas e diretrizes genéricas, baseadas em ideologias históricas ultrapassadas (Millôr Fernandes dizia que quando as ideologias se aposentam, elas vêm morar no Brasil) ou estratégias mal concebidas, difusas e incompatíveis com a realidade político-institucional do País. Menos ainda com a tentativa de usar instrumentos econômicos e mecanismos institucionais que se mostraram ineficazes no passado recente.

Frequentemente, decisões econômicas tomadas no passado são determinantes de decisões a serem tomadas no futuro pelo seu rígido enraizamento nas estruturas administrativas e pelas expectativas que geram entre os que produzem, consomem ou acumulam capital. O sucesso de uma política pública depende relativamente menos de critérios de eficiência e mais de critérios de confiabilidade. E a confiança se assemelha à esperança que, quando acaba, pode não mais voltar ou voltar sob forma desidiosa.



# REVERTER O PROCESSO DE EMPOBRECIMENTO DA CLASSE MÉDIA

Entre 2006 e 2012, ocorreu no Brasil um intenso processo de migração de famílias das classes D e E (as mais pobres) para a classe C, que cresceu 6,2 por cento ao ano formando um novo segmento de classe média na sociedade. Durante o período recessivo da economia brasileira, a partir de 2014, mais de quatro milhões de famílias que se encontravam na classe C retornaram para as classes D e E, revertendo o processo de mobilidade social do ciclo de prosperidade. Embora esse ritmo de migração entre classes esteja diminuindo recentemente, ainda poderá ocorrer um empobrecimento da classe média se a nova política econômica, que se inicia em 2019, não evitar um segundo mergulho recessivo da economia brasileira. É possível, ainda, que ocorra um deslocamento de famílias de renda mais alta para a classe C, sinalizando um empobrecimento geral da sociedade brasileira.

O crescimento da renda total da classe média foi fundamental para a expansão do consumo de bens duráveis e não duráveis no mercado interno brasileiro. Como se sabe, o mercado interno de um país se expande em função de três fatores determinantes: o aumento da produtividade, o crescimento demográfico e a melhoria na distribuição da renda e da riqueza. Assim, quanto maior a população de um país, quanto mais elevada a sua produtividade e melhor distribuída a sua renda e a sua riqueza, maior será a dimensão do seu mercado interno.

No caso brasileiro, o mercado interno ainda é relativamente pequeno, tendo em vista que a nossa produtividade total é baixa quando comparada com a dos países desenvolvidos e emergentes. Não só é baixa, mas tem crescido muito lentamente. O impulso ocorrido no consumo privado se deu graças à melhoria na distribuição de renda em virtude das políticas sociais compensatórias previstas na Constituição de 1988, à política mais generosa do salário mínimo que chegou a crescer 60 por cento acima da inflação e ao crescimento dos níveis de emprego formal.

Mas o estilo da política econômica de austeridade fiscal sem um plano de desenvolvimento sustentável, que se iniciou de forma consistente a partir de 2014, gerou um conjunto de indicadores que sinalizam a presença de um tripé de desigualdades sociais: desigualdades de renda, desigualdades de riqueza e desigualdades de oportunidades.

A atual desigualdade de oportunidades influencia os padrões do tripé das desigualdades no futuro. Embora, em princípio, todos devam ter um ponto de partida em condições iguais para realizar seus projetos de vida, as oportunidades desiguais e a mobilidade social limitada fazem com que os beneficiários das desigualdades de resultados hoje (os mais ricos, os mais poderosos) continuem a transmitir vantagens injustas para os seus descendentes amanhã. Assim, vão se reproduzindo os padrões de desigualdades na sociedade. Não é difícil imaginar quais seriam as oportunidades que irão se abrir no futuro para uma criança de cor negra, de sexo feminino e de família de classe D ou E, quando comparadas com as oportunidades que se abrirão no futuro para uma criança de cor branca, de sexo masculino e de família de classe A ou B. É a loteria da vida definindo o provável futuro de cada um.

É indispensável, pois, que o Brasil, através de políticas públicas, amplie e flexibilize os canais de mobilidade social que continuam viscosos e congestionados. Como dizia Adam Smith, em 1776, nenhuma sociedade poderá certamente florescer e ser feliz, se grande parte de seus membros for constituída de pobres e miseráveis.



# AS OPÇÕES IDEOLÓGICAS NO LIBERALISMO ECONÔMICO

Toda sociedade enfrenta problemas fundamentais provocados pela escassez relativa de fatores de produção. Tem que decidir o que produzir, como produzir, para quem produzir e onde produzir, uma vez que os fatores escassos têm usos alternativos. Essas decisões podem se realizar por mecanismos institucionais de comando e controle, como em algumas experiências socialistas no século XX. Ou através dos mecanismos de mercado onde as decisões econômicas em sua maioria são tomadas por indivíduos e não por instituições ou organizações coletivas (burocracias governamentais, partidos políticos, etc). Reserva-se para essa ideologia, que é contrária à intervenção do Estado na economia, a denominação de liberalismo econômico.

A partir de 1º de janeiro deste ano, iniciou-se uma nova administração pública do Governo Federal que se declara filiada ideologicamente ao liberalismo econômico. Mas, como as principais teses do liberalismo econômico tiveram sua origem no século XVI, quando então nasciam as primeiras experiências do capitalismo na Europa, e vieram a se estruturar, principalmente no século XVIII, a partir da obra clássica de Adam Smith, é fundamental analisar como diferentes opções ideológicas foram se configurando dentro do próprio liberalismo econômico.


Pouco a pouco, a intervenção do Estado foi avançando com maior ou menor intensidade diante dos desafios de três questões estruturais à medida que as sociedades se tornaram mais complexas.

A primeira questão se refere aos mecanismos e aos instrumentos de redução das desigualdades sociais e espaciais na distribuição da renda e da riqueza nacional, assim como na redução da pobreza e da miséria na sociedade. Alguns regimes econômicos se preocupam apenas em lidar com os problemas sociais dos idosos, dos incapazes e dos deficientes físicos, deixando que os estímulos e a dinâmica dos mercados promovam autonomamente uma distribuição mais equânime da renda e da riqueza nacional no longo prazo. Outros formulam e executam poderosas e abrangentes políticas sociais compensatórias que acabam absorvendo parcelas expressivas dos recursos fiscais e financeiros dos governos.

A segunda questão estrutural está relacionada às falhas de mercado, como a formação de monopólios, a exploração predatória dos ecossistemas, os elevados custos sociais e ambientais das atividades empresariais, a insaciável especulação financeira, etc. Há regimes que são mais tolerantes com essas falhas no funcionamento dos mercados; outros impõem estruturas regulatórias para o exercício do comando e controle da economia visando a preservar a qualidade dos bens e serviços, a conservar o meio ambiente, a garantir a defesa do consumidor, etc.

A terceira questão se refere a quais responsabilidades os governos devem assumir sobre a instabilidade dos ciclos econômicos e seus impactos perversos sobre os níveis de desemprego ou da inflação. Por exemplo, nos Estados Unidos, o Federal Reserve (o Banco Central Norte-Americano) conduz a política monetária com um olho na inflação e outro na manutenção do pleno emprego na economia. Por outro lado, alguns países concentram os seus instrumentos de política econômica apenas na perseguição das metas inflacionárias, utilizando preferencialmente poucas regras discricionárias para evitar intervenções mais frequentes e erráticas nos mercados.

Essa lista mínima de questões estruturais, que levaram as economias de mercado a se diferenciarem ao longo do tempo, coloca para o cidadão brasileiro um clima de perplexidade sobre as decisões pragmáticas, casuísticas e muitas vezes contraditórias das políticas públicas que, provavelmente, poderão ocorrer a partir da nova gestão da economia nacional. O que pode levá-lo a perguntar: liberalismo econômico, afinal de que se trata?



# COMO DESENVOLVER MINAS SEM DINHEIRO OU COM POUCO DINHEIRO

Todo grande problema para ser resolvido necessita de estratégias inteligentes e inovadoras. Minas tem um grande problema. Desde 1985, a economia de Minas tem mantido uma posição estacionária em torno de 9 por cento do PIB brasileiro, com seu PIB per capita 10 por cento inferior ao PIB per capita do País.

Minas precisa voltar a crescer. E crescer acima da média do crescimento brasileiro, visando a melhorar sua capacidade de gerar emprego e renda para a sua população. Atualmente, há quase 3 milhões de pessoas sem trabalho em Minas segundo o IBGE, sendo que, entre 2014 e 2018, o desemprego cresceu 77 por cento.

Seria estrategicamente um equívoco resumir todo o esforço da nova Administração Estadual em apenas buscar o equilíbrio fiscal das contas públicas ao longo de todo o seu mandato, correndo o risco de se tornar uma tarefa de Sísifo se não houver uma retomada do crescimento econômico. Por maior que seja a intensidade da colaboração do Governo Federal na hercúlea tarefa de reduzir o déficit e o endividamento das finanças públicas do Estado, os custos econômicos e os sociais do ajuste deverão ser profundos e se espalhar penosamente para quase todos os setores, grupos e regiões de Minas.

Mas, como formular e implementar uma estratégia de desenvolvimento para o Estado, quando falta dinheiro para a gestão do cotidiano da administração pública estadual e quando o próprio Governo Federal está enfrentando um desequilíbrio estrutural em suas finanças? A solução

passa por três pressupostos.

Primeiro: numa economia de mercado, quem conduz o crescimento econômico são as empresas e as corporações, cabendo ao governo a função promotora de apoio às suas iniciativas, acionando os instrumentos fiscais e financeiros assim como as estruturas regulatórias que comanda. Segundo: embora a infraestrutura econômica seja um componente necessário a qualquer processo de crescimento econômico, o componente suficiente é dado pela disponibilidade de capitais intangíveis (social, humano, institucional, cultural, cívico, etc) para o progresso da sociedade. Finalmente, é necessário que se estruture um modelo de desenvolvimento endógeno visando a mobilizar os recursos latentes da economia, seus grupos de vanguarda empresarial, seus fatores de produção ociosos, sua engenhosidade e criatividade, e o que Keynes denominava de “espírito animal” dos empreendedores.

A riqueza de Minas, potencial para promover um novo ciclo de expansão econômica, está na excelente qualidade e na diversidade de suas instituições públicas e privadas. O dinheiro tende a ser tão somente um coadjuvante num novo enredo de nossa história econômica. De fato, é preciso destacar que muitas dessas instituições estão atualmente fragilizadas e apáticas por causa do longo processo de quase estagnação da economia de Minas e, também, por causa do desmonte das práticas de planejamento de médio e de longo prazo no Estado. Faltam lideranças políticas e empresariais que as incentivem, as mobilizem e as reanimem dando-lhes uma nova alma institucional.

A principal missão institucional será a de transformar os aglomerados e sistemas produtivos de uma economia tradicional em uma economia moderna. Menos excesso de confiança em fatores básicos (mão de obra de baixo custo, recursos naturais abundantes, posição geográfica, etc) e mais suporte de fatores especializados na escolha de tecnologias inovadoras e de vantagens competitivas sustentáveis. Menos atitude defensiva diante de crises sistêmicas e mais modelos mentais e sistemas de crenças que contribuam para criar e distribuir riqueza. Menos preocupação com a geração de valor para acionistas e mais escopo no valor público das empresas.



# O DIREITO CONSTITUCIONAL AO MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO

Tem sido difícil sensibilizar a opinião pública brasileira sobre a atual crise ambiental que o País atravessa. A sociedade permanece politicamente conformista, mesmo sendo informada, através dos meios de comunicação social, que restam apenas 8 por cento da nossa exuberante Mata Atlântica e que o desmatamento já atingiu mais de 20 por cento da prístina Floresta Amazônica, sendo que muitas das nossas bacias e microbacias hidrográficas estão se transformando em lixões a céu aberto, além, claro, das mudanças climáticas, que vêm provocando inúmeras catástrofes nas metrópoles, nas zonas costeiras e nos principais biomas do País. Como dizia Victor Hugo, é triste pensar que a natureza fala e que o gênero humano não a ouve.

Mais grave do que o atual descaso em relação à destruição dos ativos e dos serviços ambientais para as atuais e futuras gerações é a perspectiva do que se apresenta no horizonte da nova administração do Governo Federal. Pelo pouco que já foi dito oficialmente, já é possível observar pelo menos três pressupostos equivocados e preconceituosos dos seus principais protagonistas.



Primeiro: as organizações não governamentais e os movimentos sociais têm um papel imprescindível na concepção e na implementação das políticas públicas ambientais. A obrigação social da sustentabilidade, como tem insistido Amartya Sen, Prêmio Nobel de Economia de 1994, não pode ser deixada inteiramente por conta do mercado, uma vez que o futuro não está adequadamente representado no mercado – pelo menos o futuro mais distante. O Estado deve servir como gestor dos interesses das futuras gerações, por meio de políticas públicas que utilizem mecanismos regulatórios ou de mercado, adaptando a estrutura de incentivos a fim de proteger o meio ambiente global e a base de recursos para as pessoas que ainda vão nascer. As organizações não governamentais e os movimentos sociais se credenciam para negociar politicamente os interesses do bem-estar social sustentável das atuais e futuras gerações em termos do uso e do não uso dos ativos e serviços ambientais, ora preservando-os, ora evitando o seu uso predatório.

O segundo equívoco ou preconceito latente ou tácito nos dizeres da nova gestão da administração federal é considerar os recursos ambientais como bem livres ou não econômicos. Karl Menger, pensador austríaco e um dos principais formuladores do liberalismo econômico, escreveu, em 1870, que a Humanidade tem de prestar atenção nos processos de desenvolvimento econômico e tecnológico que transformam, ao longo do tempo, bens não econômicos ou livres em bens econômicos. O que era lixo, resíduos ou dejetos (bagaços de cana, sobras de alimentos, produtos plásticos, etc.) podem tornar-se bens econômicos (energia etanol ligno-celulósico, adubo orgânico, material de construção, etc.). Além do mais, tem se expandido enormemente a demanda para produtos intensivos direta e indiretamente de recursos ambientais, tornando-os quase todos em bens econômicos.

Finalmente, vem a questão distributiva sobre quem paga os custos ecológicos das decisões das instituições e dos agentes econômicos. Os grupos sociais de renda mais elevada têm condições de pagar pelos serviços ambientais que, eventualmente, faltam para a população em geral, tais como: ar puro em suas residências e escritórios de trabalho, condomínios em áreas preservadas, acesso a praias não poluídas, etc.

Por outro lado, os brasileiros mais pobres não têm grau de liberdade para escapar das mazelas do entorno ambiental degradado. Lembremo-nos do Artigo 225, da Constituição Federal: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

O TEMPO - 20/01/2019



# A LONGO PRAZO ESTAREMOS TODOS MORTOS?

O papel do tempo na análise dos problemas econômicos sempre foi uma questão controversa. Os economistas clássicos (Adam Smith, David Ricardo, Robert Malthus, Karl Marx) elaboraram suas análises preocupados, principalmente, com a evolução do processo de desenvolvimento do sistema capitalista no longo prazo. É o que se denomina de dinâmica magnificente ou tendência secular do sistema. Pouco se preocupavam em analisar as conjunturas econômicas de um país, sobre as quais faziam referências ocasionais.

Em 1923, John Maynard Keynes (1883-1946), o maior economista do século XX, procurava estabelecer uma distinção clara do que seria o curto prazo e do que seria o longo prazo. Para ele, no curto prazo, há um passado que já transcorreu e trouxe, para o presente, a acumulação de um estoque de capital físico (fábricas, áreas agricultáveis, infraestrutura econômica e social), um dado perfil de distribuição de renda e de riqueza (quem são os pobres e quem são os ricos na sociedade), uma força de trabalho com diferentes níveis de qualificação, os fundamentos sociais das instituições, certo grau de degradação dos ecossistemas, etc. São as realidades estruturais socioeconômicas e socioambientais que se impõem como condicionalidades (restrições e oportunidades) aos processos decisórios no presente.

Políticas econômicas de curto prazo que lidam com problemas de inflação, de flutuações nos níveis de renda e de emprego, têm de ser operadas dentro das restrições impostas por um tempo histórico e ir-

reversível. É indispensável ter como ponto de partida essas restrições e condicionalidades para não se emaranhar em propostas voluntaristas num contexto de crise social.

Se nos momentos tumultuados do presente, quisermos resolver graves questões econômicas com orientações estratégicas que somente são eficazes no longo prazo, as políticas econômicas podem fracassar. Assim, como dizia Keynes, no longo prazo poderemos estar todos mortos. Uma frase que, quando retirada do contexto em que foi formulada, passa a impressão equivocada de que o grande pensador era contrário aos sistemas de planejamento de longo prazo.

Na verdade, as modernas teorias de crescimento econômico e as experiências históricas colocam em questão a dicotomia entre políticas econômicas de curto prazo e as políticas de desenvolvimento de longo prazo. Duas ilustrações de experiências brasileiras na concepção e implementação dessas políticas podem ser úteis.

Em 1965, quando Roberto Campos e Gouveia de Bulhões precisaram combater uma inflação acelerada e promover a retomada do crescimento de uma economia brasileira estagnada, articularam a criação de um programa de estabilização (o PAEG) com um projeto nacional de desenvolvimento (o Plano Decenal). Resultado: uma década de crescimento vertiginoso com estabilidade monetária. O segundo exemplo: como desde 2014, o Governo Federal busca executar uma política de austeridade fiscal descolada de um projeto de desenvolvimento de médio e de longo prazo, a economia brasileira tem caminhado um passo à frente, com o controle da inflação e três passos para trás, através da elevação do número de desempregados e de desalentados, do crescimento do número de pobres e de miseráveis e da desorganização da oferta pública de serviços sociais básicos.

Não se pode esperar que, de curto em curto prazo, as atuais políticas econômicas nos levarão ao tempo do desenvolvimento. Como diz Alice no País das Maravilhas: “Dizem que o tempo resolve tudo. A questão é: Quanto tempo?”



# LUCROS MANCHADOS DE LAMA E DE SANGUE

Num ensaio sobre a relação entre liberdade e capitalismo, Milton Friedman (1912 – 2006), líder da Escola de Economia da Universidade de Chicago, afirmava que o objetivo fundamental de uma empresa é a maximização do lucro obtido dentro da estrutura legal, sendo que qualquer outro objetivo secundário pode levar ao “puro e total socialismo”. Essa concepção de empresa tornou-se dominante até os anos 1990, quando havia uma preocupação uníssona com os resultados financeiros dos empreendimentos e, ao mesmo tempo, uma absoluta indiferença com as perdas e os ganhos socioeconômicos e socioambientais de suas ações estratégicas e operacionais.

A partir dos anos 1990, iniciou-se uma contraposição a essa concepção de empresa com a reformulação do conceito de competitividade. Michael Porter sintetizou essa reformulação, afirmando que uma empresa somente será competitiva se ela for competitiva do portão da fábrica ou da porteira da fazenda para dentro, se a cadeia produtiva ou a cadeia de valor na qual se insere for competitiva em seu conjunto e se a região em que se localiza for igualmente competitiva. Uma mudança de paradigma que implicou novos modelos mentais e sistemas de crenças para as lideranças empresariais.

Essa nova concepção de empresa promoveu a ampliação em seu escopo com a abrangência de uma tríplice base de objetivos. A eficiência econômica, se a empresa criar uma vantagem competitiva sustentável, adotando estratégias de baixo custo ou de diferenciação e de

diversificação dos produtos com suporte no progresso tecnológico. A sustentabilidade ambiental, se a empresa se sujeita à preservação e à manutenção dos ativos e serviços ecossistêmicos ao longo do tempo, na busca de um jogo de soma positiva entre os interesses de várias gerações. E como terceiro objetivo, a equidade social, por meio de ações que se traduzam na melhoria na oferta de serviços sociais básicos e na formação do capital social e institucional.

Para inúmeras empresas, esse tripé de objetivos tornou-se um bem de luxo quando ocorreu a crise capitalista, a partir de 2008. Bens de luxo são aqueles cuja demanda cresce na fase de prosperidade econômica e que tendem a ser descartados, em primeiro lugar, na fase de recessão econômica. A essencialidade de um bem de luxo é definida a partir das estruturas ideológicas de dirigentes políticos ou empresariais responsáveis pela formulação e implementação de políticas públicas ou de estratégias corporativas. Assim, essas empresas retornaram rapidamente à concepção Friedmaniana dos anos 1970, com uma roupagem nova, de que sua missão institucional é “maximizar o valor econômico para os acionistas”.

Simultaneamente, desenvolveu-se a concepção contemporânea de valor público da empresa, a qual, como contraponto à dominância do desempenho financeiro, redefine a ideia de criação de valor, levando em consideração não apenas os aspectos hedonísticos e utilitaristas, mas também a dimensão ética e político-institucional dos negócios.

Segundo o paradigma do valor público da empresa, a sua estratégia de crescimento precisa ser monitorada através de diálogo com os interesses maiores da sociedade. Assim, muitas empresas brasileiras têm tido excelente performance financeira, criando valor para os acionistas, enquanto destroem o seu valor público ao contribuir para a degradação ambiental, para a concentração da renda e da riqueza nacional e para gerar lucros manchados de lama e de sangue.





## **SOBRE O AUTOR**

Paulo Roberto Haddad, economista, com especialização em Planejamento Econômico no Instituto de Estudos Sociais de Haia – Holanda, Professor Emérito da Universidade Federal de Minas Gerais, ex-Ministro da Fazenda e do Planejamento da República Federativa do Brasil (1992-1993), ex-Secretário da Fazenda e do Planejamento do Estado de Minas Gerais (1979-1982), consultor do Banco Mundial, do Banco Interamericano de Desenvolvimento, do PNUD, da ECLA e de outras organizações públicas e privadas, nacionais e internacionais, Presidente da PHORUM Consultoria e Pesquisas em Economia e Diretor da AERI – Análise Econômica Regional e Internacional. Publicou diversos livros e artigos em jornais especializados no Brasil e no Exterior, dentre os mais recentes, “Meio Ambiente, Planejamento e Desenvolvimento Sustentável”, lançado em 2015, pela Editora Saraiva e os e-books “Economia Ecológica e Economia Integral” e “Uma Introdução à Economia do Século 21”, publicados em 2017 e 2018, respectivamente, pela editora E-Galáxia. Foi um dos fundadores do CEDEPLAR/UFMG, tendo sido o seu primeiro diretor. Foi também o primeiro secretário-executivo da ANPEC.